

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ELZA VIEIRA DA ROSA

O MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO DE PORTO ALEGRE - RS:
INTERROMPENDO INVISIBILIDADES, REINSCREVENDO EXPERIÊNCIAS
NEGRAS NA CIDADE

PORTO ALEGRE
2019

ELZA VIEIRA DA ROSA

O MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO DE PORTO ALEGRE - RS:
INTERROMPENDO INVISIBILIDADES, REINSCREVENDO EXPERIÊNCIAS
NEGRAS NA CIDADE

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos.

PORTO ALEGRE
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Vieira da Rosa, Elza
Museu de Percurso do Negro em POA- INTERROMPENDO
INVISIBILIDADES, REINSCREVENDO EXPERIÊNCIAS NEGRAS NA
CIDADE / Elza Vieira da Rosa. -- 2019.
92 f.
Orientador: Profº Dr José Carlos Gomes dos Anjos.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Contexto Histórico do Museu. 2. Territórios
Negros e Ocupação dos Espaços Públicos. 3. Marcos do
Museu. 4. Políticas de Representatividade. 5.
Identidade e Resistência da Cultura Negra. I. Gomes
dos Anjos, Profº Dr José Carlos, orient. II. Título.

ELZA VIEIRA DA ROSA

O MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO DE PORTO ALEGRE - RS:
INTERROMPENDO INVISIBILIDADES, REINSCREVENDO EXPERIÊNCIAS
NEGRAS NA CIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito final para obtenção do
título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 29 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos - PPGS/UFRGS
Orientador

Prof.^a Dr.^a Vanessa Marx

Prof. Dr.^a Eliane Almeida de Souza.

Prof. Dr. Marcus Vinícius Freitas Rosa

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. José Carlos Gomes dos Anjos, pelo incentivo e orientação do trabalho.

À Pós doutoranda Pâmela Marconatto, por suas valorosas contribuições

Aos Professores, à Secretaria e à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Aos meus familiares e ao Mestre Paraquedas pelo apoio e incentivo.

Ao Grupo de Trabalho Angola Janga: Presidente Veneza Bitencourt, Ivan Braz, Lorecinda Abraão.

À jornalista Jeanice Dias Ramos.

À Griô Elaine Mocambo.

À Cenira Pinheiro Almeida, pelo incentivo e pelo apoio.

À Reginete Bispo do Akanni.

Ao Griô Artista Plástico Pelópidas Thebano.

A todos do Quilombo Areal da Baroneza.

Aos Artistas IAB: Adriana Xaplin, Paulo Correa, Vinícius Vieira.

A todos que concederam as entrevistas em vista da realização desta pesquisa de dissertação de mestrado.

Dedico este trabalho de modo especial, ao Mestre e Griô José Alves Bittencourt *Nego Lua* (in memoriam). Aos ativistas do movimento negro organizado (Instituições) e aos portoalegrenses, que respeitam a ancestralidade diáspora africana, assim como a todos que se dedicaram e não mediram esforços para que o Museu de Percurso do Negro pudesse ser viabilizado, e a atual Presidente Sr^a Veneza Bittencourt!

RESUMO

A presente pesquisa visa investigar os percursos do negro em Porto Alegre – RS: interrompendo invisibilidades, reinscrevendo experiências negras na cidade no que diz respeito à identidade, cidadania e a memória de um povo. Visa tematizar a presença do negro na capital rio-grandense, sua importância e o legado da população negra de matriz africana. Para isto, parte da apresentação dos territórios negros em Porto Alegre e da constituição geopolítica da cidade, evidenciando sua ocupação por parte do povo negro e o respectivo processo de desterritorialização e branqueamento que se deu ao longo dos séculos. Esse aspecto fez com que migrasse para as periferias da cidade a partir do projeto de desenvolvimento e de suas consequências, impactando drasticamente o modo como vivia cotidianamente suas relações, cultura e ancestralidade. O presente estudo mostra como o movimento negro de Porto Alegre – RS articulado com demais organizações da sociedade civil e esferas administrativas construiu uma importante pauta de reivindicações que desembocou no projeto do Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre – RS, fruto da criatividade e inventividade do povo negro gaúcho. Demonstramos, a partir disso, o papel desempenhado pelo povo negro, seus conhecimentos e saberes no processo de construção e na concepção do Museu como um marco que possibilita o desenho de traços indicativos de uma política de representatividade. Neste cenário, o Museu precisa necessariamente ser compreendido como um marco político inovador, que possibilita a retomada e o resgate da memória e o reconhecimento da cultura do povo negro. Por meio de sua potencialidade propicia a construção de agendas e pautas mais amplas na direção da garantia dos direitos dos negros e de sua presença e representatividade no espaço cultural, econômico, político e social na capital do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Museu; Racismo; Negro; Cultura, Representatividade.

ABSTRACT

This research aims to investigate the pathways of the black in Porto Alegre - RS: interrupting invisibilities, reinscribing black experiences in the city regarding the identity, citizenship and memory of a people. It aims to discuss the presence of black people in the capital of Rio Grande do Sul, its importance and the legacy of the black population of African origin. For this, part of the presentation of the black territories in Porto Alegre and the geopolitical constitution of the city, evidencing their occupation by the black people and the respective process of deterritorialization and bleaching that took place over the centuries. This aspect made it migrate to the outskirts of the city from the development project and its consequences, drastically impacting the way they lived their relationships, culture and ancestry on a daily basis. The present study shows how the black movement of Porto Alegre - RS articulated with other civil society organizations and administrative spheres built an important agenda of claims that led to the project of the Black Path Museum of Porto Alegre - RS, fruit of creativity and inventiveness. from the gaúcho black people. From this, we demonstrate the role played by the black people, their knowledge and knowledge in the process of construction and in the conception of the Museum as a landmark that allows the drawing of indicative traits of a politics of representativeness. In this scenario, the Museum must necessarily be understood as an innovative political landmark, which enables the recovery and recovery of memory and the recognition of black people's culture. Through its potentiality it enables the construction of broader agendas and agendas in the direction of guaranteeing the rights of blacks and their presence and representation in the cultural, economic, political and social space in the capital of Rio Grande do Sul.

Keywords: Museum; Racism; Black; Culture, Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Territórios negros urbanos de Porto Alegre, em fins do século XIX-**22**

Figura 2 - Percurso do ônibus - Territórios negros de Porto Alegre – RS-**26**

Figura 3 - Etapa I do Museu Do Percurso Do Negro – Tambor-**42**

Figura 4 - Etapa II do Museu do Percurso do Negro - Pegada Africana-**45**

Figura 5 - Etapa III do Museu Do Percurso Do Negro - Bará Do Mercado-**47**

Figura 6 - Etapa IV do Museu Do Percurso Do Negro - Pannel Afrobrasileiro-**49**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DO MUSEU DO PERCURSO	17
2.1. A presença negra em Porto Alegre.....	19
2.2 Territórios negros: o uso e a ocupação dos espaços públicos	33
3 MARCOS DO MUSEU DO PERCURSO DO NEGRO DE PORTO ALEGRE.....	41
3.1 Etapa I do Museu - Tambor	41
3.2 Etapa II do Museu - Pegada Africana.....	44
3.3 Etapa III do Museu - Bará do Mercado.....	46
3.4 Etapa IV do Museu - Painele Afrobrasileiro	48
3.5 Um olhar crítico e atento da visibilidade dos marcos	52
4 O MUSEU E O POVO NEGRO: EM DIREÇÃO A UMA POLÍTICA DE REPRESENTATIVIDADE.....	62
4.2 O Museu: reconhecimento da cultura e identidade	66
4.3 Políticas de representatividade: cidadania e reconhecimento social.....	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	81
ANEXO – ATORES SOCIAIS ENTREVISTADOS E QUESTÕES DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS	87

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa investigar um memorial: *O Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre – RS*. Trata-se de compreender a importância da mobilização da *cultura negra* de matriz africana na revisão da história de Porto Alegre, seu legado, seus valores, tradições. Com o memorial visa-se questionar em que medida a disposição e ocupação dos espaços públicos, arquitetônicos, artísticos e museológicos tem contemplado o *povo negro*. Essa investigação é caudatária das análises que buscam observar de que forma a museologia tradicional e as iniciativas negras que foram surgindo ao longo das últimas décadas entram em conflito. No caso em pauta, trata-se de analisar as condições sociológicas de possibilidade de um projeto museológico que visa “garantir e assegurar a visibilidade ao povo negro, no reconhecimento de sua importância para a historiografia e para construção da cidade de Porto Alegre e, de um modo mais amplo, para o Estado do Rio Grande do Sul”.

Além disso, pretendo compreender em de que modos a edificação do Museu de Percurso do Negro vem garantir a visibilidade da cultura negra e de matriz africana. Para isso, é fundamental perceber como se estruturou esse marco artístico, histórico e social na dinâmica da ocupação dos espaços públicos, em sua dimensão de monumento e patrimônio público. Portanto, é importante expor as implicações e inter-relações entre a dimensão da identidade, da memória e da representatividade e, se de fato é possível visualizar, a partir do entrecruzamento dessas dimensões, a estruturação de uma política da representatividade da cultura negra de matriz africana em Porto Alegre.

Assim, a partir de um olhar prospectivo, averigui, a partir da percepção daqueles e daquelas que participaram na construção da agenda e das pautas que resultaram na edificação do *Museu de Percurso do Negro*, qual a concepção subjacente a esse empreendimento, como foi sendo concebido e estruturado e como essa proposta pode ou não apresentar aspectos inovadores e desafiantes, desde o ponto de vista da ocupação dos espaços públicos.

Essas indagações são complementares à questão central da presente investigação, qual seja: se a edificação do *Museu* se constituiu em pauta pública, com adesão e apoio de agentes governamentais, quais seriam as causas de sua relativamente pequena envergadura e de não ter sido levado a termo? Por que estagnou? Essas

questões nos acompanham no decurso da presente pesquisa como o fio condutor da análise sociológica que empreenderemos acerca do Museu.

O objetivo geral consiste em investigar em que medida o Museu se constitui como uma política de representatividade da população negra da cidade. Os objetivos específicos foram: Analisar como o Museu e suas simbologias se edificam como luta por reconhecimento da cultura afrodescendente de matriz africana; Reconstruir a memória de personagens influentes e importantes na constituição do *Museu*; Investigar como o *Museu* se constitui como um repensar dos monumentos na cidade de Porto Alegre – RS.

Presenciamos um amplo e crescente interesse acerca do Museu, o qual tem se constituído em um tema investigativo sobre o qual pesquisadores e pesquisadoras de diversificadas áreas vêm se ocupando ao longo desses últimos anos. Nesse sentido, a análise buscará explicitar o processo histórico-social e a forma como se constitui a mobilização do movimento negro, desde o envolvimento dos atores sociais que estiveram e estão diretamente implicados na construção desse marco simbólico e artístico na cidade.

Em relação ao Museu, podemos compreender: o que estava em jogo era representar a arte e a memória dos povos negros nas ruas. Nessa perspectiva, a objetivação participante compreende também a análise do processo de aprendizado pelo qual algumas referências me fizeram perceber a lógica desse investimento político e que consolidou o meu posicionamento, bem como os ângulos e limites deste trabalho. Ao lado do Mestre Lua e de todo o Grupo de Trabalho Angola Janga, em todo processo de discussão e implementação deste Museu, buscamos sistematizar um conjunto de dados que impactavam e causavam estranhamento. Um elemento fundamental que merece menção é a atuação do CRAB - Centro de Referência Afro Brasileiro e a importância da atuação de personagens como José Alves Bittencourt¹ que foram condicionantes no meu processo de aprendizado e sistematização dos dados que fundamentam este esforço investigativo. O CRAB reuniu militantes do movimento negro, ativistas que sonhavam com melhores condições de vida para a comunidade negra, seja expressando através da

¹ O Mestre Lua, por sua vez, foi figura exponencial, liderança firme e forte. O griô tinha por princípio trazer para junto do movimento pessoas com propósito de mudança e solidariedade, mas ele possuía o dom de identificar talentos e capturá-los para o meio, conseguindo agregar novas forças que representavam um avanço social do negro. E, realmente, somou novas forças e esforços pela luta da causa.

arte, como também de projetos sociais². Nesse sentido, nossa participação foi marcada, ao lado de outras lideranças, enquanto um esforço de sistematização dos dados emanados desse acontecimento. Esse aspecto da participação no processo de construção do Museu foi decisivo e fundamental para esta dissertação, especialmente pelas funções desempenhadas: tínhamos esse papel, “um conjunto de ativistas que pudesse entender isso, armazenar, escrever, dissertar, estudar, fundar o conhecimento sobre as nossas raízes. Aprofundar para que a gente pudesse se qualificar e fazer um debate com a sociedade municipal, estadual e nacional” (Entrevistado 09, Ivan Braz)³.

Considero-me apta e busco sempre novos conhecimentos: de estar presente ao lado de minha comunidade negra sou ativista militante da causa anti racista, milito no movimento negro organizado fui parte da direção do IAFRA. Instituto África América até 1994, em seguida até a atualidade do Grupo de Trabalho Angola Janga. Em relação ao Museu de Percurso do Negro em POA eu participei ativamente executando funções de Secretária executiva e de finanças ao lado de José Alves Bittencourt(LUA) que idealizamos o projeto e trabalhamos para que o Museu Percurso do Negro em POA surgisse como símbolo forte de resistência na luta anti racista de grande exponencial na composição da cultura do RGS, POA e Brasil.

Eu sempre fui presente em ações micros nas periferias de Porto Alegre, em encontros de mulheres negras, em movimentos culturais afros especialmente da juventude negra, reforço escolar e aulas de Inglês na Ilha da Pintada, reuniões inclusive no interior do RGS: São Lourenço do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Caxias do Sul.

² É nessa perspectiva que na capital rio-grandense surge no ano de 1987, e em 1998, surge o CRAB (Centro de Referência Afro-brasileiro), organização que passou a congrega o movimento negro da capital gaúcha. Nessa senda, um elemento de destaque indica o fato de que a luta e a organização da *cultura negra* em vista de buscar a viabilidade do Museu frente as dificuldades possibilitou um diálogo aberto com inúmeras instituições. Assim, frente ao exposto, O projeto do Museu de Percurso teve sua definição baseada na questão da invisibilidade histórica a quem têm sido relegadas as ações e expressões socioculturais e políticas da etnia negra confirmam essa omissão de forma a configurarem esse tema como uma das principais denúncias e propostas registradas nos encaminhamentos de diversos fóruns em nossa sociedade e, notadamente, nas Conferências Municipais de Cultura de 2001. Outro aspecto importante que o presente projeto deverá contemplar, diz o respeito à necessidade do desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade econômica e social para os grupos excluídos, de modo que as ações sejam lançadas para além dos limites do Centro de Referência por meio de medidas e multiplicadores e valorizando a criatividade comunitária em nossa cidade (CRAB, *Apud* BITTENCOURT JÚNIOR, 2010, p. 11). Esse Centro passou a operar de modo independente, com uma estrutura autônoma e representativa da etnia negra junto às esferas de governo municipal, estadual e federal, além do terceiro setor, tendo em vista o estabelecimento de parcerias por meio de convênios. Um dos objetivos centrais de sua atuação pode ser situado em torno à reconstrução dos saberes e viveres ancestrais relativos aos aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos, visando revisitar, rebuscar e preservar as origens africanas que contribuíram na formação do povo rio-grandense.

³ Tecnólogo em Gestão Pública (Administração) (ULBRA/RS); Gerente de Projetos - Escola Nacional de Administração Pública (ENAP/DF); Membro do Grupo de Trabalho Angola Janga/RS; Militante do movimento Negro Gaúcho e Brasileiro desde 1985 e gerenciou a implantação da IV Etapa do Museu.

Compreendemos que a pesquisa sociológica sob um viés histórico-antropológico, possa acontecer desde a perspectiva de alguém que participou do processo em estudo ativamente, em condições em que não podia deixar de ser impactada pelas propostas e pelas concepções de militantes mais experientes e formados a partir de outros referenciais que não os meus. Assim, tivemos a vantagem da sistematização de arquivos a partir da documentação proveniente da concretização das políticas públicas implementadas pelos órgãos governamentais e que só poderia ter sido feita na minúcia por um acompanhamento participativo do tipo que me foi proporcionado.

Nessa esteira, de acordo com Bourdieu, cumpre destacar que a objetivação participante, diferentemente da observação participante, se constitui como um dispositivo fundamental de pesquisa por meio do qual eu significo a objetivação dos participantes e não a observação. Observação participante situa e designa a conduta de um etnólogo que emerge em um universo social estranho para observar uma atividade, seja em um ritual ou mesmo em uma cerimônia, enquanto, idealmente, participa dela (Cf. BOURDIEU, 2017, p. 74). Já a objetivação participante visa e compromete-se em explorar não a experiência vivida do sujeito consciente, mas as condições sociais de possibilidade - e, portanto, os efeitos e os limites - dessa mesma experiência e, mais precisamente, do ato em si de objetivação, elemento basilar na presente análise.

Portanto, a objetivação participante “pretende objetivar a relação subjetiva com o objeto que, longe de conduzir a um subjetivismo relativista e mais ou menos anticientífico, é uma das condições da objetividade científica genuína” (BOURDIEU, 2001, p. 75). Isto é, não se trata de na observação participante fazer uma escolha entre uma imersão necessariamente fictícia em um meio estranho e objetivista, um olhar de longe de um observador que permanece tão distante de si mesmo quanto de seu objeto, mas de conseguir situar a localização do profissional - no caso em questão a socióloga em seu universo - com as suas tradições, os seus hábitos de pensamento, a sua problemática obrigatória, suas crenças compartilhadas e lugares comuns, os seus rituais, valores e consagrações. Ou seja, o seu microcosmo, pois dele também depende as conformações de sua forma de pensar e conceber suas proposições teóricas.

Frente ao desafio de analisar o Museu enquanto marco simbólico artístico que propicia repensar a disposição arquitetônica e o uso dos espaços públicos, mobilizamos um referencial bibliográfico que propiciou e permitiu rever o acontecimento sob novos ângulos em relação àqueles da disposição militante. Em relação à pesquisa bibliográfica, buscamos também fontes narrativas, experiências de atores sociais

estritamente ligados ao tema dos museus abertos e às questões raciais, de modo a complementar as perspectivas da sistematização prévia.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Mas o tratamento que conferi ao material buscou anular a separação estanque entre o documento e o referencial teórico-analítico. Parti do princípio de que tendo sido produzido em grande parte por meus companheiros de militância, poderiam encerrar em si mesmos princípios de condução da análise além da dimensão pela qual poderiam ser analisados em suas condições de possibilidade.

Complementei as informações documentais com entrevistas semiestruturadas a reconstruir em profundidade o modo como a memória é tecida para tornar o Museu um acontecimento. O formato de entrevistas semiestruturadas objetivou levantar opiniões, informações sobre o tema em questão, em vista de tornar possível visibilizar o diagnóstico da situação da negritude no contexto de Porto Alegre, em que medida o *Museu* pôde se constituir enquanto um marco divisor de águas, capaz de alavancar a luta por mais direitos, políticas públicas inclusivas e garantia de dignidade humana.

Nesse sentido, a pesquisa é desenvolvida a partir de uma base qualitativa, na medida em que não busca meramente quantificar resultados, mas analisar a opinião dos atores sociais envolvidos, indagar, captar e compreender a opinião com relação ao objeto de estudo, conforme destacam Silveira e Córdova: “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31).

Destarte, os resultados não são baseados em dados numéricos, mas constituem-se em depoimentos e informações. De acordo com Flick “A relevância específica da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais deve-se ao fato da pluralização das esferas da vida” (FLICK, 2002, p. 17). Ainda nesse sentido, a pesquisa qualitativa é favorável para consolidar conceitos e objetivos a serem alcançados e dar sugestões sobre variáveis a serem estudadas com maior profundidade. Assim,

A pesquisa qualitativa envolve o estudo e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; Entrevistado; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos

indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Assim, a pesquisa de campo foi desenvolvida com base na metodologia qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com o grupo de atores sociais que a partir da segunda metade da década de 1990 estiveram envolvidos diretamente na idealização do Museu a céu aberto que se propunha, em uma perspectiva inédita e inovadora, tanto em termos de Rio Grande do Sul, quanto em nível de Brasil.

Desse modo, analisamos, por um lado, como esses atores sociais percebem a inserção do Museu no campo das políticas públicas e, por outro, a estagnação, percebida como não continuidade para além dos quatro marcos iniciais do projeto. Essas questões indicam a importância de captar o *Museu Percurso do Negro* a partir do olhar daqueles e daquelas que estiveram implicados desde sua gênese, na formação das pautas, nas agendas e nas reivindicações que associam o Museu às lutas dos povos negros e suas resistências

A pesquisa se divide em quatro capítulos. Neste primeiro, apresento a problemática e, brevemente, o contexto sócio histórico da emergência do projeto do Museu do Percurso do Negro.

No segundo capítulo, busco analisar como o projeto do Museu de Percurso do Negro ergue-se sobre uma narrativa acerca da importância do negro na edificação da capital rio-grandense. Consiste em analisar a perspectiva militante sobre a presença negra em Porto Alegre. Situo essa narrativa na sequência das demandas que, ao longo do tempo, o movimento negro vai estabelecendo, um conjunto de pautas e de reivindicações ao poder público com vistas a garantir seu reconhecimento, visibilidade e valorização nos espaços públicos. Desse modo, trazendo à tona a história e o legado desde a perspectiva do ativismo negro, se pode descortinar a raça em movimento, o processo de constituição de um povo no modo de articulação de narrativas e marcos arquitetônicos que permitem revisitar a própria história do Rio Grande do Sul em sua formação e em suas especificidades.

No terceiro capítulo - *os marcos do Museu do Percurso do Negro* tratou-se de analisar e compreender os principais impactos e significados do Museu na conformação de traços indicativos de uma política da representatividade a partir do olhar dos protagonistas e dos usuários. O contraste entre transeuntes que usufruem do Museu de

Percurso do Negro e as intenções dos autores é explorado como sintoma dos limites antirracistas do projeto.

No quarto capítulo, explicitam-se quais foram as estratégias adotadas e construídas pelo movimento negro de Porto Alegre. Toma como ponto de partida a percepção dos atores sociais intimamente envolvidos no processo de construção da agenda em torno ao Museu, como se deu o processo de construção de pautas, como se desenhou o projeto inicial que originaria a posterior proposta de edificação dos monumentos e os marcos construídos em seu contexto. Aborda a questão dos limites governamentais do reconhecimento da cultura do povo negro, e a política de representatividade dos ativistas negros associados ao projeto. Em outras palavras, a partir de um olhar crítico, busco explicitar quais foram as estratégias adotadas e construídas pelo movimento negro de Porto Alegre e como esbarram na estrutura racista do Estado brasileiro.

Esse processo de resistência conformou-se a partir das lutas dos povos negros de matriz africana, especialmente contra toda a dominação, seja de ordem cultural, social, contra os resquícios de uma compreensão de representatividade do negro ligada ao fator escravidão, ao racismo entranhado e presente há séculos na estrutura sociedade brasileira. Esses elementos que ainda persistem ao longo do tempo e que requerem problematização, organicidade e a construção de pautas e agendas políticas públicas inclusivas, embora os avanços alcançados, pois ainda não conseguiu-se de modo suficiente e efetivo corrigir e sanar as nefastas consequências da marginalização e da exclusão perpetrada contra da *cultura negra* no Brasil, uma vez que é inegável o papel fundamental e a determinante contribuição do negro no desenvolvimento do Brasil, especificamente também: a presença negra na construção e na formação das riquezas econômicas do Estado do Rio Grande do Sul – RS.

2 CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DO MUSEU DO PERCURSO

Este capítulo analisa a busca constante por parte de um conjunto de ativistas do movimento negro de reconstruir a memória e refazer os percursos da história negra em forma de um museu de aspecto inovador, de certo modo, um anti-museu. O Museu foi concebido como memória em contraponto. De acordo com Vinícius Vieira de Souza⁴ se torna evidente ao atentarmos para o fato que até fins do século XX, “[...] em Porto Alegre, se verificam centenas de bustos, monumentos e outras obras de arte que visibilizaram a tradição do gaúcho, além da colonização alemã, da italiana e da açoriana, não incluindo os negros nessas representações públicas” (SOUZA, 2013, p. 56). Essa constatação indica o aparecimento de uma sensibilidade histórica para com o processo de esquecimento e de invisibilidade de uma das culturas na edificação da capital dos rio-grandenses - os negros - com sua criatividade, inventividade, capacidade artística.

Esse aspecto sinaliza para o fato de que um ativismo de memória histórica se constituiu em Porto Alegre atento ao fato de que a presença do negro e sua representatividade ficaram à margem na constituição monumental dos Museus tradicionais, bem como em obras de arte pública. Nesse sentido,

Quando se constitui um museu a céu aberto tem a condição de ter a comunidade junto com aquela obra, passando, então, no caso nos centros e aqui em Porto Alegre, especial nos lugares de referência da história do povo negro. Então o formato, assim, a céu aberto, é fundamental para que realmente as pessoas possam ter acesso a essas obras e possam ter dimensão do histórico daquele local onde está sendo implantado (Entrevistado 06, Lorecinda Abraão)⁵.

Constituiu-se como prática militante, nos anos noventa, do ativismo negro na cidade, um olhar sociológico e prospectivo capaz de tomar como ponto de partida o processo cruel e violento no qual foram trazidos milhões de africanos para ser mão de

⁴ É escultor, arquiteto, urbanista e escritor, tendo diversos textos, inclusive sobre O Percurso do Museu do Negro de Porto Alegre. Ainda, tem como foco de atuação a produção de obras de arte em espaços públicos, instituições e edificações, já tendo realizado dezenas de intervenções de grande porte em diferentes técnicas e materiais, incluindo painéis e esculturas de aço corten, inox, granito, mármore, bronze e alumínio. Em Porto Alegre é autor de obras públicas na Praça da Alfândega, no bairro Menino Deus, na UFRGS, na UFCSPA, na saída do Túnel da Conceição, no Parque Farroupilha, entre outras. Também já participou de mais de 50 exposições nos últimos 15 anos.

⁵ Formada em Direito e Ciências sociais, militante do movimento negro e de direitos humanos e funcionária pública.

obra escrava e sustentar o regime escravocrata brasileiro (BITTENCOURT JÚNIOR, 2013, p. 41). Nessa perspectiva, se fez necessário indagar e construir uma visão distinta daquilo que a museologia tradicional apresenta⁶. O museu foi construído a partir de uma visão sociológica que se apresenta como um distintivo olhar, uma proposta que indica algo singular, capaz de desvelar novos ângulos desde onde ver o negro, a sua cultura, capaz de tomar como eixo estruturante a própria experiência do negro. Assim, pode-se dizer que,

Esse Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre é uma referência. Ele é inédito. Ele é uma referência para outros estados do Brasil. Foi concebido justo pelo pessoal. (...) Um monumento que fizesse parte da história verdadeira do povo negro em Porto Alegre. No centro histórico. Até então passeava-se pelo centro histórico as referências eram outras. Eram outras etnias com seus heróis retratados, com seus cavalos (Entrevistado 12, Dalila Adriana da Costa Lopes-Adriana Xaplin)⁷.

Esses sujeitos do ativismo negro na cidade buscaram garantir a construção participativa e coletiva de espaços de representatividade da comunidade negra local. Essa busca visava romper, portanto, com uma forma ressentida e reproduzida, por meio da qual o ativismo negro por vezes se expressa. A ruptura com o silenciamento e o esquecimento que refletem diretamente na evidente ausência da presença da cultura negra nos espaços arquitetônicos e públicos da cidade, se apresenta como garantia de visibilidade, reconhecimento e representatividade étnica no patrimônio cultural e artístico de Porto Alegre. Quilombo Urbano: Trata-se de um movimento político-cultural que nasceu no período da escravidão entre os séculos XVI e XIX nas senzalas negros que conseguiam fugir das desumanidades refugiavam-se com outros em igual situação, acolhiam também outras etnias em situação de vulnerabilidade; em locais bem escondidos onde todos os sujeitos participantes trabalhavam em benefícios da libertação da criação objetivas na luta contra as opressões.

⁶ Para um panorama sobre o que se entende por museologia tradicional e nova museologia, consultar ALONSO FERNANDEZ, Luis, *Museología. Introducción a la teoría y práctica del museo*, Madrid Ediciones Istmo, 1995, 2ª edição.

⁷ Artista de artes visuais e participante no processo de edificação do Museu do Percurso do Negro, desde a primeira obra do Museu de percurso no centro histórico de Porto Alegre – RS.

2.1. A presença negra em Porto Alegre

O que esse olhar prospectivo e militante concebeu? A capacidade criativa e a inteligência *da cultura negra* perceptíveis em múltiplos espaços da sociedade brasileira, e, no que diz respeito a essa dissertação, especialmente da formação da cultura portoalegrense. Em Porto Alegre, por ser uma cidade com grande influência dos povos afrodescendentes em sua formação, são evidentes e significativos os traços, os rastros e as marcas na estruturação da cidade. Esses evidenciam a importância da cultura negra na edificação e no desenvolvimento da capital rio-grandense. Entretanto, essa constatação acerca da primorosa e decisiva importância da cultura negra ao longo dos séculos contrasta com a pouca visibilidade e valorização dessa cultura.

O paulatino afastamento e a desterritorialização dessa população dos planos urbanísticos, arquitetônicos e artísticos dos contextos sociais e físicos da cidade se evidenciam ao analisar-se a disposição tanto da monumentalidade, quanto da museologia e a não presença dos negros nos espaços que originalmente por eles eram ocupados. Isto é, sofreram um processo de abandono forçado de seus espaços referenciais de cultura, de sua religiosidade, de tal forma que o reconhecimento na capital gaúcha é exíguo. Essa questão primordial reposiciona a indagação pelo uso dos espaços públicos na cidade, pela forma como culturalmente construiu-se a monumentalidade e que aspectos preponderaram na edificação de museus que pudessem garantir a memória daqueles e daquelas que contribuíram de modo ímpar na construção da cultura rio-grandense. É diante disso, e da predominância da valorização de culturas de origem europeia e de um olhar preconceituoso e que marginaliza, que aos poucos emerge a ideia da edificação *Museu de Percurso do Negro* em Porto Alegre - RS⁸.

Esse aspecto é verificável ao se analisar as narrativas elaboradas ao longo do percurso da história, as quais priorizaram elevar as culturas provenientes do continente europeu, com seus matizes, traços, valores, especificidades e caracterizações, bem como suas influências na constituição da cultura gaúcha, evidenciando, conforme afirma Santos, que “As coisas, as espécies e os indivíduos provenientes do Continente Africano sempre foram motivo de estranhamento aos olhos do povo europeu” (SANTOS, 2015, p. 287).

⁸ É importante salientar, no entanto, a preponderância da figura mítica do gaúcho no imaginário hegemônico do estado, que, se chegou a neutralizar as culturas alemã e italiana, acabou relegando ao esquecimento de modo mais acentuado a contribuição do negro e do indígena na formação do povo rio-grandense, que de acordo com Ruben Oliven “[...] se a construção dessa identidade tende a exaltar a figura do gaúcho em detrimento dos descendentes dos colonos alemães e italianos, ela o faz de modo mais excludente ainda em relação ao negro e ao índio” (OLIVEN, 1996, p. 25).

A *cultura negra* no Brasil, em sua diversidade, está demarcada pela diáspora e pelos movimentos escravocratas que definiram de um modo particular sua presença na sociedade brasileira. Desde o período colonial, um dos aspectos que se verifica ao se examinar a constituição da presença do negro na capital rio-grandense indica que as expressões culturais, as contribuições de matriz africana, a cosmovisão desse povo, o patrimônio, os saberes, as religiões afro-brasileiras, foram sendo paulatinamente apagadas e caíram no esquecimento, aspecto que influenciou, sistematicamente, para que fossem invisibilizadas.

A partir desse panorama, os movimentos negros organizados passaram a questionar a constituição historiográfica, bem como as lacunas provenientes de um sistemático processo de ocultamento das culturas de matriz africana, sobretudo a partir de fins do século XIX. Esse processo passou a colocar em xeque a invisibilidade da população negra, de sua cultura, sua cosmovisão, seus traços característicos em termos sociais, culturais e políticos.

Os aspectos presentes nos meios museológicos tradicionais refletem a representação de uma noção do negro estereotipada, estigmatizada e distorcida, firmada sob uma ideia folclorizada (SANTOS, 2015), a qual não expressa suas especificidades e não valoriza suas riquezas culturais, os valores da *cultura negra* e a autêntica importância dessa cultura na conformação do povo rio-grandense.

O Museu articulado em formato de percurso veio agregar e colaborar na construção de políticas públicas em prol da cultura do negro:

Num curto espaço de tempo, por ser um projeto inovador, por ser uma referência, ele foi conduzido de uma maneira especial. Foi um grande ganho num curto espaço de tempo. Para ficar melhor precisaria deste aporte mesmo (Entrevistado 12, Adriana Xaplin).

Ao se reler prospectivamente a formação e a constituição da capital rio-grandense é possível se verificar a importante presença dos povos negros no processo de construção do desenvolvimento da cidade: “Os escravos trabalhavam na área central da cidade, que era ao mesmo tempo uma área residencial e de circularidade social” (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010, p. 137). Vieira acrescenta que

No período colonial, a cidade de Porto Alegre ocupava a área que hoje chamamos de Centro. Nesta época, os negros (escravizados ou livres) já faziam parte do cotidiano cidadão, desempenhando funções diversas: marinheiros (junto ao porto), carregadores, lavadeiras, quituteiras, aguadeiros, ferreiros, estivadores, etc. Relatos e crônicas de viajantes retratam a intensa presença negra na Rua da Praia, primeira e principal via da cidade. Nela se localizavam o Largo da Quitanda, espaço de negócios e possibilidades de ganho; o Pelourinho e o Largo da Forca, espaços de humilhação, tortura e suplício. (VIEIRA, 2014, p. 2).

O processo de emancipação dos escravos concedido em 1884 foi um marco importante na formação da Colônia Africana, em que, após o término da Guerra dos Farrapos, os remanescentes desse embate que não foram mortos, passaram a viver em comunidades urbanas. É possível conceber, assim que os espaços que se constituíram em territórios negros, descritos por Pesavento (2001, p. 90) como “cinturão negro”⁹, foram aos poucos sendo habitados por negros oriundos da guerra, fugitivos e ex-escravos, que passaram a viver na parte central da cidade, em casas, cortiços, em um território em que a presença do negro acabava por determinar uma visão em que naquele meio viviam pessoas de cor, que conforme salienta (BITTENCOURT, 2010), eram encarados pela sociedade como “territórios de lugares de alteridade condenada”. Essa concepção estereotipada e preconceituosa se torna evidente na passagem que segue:

A área do centro, na opinião dos administradores, governantes e da elite de ascendência europeia, estava tomada de uma promiscuidade indesejada entre os ricos e pobres, vivendo face a face. A cidade se revela suja, malcheirosa, desordenada. Por detrás de um preconceito social, sob os argumentos da necessidade de higienizar e urbanizar a cidade, os segmentos negros empobrecidos e excluídos dos direitos de cidadania sofriam uma profunda discriminação racial (BITTENCOURT, 2010, p. 56).

A partir de 1888, com a Lei Áurea, selaria a libertação por completo aos negros, os quais passariam a formar o que posteriormente conheceriam-se como a Colônia Africana (SILVA, 2005). De acordo com Barroso,

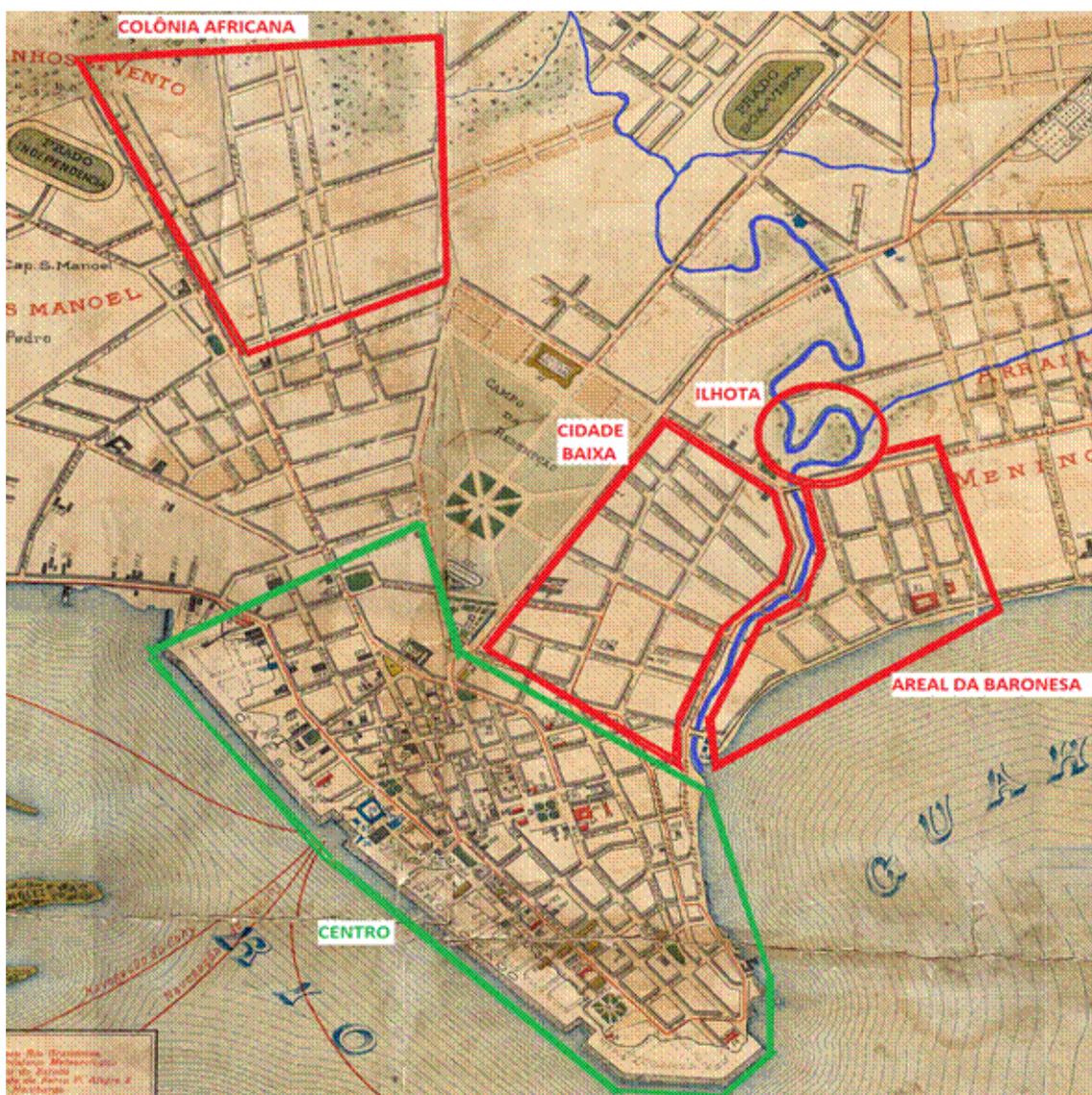
A Colônia Africana foi o espaço demarcado pelos libertos do regime servil, na área atualmente denominada Rio Branco, bairro onde se encontram as ruas Cabral (antes Bela Vista), Casemiro de Abreu, Castro Alves, Mariante e Esperança (Miguel Tostes). Em seus limites estavam os arraiais de São Miguel e São Manoel, situados além do Campo da Redenção, portanto, longe do centro da cidade (BARROSO, 2010, p. 29).

A colônia africana, surgida em torno de 1861 e 1886, fundada por escravos alforriados, acabou sendo desocupada após a finalização de um processo de saneamento concluído em 1914 na capital rio-grandense. Essa presença deixou rastros de memória na Rua da Praia, na Rua Riachuelo, na Rua Vigário José Inácio no Lago Guaíba, nos marcos reconhecidos como Largo da Quitanda - Negras Quitadeiras, no Cais do Porto

⁹ “As áreas que compunham o entorno de Porto Alegre eram consideradas como sendo as zonas extramuros em oposição às zonas intramuros, que eram as áreas urbanas centrais, da cidade, consideradas nobres. O “cinturão negro” tem esse nome devido à significativa presença da população negra que vinha sendo excluída socialmente das áreas centrais e periférica em direção arraiais e às vilas que iam se constituindo. Desse modo, o negro se torna um pioneiro na ocupação do solo urbano de Porto Alegre” (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010, p. 137).

de Porto Alegre, nas antigas Casas de Batuque, na irmandade do Rosário, na Procissão Negra do Rosário, na Rua dos Andradas, em frente à Igreja, na Igreja Nossa Senhora das Dores e na Praça Brigadeiro Sampaio, bem como no entorno ao Mercado Público, espaço em que a presença dos negros e negras foi fundamental. Aspectos que indicam a singular importância da *cultura negra*, os marcos simbólicos, aspectos históricos, culturais e religiosos que remetem e remontam ao caráter simbólico, material/imaterial que demarcam a história da capital rio-grandense. Abaixo, é possível visualizar a disposição dos Territórios negros urbanos de Porto Alegre, em fins do século XIX:

Figura 1- Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre, em fins do século XIX



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho [Mapoteca].

No entanto, nos discursos oficiais a presença negra aparecia transformando a região em um ambiente “primitivo” e marginalizado, ou seja, lançava-se um olhar predominantemente negativo sobre as populações que residiam nesse território. Esses

locais eram vistos como locais perigosos em que viviam bandidos e criminosos, bem como com uma forte presença das casas de religião e a presença das mães e pais de santos. Bohrer descreve com precisão essa compreensão de como a Colônia Africana era vista:

O lugar, como se pode ainda verificar, era simplesmente primitivo, embora oferecesse do seu alto, ao norte, uma boa vista... Mas, como Colônia Africana, perdurou por muitos anos e só começou a ser chamado de Rio Branco, ultimamente, com a penetração da laboriosa coletividade israelita em seu território. Hoje conta até com sinagogas! A região agora apresenta bom aspecto. Atualmente é um bairro moderno e urbanizado, mas ainda até bem pouco tempo era um lugar perigoso e infestado de desordeiros. (BOHRER, 2011, p. 121).

Nessa época, como a maioria das capitais brasileiras, passava-se por um período de grande crescimento populacional, o que acabou influenciando diretamente na organização da cidade e em novos desafios para a capital. Além desse fator de crescimento em termos de população, por outro lado, também, passava-se pela necessidade de responder aos desafios impostos pelo processo de expansão do capitalismo e da modernização das cidades, guiados pelas elites que detinham os recursos financeiros. A partir do reordenamento, por meio de processos desencadeados a partir da ideologia do branqueamento e da higienização, foi-se procedendo paulatinamente a periferação da população africana e de seus descendentes, engendrando um projeto de estigmatização e criminalização.

Esse aspecto é condição essencial para analisar a forma como os processos sociais ao redor do globo constituíram-se e se constituem ainda, sob o viés de um poder calcado no dado biológico, na questão da raça. Particularmente em relação ao negro, a partir da raça como categoria originária, material e fantasmagórica, ao longo dos séculos, essa concepção funcionou e esteve na base de inúmeras catástrofes, de barbáries e destruições físicas, enfim, de incalculáveis crimes e carnificinas. Lembra Mbembe que “[...] a raça não existe enquanto facto natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil” (MBEMBE, 2014, p. 26-27),

O desenraizamento das populações negras ocorreu de modo forçado e violento, o que é verificável desde o processo da diáspora africana, em que esses povos africanos foram tirados abruptamente de seus locais de referência, de sua cultura e obrigados a migrarem para outras terras desconhecidas, de modo que foram obrigados a se dispersarem pelo mundo, em uma realidade de desrespeito as suas dignidades e de desumanização. Em terras brasileiras os africanos passariam a viver em condição de escravidão, trabalhos impostos sob o uso da força, os quais também envolviam

dominação do ponto de vista emocional e espiritual, passando pela imposição de que deixassem de lado as religiosidades presentes em suas culturas, negando seus saberes (QUIJANO, 2007). Entretanto, toda essa forma de espoliação e exploração imposta aos negros se tornaria, paradoxalmente, pior no período pós-escravidão, pois passaram a ser considerados livres, porém, sem qualquer tipo de assistência ou garantias para que pudessem estruturar-se a partir dessa nova realidade.

Esse aspecto influi diretamente na dimensão religiosa, pois a reterritorialização, pós desenraizamento, implica que sejam refeitos os laços de filiação com o solo onde se assenta os terreiros. De modo a serem solidificados pela passagem das gerações sobre os mesmos terrenos, requer-se que possa ser criado um espírito de coletividade em determinados espaços, nos quais os afrodescendentes possam inscrever sua história (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010). Sobre isso, Dos Anjos afirma:

O deslocamento dos referenciais simbólicos que constituem essa subjetividade acarreta um movimento do território no espaço físico. É o caso de um processo de remoção de uma vila: um corpo social desliza sobre outro corpo, fazendo com que a identidade de um e outro se desloquem. Isso expõe de modo mais específico tanto o problema da mediação (processo de remoção) quanto a identidade multilocal (DOS ANJOS, 2006, p. 42).

Diante de tudo isso, a desconstrução é sempre um desafio, por isso, o *Museu* possibilitou e possibilita a elaboração de uma nova leitura, crítica, ou seja, de conhecer a história que foi esquecida, ocultada, na qual o negro é partícipe:

Claro, território, museu do percurso, todo o movimento em Porto Alegre, ele surge do desejo das pessoas conhecerem. Para conhecimento que elas têm. Porque não só, mas todo o Rio Grande do Sul, teve a falsa ideia de que não havia negros aqui, ou que o negro estava deslocado desse lugar pretensa. E esses projetos vêm na lógica de mostrar que sim, a gente está aqui para ficar. Com uma história construída e que tem que só que ser identificado e revelado (Entrevistado 13, Adriana Santos)¹⁰.

Se ao longo do processo de urbanização-modernização passaram por um processo de deslocamento, de expulsão demarcada pela higienização e branqueamento, isso também é parte constitutiva de sua história, evidência de que estavam aqui, ocupando este território: “A expansão do centro da cidade sempre atingiu esses bairros de maioria negra de forma brutal, expulsando-os continuamente para a periferia” (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010, p. 148).

¹⁰ Formada em Pedagogia e mestra em Educação. Professora e supervisora em educação e consultora da UNESCO para relações étnico-raciais.

Frente ao exposto, o desafio consiste em demonstrar que essa cultura opressora persiste em manter de forma explícita um pensamento hegemônico, que acaba por negar a história do negro:

Eu acho muito importante isso ser feito nesse formato. Porque a gente vive numa sociedade que nos impõem formatos eurocêntricos para as coisas. E a gente não é só isso enquanto brasileiro. A gente tem a contribuição africana também. E o negro, a trajetória do negro aqui como em todo País, mas aqui em Porto Alegre, é isso. A gente foi sendo tirado de lugares e sendo jogado para outros lugares. Isso fez com que a gente percorresse e continue percorrendo (Entrevistado 14, Fernanda Carvalho)¹¹.

Esse elemento sinaliza para a necessidade de se retomar o próprio percurso dos negros que viveram na parte central de Porto Alegre, espaços em que as populações negras criaram modos singulares de territorialização, isto é, criando comunidades de convivência, redes de solidariedade. A questão da territorialidade negra tem estreita relação com o modo como as populações negras ocuparam a cidade, os caminhos trilhados e os itinerários que foram se estabelecendo e fixando, especialmente, no que tange a forma de vida, seus hábitos, formas de convivência, enfim, sua cultura e seus valores, aspectos que remontam a sua matriz cultural africana, suas diversificadas etnias, elementos esses que foram determinantes na formação e desenvolvimento da cultura afro-brasileira e afro-gaúcha, com aspectos específicos do processo de diáspora dos povos negros africanos.

Bohrer (2011) observa, nessa perspectiva, que a cidade precisa ser vista como um grande mapa que compreende em si uma multiplicidade de possibilidades de culturas que a compõe e que estão continuamente em um processo de disputa por sua formação e afirmação identitária. Assim, sob esse viés, analisar criticamente os aspectos essenciais dos territórios negros indica a possibilidade de se reconstruir aquilo que ficou despedaçado “[...] a história e suas particularidades, ou seja, a história dos moradores do local e sua relação com o todo da cidade. Através do território é possível um melhor delineamento dos espaços, espacialidades e locais dos grupos negros na cidade e suas múltiplas vivências”. (BOHRER, 2011, p. 126).

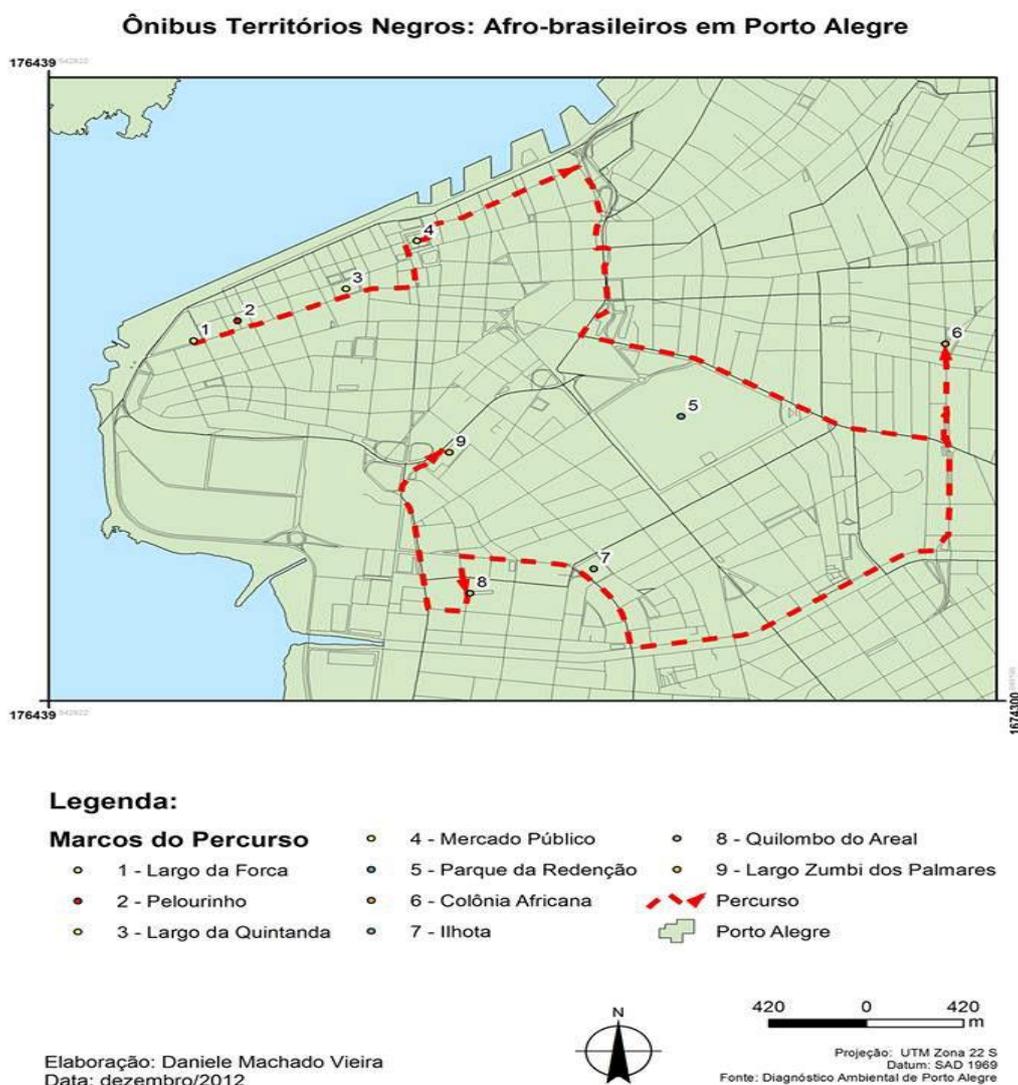
O projeto “Territórios Negros”: a prefeitura municipal de POA disponibilizava ônibus da Carris, equipado com profissionais inclusive historiadora para realizar o percurso guiado aos interessados; conforme Ruppenthal (2015)¹² proporciona retomar a

¹¹ Jornalista, e militante, atua no programa Nação da TVE, atualmente RBS.

¹² Ruppenthal observa que: “No projeto “Territórios Negros”, os participantes, não são majoritariamente de outros locais, muitos já conhecem a cidade, mas são convidados durante o percurso, a partir dos territórios visitados, a vê-la de outros modos, refletir sobre suas experiências, incorporando e

história, reconhecer a importância do negro em Porto Alegre, a memória e a história ainda pouco conhecidas. Vejamos o mapa da figura 2 com o Percurso de Ônibus pelos Territórios Negros.

Figura 2 - Percurso do Ônibus - Territórios Negros de Porto Alegre – RS



Fonte: (Elaboração Daniele Vieira)

Nessa perspectiva, acerca da importância da territorialidade, Leite assevera:

A formação de territórios negros no meio urbano e no meio rural, do ponto de vista dos indivíduos e grupos que o constitui, podem ser não apenas estratégias de sobrevivência e resistência, mas também espaços de revalorização e preservação de práticas culturais distintas, de afirmação de ancestralidade e da história comum, resultando numa vida articulada por uma identidade positiva. Circunscritos a territórios espacialmente demarcados no campo e na cidade, seja em bairros, vilas, centros religiosos, clubes, esquinas e guetos, a população de origem africana constrói sua singularidade, reforça

compartilhando narrativas no cotidiano. A ênfase do percurso também não está no ponto final, mas em todo o caminho desde a escravização até o reconhecimento atual” (2015, p. 35).

sua força política e inventa um tipo de cidadania diferente da cidadania oficial (LEITE, 1990, p. 3).

Esse elemento sinaliza para um redimensionamento e valorização de sua cultura e de suas territorialidades, mediadas pelas suas formas de expressão cultural na corporeidade, seja nos espaços públicos em sentido amplo, quanto em espaços de convivência como os terreiros, quilombos, quadras de escolas de samba, espaços de capoeira, Clubes Negros, que emergem a partir dos mais variados percursos dos negros, seja nos espaços urbanos, seja nas periferias em que o negro habilita, vive e convive, no contexto da cidade de Porto Alegre – RS. Nesse sentido, observa Felipe Rodrigues Bohrer:

Considerando que a noção de território negro diz respeito à forma como as relações sociais são estabelecidas entre sujeitos que pertencem e/ou frequentam a um mesmo espaço urbano gerando formas específicas de sociabilidade, salientamos que a moradia vai ter um papel importante na compreensão dos territórios negros (2011, p. 148).

Esse desafio precisa levar em consideração os territórios negros e suas especificidades em vista de que o processo de construção da memória possa garantir a valorização e o reconhecimento das populações, rompendo com uma concepção amplamente racista e disseminada sobre o negro na sociedade. Nesse sentido, Bittencourt Júnior afirma:

Compreendo Território Negro Urbano, portanto, como um espaço de construção de singularidades sócio-culturais de matriz afrobrasileira que é afirmativo e, ao mesmo tempo, é um objeto histórico de exclusão social em razão da expropriação estrutural dos direitos sociais, civis e específicos fundamentais dos negros brasileiros, o que faz exigir uma constante resistência (BITTENCOURT, 2010. p. 141).

Em vista da garantia da visibilidade e da valorização de sua cultura e da afirmação da identidade do povo negro, a exigência primeira se situa em se fazer um exercício de memória, rememorar os percursos trilhados pelos negros, os territórios estabelecidos e posteriormente desmantelados, se faz necessário retomar os lugares e os espaços em que o negro esteve presente na cidade de Porto Alegre, com sua singular contribuição cultural de matriz africana, sobretudo na consolidação da identidade do povo rio-grandense. Conforme Bittencourt Júnior:

A territorialidade negra decorre dos percursos construídos e vivenciados pelos africanos e seus descendentes, provenientes dos mais variados grupos étnicos do continente africano que, ao serem trazidos de forma compulsória no bojo do processo da diáspora africana, contribuíram na produção histórica de amplo universo social e simbólico denominado de Atlântico Negro (2010, p.12).

Mesmo que a *cultura negra* tenha sofrido e sofra ainda formas de violências institucionalizadas e não institucionalizadas no seio da sociedade, sejam simbólicas, culturais ou mesmo identitárias

Não houve pressão forte o suficiente que conseguisse anular a consciência da negritude que atualmente se exterioriza na música, nas artes, na academia, na política, na poesia, e por outros meios. São tempos de políticas de inclusão, de valorização da negra identidade, de respeito às diferenças e de busca de elevação da autoestima. (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010, p. 147)

Essa tarefa de retomada da importância dos povos afrodescendentes de matriz africana, por meio da incursão nos arquivos postos de lado, esquecidos, ou menosprezados pela historiografia oficial, de acordo com o museólogo Mário Chagas, indica para um aspecto fundamental: o desafio de estabelecer embates no campo social, no qual se dão os jogos de poder, as disputas ideológicas, pois

[...] não há como separar a memória e a preservação do exercício do poder e, portanto, os lugares de memória são também lugares de poder; lembrando que o poder não é apenas repressor, mas promotor de memórias e esquecimentos, de preservações e destruições (CHAGAS, 2002, p. 18).

Essa constatação explícita uma concepção que compreende que tanto as instituições de memória, os museus, quanto os atores sociais, bem como a narrativa produzida na historiografia, jamais foram e não são neutras, aspecto que precisa ser levado em consideração em uma leitura sociológica acerca da invisibilidade do negro no interior da cultura brasileira. De acordo com Souza, a possibilidade do reconhecimento passa pela tomada de consciência,

Esse desafio de buscar uma compreensão arqueológica (OLIVEIRA; TOCCHETTO, 2010) e dos arquivos inerentes à cultura afrodescendente de matriz africana aponta como indicativo que: “O percurso do museu implica na releitura de uma história, e de uma cidade negra “esquecida” e no incentivo à apropriação e reapropriação do patrimônio cultural negro” (VILASBOAS, 2010, p. 91). Conforme Bittencourt Júnior:

Os espaços socioculturais considerados lugares de memória do negro para fins de instauração de um processo de monumentalização por meio de marcos artísticos são os Territórios Negros Urbanos. Esses territórios datam de uma Porto Alegre antiga (do século XIX) e moderno-contemporânea (dos séculos XX e XXI) em consonância com os critérios políticos-ideológicos e simbólicos produzidos e mantidos pela comunidade negra, com os membros da academia, pela militância negra, pelos artistas, poetas e demais cidadãos negros, como também pela sua visão de mundo de matriz afrobrasileira (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010, p. 150).

Embora haja dispositivos legais, cartas magnas e leis que visam garantir a igualdade racial, os direitos humanos básicos a cada cidadão, cumpre destacar que ainda temos um longo caminho a percorrer, pois há ainda uma enorme carência em termos de apropriação, de maior conhecimento e compreensão sobre a importância da presença do negro na história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, do conjunto das lutas enquanto resistências de povos que ao longo dos séculos foram relegados ao esquecimento e ao menosprezo. Povos que buscam seu reconhecimento, a garantia de seus direitos em vista da construção de uma sociedade mais equitativa e antirracista, na qual a diversidade étnica e cultural possa ser um fator agregador e gerador de harmonia a partir das diferenças e dos mais distintos modos de organização da vida no interior de cada cultura.

De acordo com Sansone (2012), presenciamos, ao longo das últimas décadas, uma significativa mudança no modo como a África passou a ser vista, compreendida e representada na cultura brasileira: “Diferentemente de outros países das Américas, no Brasil costuma-se reinventar a África não apenas na mídia ou nas culturas das elites, mas também na cultura popular a partir do crivo afro-brasileiro” (SANSONE, 2012, p. 7). Entretanto, embora haja um crescente avanço em termos de apropriação e interesse acerca da cultura afrodescendente, sobretudo pela riqueza presente nas culturas de matriz africana, por parte do movimento negro, ainda é perceptível na sociedade certa concepção que compreende o negro de modo subalterno.

Esse aspecto reflete diretamente na representação dessa cultura, ainda retratada no âmbito museológico a partir do viés da escravatura, pela coragem, por aspectos folclóricos, mas que ainda não reconhecem o modo como as identidades ganharam expressões culturais específicas a partir das relações que foram sendo estabelecidas pela população negra no novo lugar de vida. Isso também é perceptível nos órgãos de governo de estado, em que se dá a primazia para outras etnias e onde se revela certo desprezo em relação às demandas apresentadas pela etnia negra. Mbembe pontua esse aspecto:

O nome negro, este nome assinalava uma série de experiências históricas desoladoras, a realidade de uma vida vazia; o assombramento, para milhões de pessoas apanhadas nas redes da dominação de raça, de verem funcionar os seus corpos e pensamentos a partir de fora, e de terem sido transformadas em espectadores de qualquer coisa que era e não era a sua própria vida (MBEMBE, 2014, p. 19).

Esse fator que se depreende dessa compreensão acerca do negro é verificável ao se lançar um olhar prospectivo aos *Museus e a museologia*¹³ tradicionais de Porto Alegre, em que se evidencia a ausência da presença do negro, de aspectos que explicitem sua cultura, suas raízes, suas tradições, saberes e valores. A partir dessa constatação sobre a ausência da presença da representatividade da cultura afrodescendente (VARGAS, 2013) é que pode ser situada a luta do movimento negro de Porto Alegre. A partir da década de 1990, ele passa a debater diretamente em suas pautas formas de garantir a visibilidade da cultura por meio da criação de espaços e marcos no interior da cultura portoalegrense, capazes de rediscutir a presença do negro na constituição de Porto Alegre, seus territórios que aos poucos foram se tornando invisibilizados e que caíram no esquecimento:

Em Porto Alegre, a comunidade negra é frequentemente alijada de parte de sua cidadania, mesmo estando fora da história local oficial e em persistente construção ideológica de invisibilidade ou de imposição de violência simbólica, por parte dos segmentos não-negros da população. (BITTENCOURT JÚNIOR, 2010, p. 141).

Diante dessa cidadania negada, da produção constante e ativa de sua invisibilidade, aos poucos foi-se gestando no interior do movimento negro a demanda pela criação de marcos simbólico-artísticos que pudessem, de modo contra-hegemônico, afirmar presenças, o que resultou na ideia de edificação do *Museu*¹⁴.

Para os técnicos da área, na época em que se gestou a ideia do projeto em torno ao Museu, surgiu, a ideia era uma “[...] ação específica denominada Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, [que] não se constituiria como um museu, mas na verdade

¹³ Luís Alonso Fernández pontua que logicamente a realidade patrimonial e museável precedeu em termos de tempo e a prática museográfica, bem como a própria justificação e existência de uma ciência museológica, a partir da seguinte ideia nucleadora: “En el principio fue el deseo y la voluntad de todos los pueblos en todas las culturas y civilizaciones por conservar hacia el futuro su patrimonio” (FERNÁNDEZ, 2010, p. 17).

¹⁴ Luís Alonso Fernández explicita a forma como a *museologia* foi se desenvolvendo ao longo dos séculos, desde sua gênese em uma concepção fixada sob a ideia de museu e seus aspectos concernentes, em que aquilo que está em primeiro plano é o museu em seus elementos constitutivos e o seu conteúdo, até as discussões posteriores acerca da natureza da museologia, de sua especificidade e aspectos inerentes, que a partir da Segunda Guerra Mundial passa a discutir de modo renovada a problemática acerca do museu. Ou seja, começa a se analisar o Museu de modo muito mais amplo que um local, um lugar onde se guardam objetos e obras, em que já não há unanimidade sobre o tema: “La nueva museología ha sido propiciada e impulsada, en realidad, por una serie de circunstancias de carácter técnico y museográfico, y por una evolución de apertura en la mentalidad de los museólogos. Ésta se corresponde con la constatable en la demanda sociocultural del público o de comunidades concretas, que ha tenido un continuo crecimiento desde el fin de la Segunda Guerra Mundial. Entre estas causas o circunstancias, es necesario citar la apertura proveniente de una mayor investigación científica y sus consiguientes aplicaciones tecnológicas sobre los objetos de la cultura material, sobre la conservación del patrimonio en suma” (FERNÁNDEZ, 2010, p. 26).

deveria ser classificada como um projeto de interpretação do espaço” (VARGAS, 2013, p. 85). Essa concepção quebraria com a ideia estabelecida acerca do que se compreende por museu enquanto um espaço reservado, uma instituição materializada em uma sede, que possui obras e coleções tradicionais, bem como público que o frequente, aspecto que surpreendeu tanto aos técnicos quanto a atores sociais de diversificadas áreas de conhecimento. O processo que ocasionou a construção do Museu a céu aberto assim é expresso:

Não tinha referência, existia todo um... a própria colônia africana, não tinha uma placa dizendo que ali era colônia africana. Então realmente havia um esquecimento reiterado da memória do negro, na minha percepção. Aí coloquei essa temática pro pessoal e o Lua prontamente concordou em botar isso no debate. Que é importante, que é por aí. Aí começou a surgir coisa. Vamos fazer então, pedir pelo orçamento para fazer na época um vídeo, um livro, alguma coisa nesse sentido, para trazer essa discussão. De registrar isso, que a memória da nossa etnia está sendo apagada (Entrevistado 08, Pedro Rubens Vargas).

Vargas (2013) explicita a possibilidade de se realizar uma leitura diversificada acerca do Museu, compreendendo-o tanto como projeto de representação de território, como sugerem parte dos técnicos e especialistas em patrimônio cultural, quanto concebendo-o como museu, tendo em vista as representações que a essa edificação foram dadas pelo movimento negro e pelas organizações negras da capital gaúcha desde sua gênese. Importante destacar é o envolvimento de pessoas no processo de organização do projeto e implementação do museu do percurso:

Fizemos a história desse Estado. E a gente merece estar representado através de um monumento. Então hoje a gente tem várias esculturas espalhadas e no centro da cidade. Local nobre, nobre. Isso é muito importante para o movimento e para nossas crianças (Entrevistado 03, Jeanice Dias Ramos)¹⁵.

Os primeiros esforços se deram a partir das diversas organizações do movimento negro portoalegrense, que se reuniram no Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, da Secretaria Municipal de Cultura, com a finalidade de debater e colocar em pauta a organização de um Seminário. Esse serviria para discutir o marco organizativo em torno ao CRAB (Centro de Referência Afro Brasileiro), entidade em torno da qual confluíam as grandes demandas dos movimentos negros da capital rio-grandense, de tal forma que as demandas das diversas organizações pudessem ser propostas, apresentadas e tematizadas frente aos órgãos governamentais. A realização do Seminário possibilitou que as demandas dos movimentos negros de Porto Alegre

¹⁵ Jornalista, museóloga [a partir da segunda etapa do Museu] e bibliotecária.

pudessem ser explicitadas, discutidas e, posteriormente, encaminhadas ao Orçamento participativo¹⁶ executado na municipalidade com a participação de artistas e ativistas negros:

Outra coisa que eu acho extremamente importante que diz respeito ao campo das artes em Porto Alegre é que tu introduz artistas negros que nunca tiveram oportunidade. Então, ele muda também a estética da arte pública. Sem fazer juízo de valor aos artistas de rua. Tem alguns que eu gosto muito. Mas a questão da cor foi trazida pelo museu de percurso. Essa coisa, essa cor vibrante, foi ali. Uma nova estética pra arte pública na cidade, que tu não tinhas até então. Mesmo que ele seja pequeno. Mas isso é uma coisa nova. É uma mudança de perspectiva de visão da cidade (Entrevistado 08, Pedro Rubens Vargas)¹⁷.

Entre os aspectos centrais discutidos no Seminário, de acordo com Vargas (2013), dois podem ser destacados, quais sejam: um crescente processo de apagamento paulatino da memória da etnia negra, especialmente no que concerne aos espaços e lugares da cidade que são representativos para essa cultura e, em composição com essa constatação, a necessidade de demarcar pontos importantes na capital, os quais pudessem proporcionar uma reescrita espacial da história do negro em Porto Alegre. Percebe-se, então, em decorrência disso, que o desafio persiste em reler a história sempre de forma crítica, em vista de colaborar na construção de um debate sério e comprometido com a realidade social, conforme destacado:

Assim como todas as outras etnias formadoras da cultura do Rio Grande do Sul têm sua representatividade assegurada e reconhecida em manifestações culturais, a cultura afro precisa assegurar essa representatividade e equidade em políticas antirraciais. O Museu, por reunir aspectos sócio-históricos e culturais, aponta essa possibilidade de fomentar e alavancar políticas antirraciais específicas para a cultura afro (Entrevistado 01, Ana Selmira)¹⁸.

A solução para dar conta dessa dinâmica dialética entre esquecimento e memória, que se torna explícita e constante na agenda dos movimentos organizados

¹⁶ O processo de inauguração deste novo modo democrático de decisão de investimentos em obras e serviços se deu no ano 1989, a partir de experiências de governos populares e se constituiu como marco histórico na cidade, pois consagrou a capital dos gaúchos como uma referência internacional em democracia participativa. “Em 2014, vale lembrar, estaremos comemorando um quarto de século nesta caminhada que tem demonstrado a capacidade de os próprios cidadãos decidirem a aplicação dos recursos do orçamento público”. Sobre esse tema ver: (BASSANI; FEDOZZI; FURTADO; MACEDO; PARENZA, 2009).

¹⁷ Graduado em História e Administração e Mestre em Planejamento Urbano e Regional, com pós-graduação em Museologia. Técnico de Cultura da Secretaria Municipal da Cultura. Foi membro do Projeto Monumenta e PAC e um dos idealizadores do Museu de Percurso do Negro.

¹⁸ Licenciada em Letras, mestra em Educação (UFRGS / FACED). Professora na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

ligados ao movimento negro da capital rio-grandense, sinalizava para a demarcação e edificação de marcos físicos que pudessem dar conta de garantir a presença da cultura e da presença negra relegada ao esquecimento, a demarcação espacial e temporal do território negro. O *Museu* surge, nesse sentido, “como ideia-força”, ou ainda, se constitui “como ideia-expressão de um movimento de reivindicação de direitos civis e políticos de representação da etnia negra no concerto das memórias e dos povos que originaram e fazem Porto Alegre” (VARGAS, 2013, p. 87).

2.2 Territórios negros: o uso e a ocupação dos espaços públicos

Atravessando a ideia do Museu sempre esteve a questão de que a luta e a resistência constante, associadas à busca permanente, em processos de construção coletiva, de efetivação dos direitos humanos, especialmente dos povos negros, deve ser visibilizada e estar acessível como legado e inspiração. A grande preocupação é garantir “um museu que possibilita políticas governamentais antirracistas, dando *visibilidade, representatividade como respeito a identidade às* populações negras por meio de edificações” (Entrevistado 02, Arilson dos Santos Gomes), o que romperia com uma ideia estática de museologia, a partir de uma proposta pensada e articulada em vista de proporcionar o resgate de uma cultura que foi aos poucos sendo banida, esquecida e deixada de lado na constituição dos espaços arquitetônicos e públicos da cidade.

Essa constatação coloca um elemento essencial, que é a concepção de uma subjetividade forjada e construída e que atinge diretamente a cultura afrobrasileira, e necessária leitura crítica que se deve ser elaborada sobre as raízes do racismo, e como o negro sofreu e ainda sofre preconceito no interior da sociedade. Em tal contexto, é importante salientar o universo simbólico, cultural, estético e ético:

O ocidente criou o rosto como o lugar de expressão de uma subjetividade que reside além dessa manifestação, na interioridade do indivíduo. O processo de rostidade se caracteriza pela individuação do representante, de sua interioridade. A cada cara corresponde uma subjetividade intangível. A interioridade escavada sob a superfície de expressão, o rosto (ANJOS, 2006, p. 86).

É nessa perspectiva que a indagação acerca da importância do *Museu* no formato de céu aberto¹⁹ recobra seu sentido, isto é, em situar como esse marco na luta

¹⁹ É importante salientar que nas entrevistas destacou-se a concepção de museu a céu aberto como algo inédito e de fundamental importância para a cultura do negro. É um avanço para a cultura. Essa parte cultural, ainda mais sendo negro. Museu a céu aberto onde todo mundo tem acesso. Não é todo mundo

do movimento negro pode dialogar com a questão primordial para essa cultura, os territórios negros e a construção de políticas públicas, e em que sentido se pode dar passos que sinalizem para a visibilidade da *cultura negra*, de rostos negros, na conscientização sobre o antirracismo, redimensionando autenticamente os valores e os traços da *cultura negra* no interior de nossa cultura, nos locais onde se produz e dissemina a cultura e na formação da memória tanto individual, quanto coletiva das presentes e das novas gerações de portoalegrenses.

Assim, o movimento negro, enquanto organização que luta em prol da valorização de sua cultura tem presente que o desafio persiste em mostrar que a questão racial/racismo ainda persiste fortemente na sociedade brasileira e, por conseguinte, portoalegrense, de acordo com o que se torna evidenciado:

Então tanto o percurso do negro em Porto Alegre, quanto à questão dos territórios negros eles têm o seu objetivo: De mostrar a presença negra na cidade, mas acho que mais que isso, mostrar que é possível tu fazer um trabalho pedagógico a partir desta ferramenta de visibilidade. Acho que a importância desse projeto consiste aí: visibilidade do negro no Estado, na cidade, mas principalmente, mostrar para educadores nas escolas, os alunos, que é possível fazer um trabalho interdisciplinar, desencadeado a partir da questão do pertencimento de onde eu estou, do meu lugar (Entrevistado, 13Adriana Santos).

Na esteira do exposto, buscaremos analisar como se concebeu uma agenda mínima de reivindicações, que desembocou na concretização do Museu, embora com seu decorrente processo de estagnação, em identificar como essa política museológica propicia um processo de revisão da memória e na ocupação dos espaços públicos nos quais a *cultura negra* foi fundamental no seu desenvolvimento, nesse particular a capital dos rio-grandenses, pois conforme pontua Monteiro:

Uma cidade não é formada e construída de uma só vez, pois, como um corpo coletivo e dinâmico, é composta por vários grupos e sujeitos sociais, está em constante fazer-se, sempre recebendo novas contribuições e respondendo a novos desafios. A cidade somos nós e nossos projetos, ações, lutas, derrotas e realizações cotidianas (MONTEIRO, 2010, p. 43).

O conjunto de pautas foi emergindo ao longo do tempo, como se deu o estabelecimento da agenda do movimento negro que explicita os anseios ligados a processos culturais de matriz africana que ficaram à margem, tomando como referência uma análise da edificação estrutural museológica e de monumentos públicos destinados à memorização das culturas presentes na história rio-grandense. É importante, nesse

que entra num museu. Na correria do dia a dia tu não tem tempo de ir a um museu. E tu tendo um museu a céu aberto, você tem acesso às obras de artes urbanas. Culturalmente é uma maravilha (Entrevista 10 Paulo Luiz Silva Correa).

ponto, situar como essa agenda ressoa no interior das entidades político-administrativa e governamentais e, por conseguinte, como tem se dado o atendimento das demandas elencadas e apresentadas ao poder público pelo povo negro.

O processo de idealização do Museu implica intrinsecamente um processo de seleção, de definição e de planejamento, que coloca em questão a própria compreensão de museologia, conforme já mencionamos. Nesse sentido, conforme precisa Mello:

Seja denominado como museu de percurso, museu de território, museu a céu aberto, o princípio ativo que move esse processo de musealização é o mesmo: utilizar-se do espaço ao ar livre, no encalço de paisagens naturais ou urbanas, edificações antigas ou mesmo espaços em ruínas ou já demolidos, praças, cujo conjunto geográfico possam comunicar de forma planejada a trajetória/historicidade de um povo (MELLO, 2016, p. 149).

Essa metodologia proporcionou que fossem elencados dados que tornaram possível visibilizar e reconstruir os aspectos basilares, com força de ensejar processos de conscientização dos indivíduos, de formar uma renovada compreensão acerca da cultura e da monumentalidade, de evidenciar que precisa ser relida, melhor compreendida, para que possa alavancar uma agenda política que indique traços de uma cultura e uma política de representatividade.

A construção de um amplo movimento marcado pelo diálogo, a relevância que os debates e encontros que se deram proporcionaram marcou um momento primordial nesse processo de construção da agenda em torno do *Museu*, em que muitas pessoas em diferentes momentos e espaços pudessem interagir, refletir e resgatar a memória esquecida do povo negro. Nesse sentido, de acordo com um ativista do movimento negro, no ano de 2009 o grupo de trabalho constituído era composto por diversas entidades da sociedade civil organizada, conforme podemos perceber no que segue:

Que tinha atuação comprovada no segmento da comunidade negra, da cultura afrobrasileira. Daí participava do movimento negro unificado. Participava do Angola Janga e do Instituto de Assessorias de Quilombos, e do Iaporeque, se eu não me engano. Diversas associações, eu não me recordo bem quais as que estavam ali, de fato, representadas. Mas tinham pessoas, que não sei se tinham relação com a associação de mulheres negras. Tinham pessoas que tinham relação com o carnaval. Tinha também pessoas que também atuavam na Liespa. Então tinha um grande coletivo. Como era o caso do Mocambo, associação de moradores da Cidade Baixa. Representados por Io Maria Rodrigues. Então, tinha essas pessoas todas. O pessoal do carnaval. Tinha pessoal da capoeira, no caso o Renato. Diversas organizações. Dezenas de organizações. Se eu citar aqui eu certamente vou esquecer-me de vários. Então, eu prefiro não listar, mas diversas pessoas. Então, esse grupo se reunia com uma periodicidade, sob a coordenação do Angola Janga, que naquele momento tinha como coordenador executivo, eu não me recordo bem. Não lembro se era coordenador executivo ou presidente no estatuto do Angola.

Mas estava à frente a figura do Luiz Bitencourt, O Lua, que era nossa liderança, nossa referência (Entrevistado 07, Vinícius Vieira)²⁰.

Assim, diante do supramencionado, se torna perceptível que desde o princípio houve uma ampla gama de lideranças que estiveram efetivamente envolvidas no processo de debate e de construção das agendas importantes do movimento negro. E, continuarmos com agendas propositivas aos órgãos Governamentais enfocando diretamente, a edificação dos marcos restantes e que o Museu seja uma resposta contra o racismo estrutural na sociedade. Esse elemento requer ainda ser melhor compreendido, estudado e investigado, o que implica discutir a etnicidade, territorialidade e pertencimento, bem como suas implicações. Para os ativistas negros, mesmo frente ao racismo vigente, diante da forma violenta pela qual o negro sofreu o processo de escravização e expulsão e desenraizamento de seu território, cabe frisar sua riqueza cultural presente na atualidade:

geraram ricos patrimônios culturais. E o percurso do Museu do negro, ele é um processo de execução que evoca presença, *memória, o protagonismo social e cultural dos africanos e descendentes* no centro histórico da cidade de Porto Alegre” (Entrevistado 02, Arilson dos Santos Gomes) Grifo nosso.

Uma leitura atenta evidencia os traços de uma história demarcada pelo fator *branqueamento* no interior da cultura predominantemente eurocêntrica, e o progressivo processo de exclusão do negro dos arquivos oficiais da história, determinadamente demarcada por uma visão preconceituosa acerca da imagem do negro, geralmente associada ao fator escravocrata e de mão de obra. Nesse sentido, a figura do negro é convertida em um vestígio do passado, sem memória, sem cultura e história. Mattos, Abreu, Dantas e Moraes ilustram com precisão:

Depois do período colonial e da escravidão, os afrodescendentes praticamente desaparecem da história do Brasil ensinada, de alguma forma confirmando a ideia de que somos uma nação sem problemas raciais. Por que estudar os afrodescendentes depois da abolição se não existem mais escravos? (2009, p. 310).

A partir de uma construção coletiva e inserida na comunidade local surge o desafio de reposicionar a história, reler a própria historiografia a partir de outras narrativas e discursividades, tendo em vista a garantia de visibilidade e reconhecimento, a real possibilidade do delineamento de uma política de representatividade. Essa política

²⁰ Escultor, arquiteto e urbanista. Atualmente é Diretor Cultural do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB RS e integra a Setorial de Artes Visuais do Conselho Nacional de Cultura – CNPC/MinC.

de representatividade precisa estar alicerçada sob a perspectiva da ocupação e da ressignificação do uso dos espaços públicos, bem como da distribuição do patrimônio cultural e territorial da cidade. Conforme destaca Chagas

[...] marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e à afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes; por outro, assumir a volatilidade desse território pode implicar a construção de estratégias que favoreçam a troca, o intercâmbio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos (CHAGAS, 2015, p. 6).

A etnicidade enquanto algo inerente à determinada cultura, em um meio específico, em uma tradição cultural em sua singularidade, implica um conjunto de aspectos e fatores. Dentre tais fatores, podemos mencionar a linguagem, a religiosidade, o conjunto de costumes, as raízes histórico-culturais, o sentimento de pertencimento a um determinado espaço geopolítico, um território no qual determinada cultura compartilha seu modo de ser, o que também determina peculiaridades de determinado grupo/grupos, o que, na presente pesquisa sinaliza a presença do negro, sua história, seu legado na construção de Porto Alegre RS. Para os militantes, importante se faz tomar consciência de que ser negro é perceber a condição de subalterno por meio de uma visão e de uma compreensão ideológica, na qual a submissão se produz e reproduz numa imagem alienada de sua identidade e cultura, conforme a leitura crítica de Souza:

De acordo com Restrepo, a etnicidade pode ser entendida a partir de uma ontologia, pois precisa levar em conta a condição humana enquanto manifestação biológica e cultural, a qual compreende o humano como “Un ser-esencial-compartido condicionante de una serie de rasgos característicos — somáticos, culturales, lingüísticos e históricos – constituiría la etnicidad y la conciencia de la identidad étnica” (RESTREPO, 2004, p. 29). Ao elaborar uma cartografia da etnicidade, o autor mencionado destaca um fator de suma importância:

Cada identidad étnica se despliega de acuerdo con la densidad histórica de su contexto particular, pero sin una necesaria (o necesaria no) correspondencia con determinadas locaciones sociales. Las identidades étnicas emergen y se transforman en contraposición, yuxtaposición y correlación con otras identidades étnicas, así como con distintas modalidades de identidad cultural (RESTREPO, 2004, p. 63-64).

Assim, a partir da historicidade e das discursividades que se produzem no campo social, se torna possível analisar a etnicidade enquanto um dado construído no lastro social, um *constructo* que decorre de lutas históricas, de práticas de subjetivação e de

dessubjetivação (Cf. FOUCAULT, 1988), do conjunto de memórias e experiências e de acontecimentos que, do ponto de vista de uma perspectiva de oficialidade da história, foram postos à margem²¹. Assim, marginalmente consideradas, convidam a um processo de releitura da constituição da realidade, dos acontecimentos, dos arquivos que nem sempre são levados em consideração, os quais fizeram e fazem parte da produção dos discursos, o que implica em recuperar a historicidade e o potencial da memória a partir da realidade de Porto Alegre.

Para o projeto militante em pauta, o processo de massificação da história do negro deve ser trazido à tona dada a importância da *cultura negra* na construção da cultura de Porto Alegre. Cabe mostrar a presença do negro nos meios sociais e no processo de constituição da cidade: “Eu acho que o museu, aqui no centro da cidade, principalmente tem esse papel de mostrar que esse povo esteve aqui. Importante para esse espaço, para o crescimento desse espaço e só não está ainda forte porque foi tirado daqui” (Entrevistado 14, Fernanda Carvalho).

Essa compreensão possibilita o fortalecimento e a reorganização do movimento negro, apesar de todas as dificuldades, para ser protagonista da própria história, fazendo uma memória que não apenas traz as lembranças dos antepassados, mas que, ao trazê-las à tona, continuam a impulsionar o movimento negro para a construção de políticas públicas favoráveis ao combate do racismo ainda tão presente. Dessa forma, por meio do *Museu* o movimento negro organizado,

Tem a oportunidade de ter o que mostrar do nosso povo. Acho assim: isso é que é o mais importante. A pessoa jovem se sentir representada e ver que seus antepassados fizeram parte da história da construção de Porto Alegre. E estimular que eles também possam ser protagonistas nas suas trajetórias de vida. Acho que esse é o principal papel do museu do percurso. Assim, as obras estão lá, estão na rua, fazendo natural (Entrevistado 07, Vinícius Vieira).

Desse modo, se espera que cada identidade étnica se configure e explicita no campo social de acordo com sua densidade histórica. Dito de outro modo: é a partir de um panorama conjuntural particular que as identidades emergem, se transformam e se contrapõem em correlação com outras identidades étnicas, bem como com as demais identidades culturais:

²¹ Walter Benjamin, em suas teses sobre o conceito de história salientava acerca da importante tarefa de ler a história pelo seu reverso: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim, como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo”. (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Las identidades no son fijas ni aisladas sino posicionales y relacionales; no están definitivamente osificadas sino que están constituídas por procesos cambiantes de sedimentación e inestables suturaciones; no son totalidades cerradas y unidimensionales sino fragmentadas y múltiples; son histórica y discursivamente producidas a través de relaciones de poder sin garantías esencialistas. Las identidades involucran las políticas de representación y un continuo, más nunca concluido y siempre confrontado, proceso de cerramiento y subjetivización (RESTREPO, 2004, p. 62).

Logo, há que se levar em conta a historicidade - o campo no qual uma determinada cultura faz experiência, se situa, se constitui e se inter-relaciona - enquanto um campo de constante enfrentamento de compreensões, de visões de mundo, de saberes e de ideologias que guiam o ser humano em suas formas de conceber a realidade, sua cosmovisão e sua forma de atuar em sociedade.

Isso implica considerar como, ao longo dos séculos, as violências foram sendo perpetradas contra o negro, seja no processo de seu deslocamento dos espaços nos quais atuava e convivia, seja no ocultamento e na negação de sua presença e sua real importância na história de Porto Alegre. Como já vastamente afirmado aqui, os militantes sinalizam para a inexistência de sua valorização no patrimônio cultural edificado em monumentos, memoriais, por meio de marcos simbólicos, e edificação de obras de arte que possam proporcionar a retomada e a afirmação dos valores presentes em sua cultura.

E mais, a inferioridade e incapacidade socialmente construída ao longo da história do afrodescendente contribuiu para sua dificuldade de ascender socialmente e economicamente. É preciso compreender que se “teve a falsa ideia de que não havia negros aqui ou que o negro estava deslocado desse lugar. E esses projetos vêm na lógica de mostrar que sim, a gente está aqui para ficar. Com uma história construída e que tem que só ser identificado e revelado”²² (Entrevistado 05, Eugenio Silva de Alencar-Mestre Paraquedas).

Esse aspecto carrega em si a necessidade de proceder um processo de reconstrução coletiva da memória (HALBWACHS, 2006), especificamente da cultura negra, o que necessariamente suscita uma leitura prospectiva da história, a sua importância no panorama no qual emerge o *Museu*, tanto no âmbito de Porto Alegre como, de um modo mais amplo, do Rio Grande do Sul. Ou em outras palavras, “diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar

²² Ativista do movimento negro, Griô e Mestre Paraquedas.

muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Em decorrência disso, os militantes esperavam desencadear um processo que tornasse possível repensar a distribuição geográfica e arquitetônica da cidade, em vista da valorização dessa cultura que tem sido esquecida e menosprezada na conformação de políticas públicas nos meios governamentais, e que, em boa medida, é rememorada exclusivamente a partir do processo de escravidão, pela sua exploração e exclusão social. Essa forma de elaborar o passado se torna uma nova forma de violência contra o povo negro, ao associá-lo única e exclusivamente ao processo escravagista e a seus signos, aspectos ainda determinantes na conformação dos processos sociais, em uma visão de mundo e de valores ainda preponderantemente eurocêntrica (Cf. BITTENCOURT JÚNIOR, 2013, p. 14-15).

Essa dinâmica que denunciemos, de higienização e branqueamento das cidades, precisa ser lida a partir do fator racial, de modo a explicitar como tais dispositivos incidiram na fundamentação e na estruturação de políticas de representatividade das culturas e, especialmente, em relação à *cultura negra*, como política de suspensão, que aos poucos fez com que essas populações não tivessem seus direitos garantidos, tendo que migrar para as periferias das cidades e para meios sociais em que, em boa medida, imperam condições de vida precárias e desassistidas pelos órgãos públicos em geral.

3 MARCOS DO MUSEU DO PERCURSO DO NEGRO DE PORTO ALEGRE

Como vimos no capítulo anterior, os militantes engajados na causa do *Museu* esperavam recuperar a questão fundamental das lutas e reivindicações do movimento negro em Porto Alegre. Pautado e idealizado como processo de conquista de efetiva cidadania, pela garantia da memória individual, coletiva e social da população negra, o *Museu* deveria permitir a incursão e a inscrição por meio de marcos simbólicos, artísticos, do “povo negro” sua história, seu legado, suas especificidades diante de um cenário no qual ainda é menosprezada e pouco valorizada nos espaços museológicos (BITTENCOURT JÚNIOR, 2013, p. 13-53). O caráter incipiente e estagnado do processo levanta questões: O Museu possibilita, de fato, fortalecer políticas de representatividade e formação de consciência étnico-racial? Ele pode incidir positivamente na formação de consciência coletiva de valorização da cultura negra em vista da garantia de seus direitos?

Essa iniciativa, em que pese os avanços, entraves e limites, partiu do desejo de garantir uma releitura da história da cidade, em dar voz e visibilidade aos atores sociais que foram parte ativa na construção de Porto Alegre – RS, o que ensejou a construção de uma agenda por parte do movimento negro, na direção de demarcar uma nova forma de compreender os espaços públicos, de como usá-los e como esses podem ser um meio pelo qual as pessoas possam revisitar a história de Porto Alegre, compreender a atualidade, aquilo que circunscreve a sociedade civil por meio dos arquivos presentes e tornados visíveis nos marcos que constituem o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. Além de sua dimensão política e de justiça com o povo negro, é possível a partir dessa iniciativa, da significação que encerra em si, proporcionar um processo de formação e de conscientização nas atuais e futuras gerações sobre a necessidade de se construir uma sociedade mais plural, equitativa e antirracista.

3.1 Etapa I do Museu - Tambor

A primeira obra do *Museu*, *O tambor*, que está situado na Praça Brigadeiro Sampaio, foi criado pelos artistas Gutê, Leandro Machado, Elaine, Mattos, Pelópidas Thebano e Xaplin. Apresenta 12 figuras de instrumento-típico, sendo amarelo em função do Orixá Oxum, que usa vestes com essa cor. As figuras inscritas no tambor,

circundando-o, expressam a trajetória do povo, ou seja, a oposição entre a dor e a alegria, a luta e a perseverança frente à exploração e à cultura opressora. A dor ficou associada ao fato de que, nesse local, eram enforcados os negros escravizados. O tambor, enquanto isso, é ele próprio uma referência da *cultura negra* associada à alegria.

Figura 3 - Etapa I do Museu do Percurso do Negro – Tambor



Fonte: Brechó de Saberes

Os criadores do monumento pretendiam que o seu colorido - amarelo com imagens brancas - trouxesse uma nova alegria à Praça Brigadeiro Sampaio, que representaria a diversidade e a luta pela representatividade em meio a uma cultura branca que se sobressai e tem seu espaço garantido por meio de políticas públicas. Como já mencionado, o amarelo é em homenagem a Oxum, um dos orixás femininos, que está relacionado à beleza e à riqueza de um povo que sofreu as consequências da escravização.

Um dos objetivos dessa seção é verificar, por parte dos passantes, a percepção e compreensão de cada obra do Museu do Percurso do Negro. Propusemo-nos, com esse objetivo, a entrevistar aleatoriamente pessoas que estavam passando por perto do Museu

ou observando o marco. Com relação ao Marco do Tambor, num dos dias da semana Nacional do Museu²³, uma das passantes se expressou da seguinte forma:

“Representa que teve negros escravos, mas, só um Tambor é uma coisa muito solta, muito sem importância. Como se não fizesse sentido. Passa despercebido. Com nós negros... apenas obrigação, sem valorização. O negro não é valorizado (Entrevistada Deise Nunes Conceição²⁴).

Enquanto participante do processo de construção do Museu, minha primeira reação foi pensar que esse tipo de resposta torna evidente que há uma necessidade de mais informação ou detalhamento daquilo que o Tambor quer expressar. Pensei que pessoas de pouca leitura têm dificuldade de situar e compreender o significado da obra de arte, sua grandeza independente das dimensões. Na medida em que foram se acumulando impressões nessa mesma direção, pude refletir mais sobre os limites do projeto. Entrevistados diziam que o Tambor, “garante pouca memória do passado do trabalho escravo. Como instrumento musical é só uma parte da cultura do negro, mas há dificuldade em se compreender o sentido” (Entrevistado Antônio Carlos Azevedo)²⁵.

No entanto, é a contrapelo que o monumento faz pensar sobre o racismo. Os militantes queriam que pela grandeza inspirasse a autoestima negra. Mas são os limites do monumento que fazem pensar a recorrência do racismo institucional.

Eu sou de Mato Grosso saí do Estado com 28 anos. O tambor garante uma representatividade na Praça Brigadeiro Sampaio. Tem pessoas que passam por ali, mas as Escolas, os estudantes, vêm ver a história viva. Não garante uma mudança de preconceitos, discriminação contra nós negros ainda. O Sul têm muitas etnias, mas, por outro lado, ainda há muitos preconceitos. Os imigrantes de outras etnias interpretam mal contra quem fizeram o Brasil deles. E, continuam tentando nos colocar na senzala de novo. Tive duas filhas uma com alemão outra com italiano e eu não tenho preconceito, se não eu estaria sendo ignorante como eles. Nem no País deles (imigrantes) eles são superiores aos outros. Eles fizeram a miscigenação, em nosso Brasil. Queremos ser respeitados (Entrevistada Isolda Natália Faria)²⁶.

Mesmo quando as intenções dos autores atingem os passantes quanto aos significados propostos, as pessoas entrevistadas ainda indicam insuficiências, reclamam das dimensões do monumento.

²³ Em vista da Semana Nacional do Museu, entrevistou-se pessoas da sociedade civil que estavam visitando os Marcos ou passavam pelo local.

²⁴ Professora de Educação Infantil.

²⁵ Pai negro, de mãe índia, trabalha com autônomo na reciclagem. Serviços gerais.

²⁶ Aposentada comercial. Reside na frente do Marco.

Quase abandonado, poderia ser mais utilizado. Aproveitar que as Escolas viessem estudar ali. Cor amarela deve representar uma Entidade, Oxum, Preto Iemanjá-Oxalá. O Tambor é um símbolo africano, nós negros utilizamos como instrumento musical para fazer uma rodada de samba. Muitos brancos perguntam para mim o que significa. Os brancos querem apreender, querem saber, porque o Tambor está ali. O pessoal da Capoeira aproveita mais o Tambor, fazem rodas de capoeira em volta do Tambor. Deveriam botar mais instrumentos com o Tambor, como berimbau, pandeiro, para divulgar a cultura negra. Muitas pessoas passam por ali e não ligam à cultura, não representa a cultura negra (Jeferson Oliveira Barbosa)²⁷.

Nas leituras mais próximas, os passantes identificaram o tambor às festas religiosas e outros encontros em que a *cultura negra* manifesta alegria, expressa sua religiosidade por meio da música. Tanto pelo encontro como pelo desencontro das expectativas, o Tambor contribui para dar forma à noção de um povo racializado na dor. O Largo da Força é um dos espaços onde havia o enforcamento dos negros fugitivos ou penalizados por algum crime. O som monumentalizado, mesmo quando não eclode, representa e ajuda a conduzir os valores, a compreensão dos passantes. De um modo ou de outro, se realiza a intenção provocativa dos autores:

O tambor na praça evoca aqueles tambores que bateram em diversas comunidades africanas, pulsando no coração do Centro Histórico e por toda a cidade de Porto Alegre. Seus sons conduzem aos valores, à visão de mundo afrodescendente e também são constitutivos da identidade cultural porto-alegrense (BITTENCOURT JUNIOR; SOUZA, 2010, p. 164).

3.2 Etapa II do Museu - Pegada Africana

Já a Pegada Africana, o segundo marco, construído em 2011 na Praça da Alfândega, manifesta por meio de um desenho contemporâneo, modelado em aço, a luta social e o reconhecimento da identidade étnica de um povo. Pretendem os autores que a pegada africana traga ao presente a caminhada da *cultura negra* até a concretização de políticas públicas de efetivo reconhecimento das culturas étnicas africanas.

²⁷ Serviços gerais. É natural da cidade de Pelotas. Vive próximo do Tambor.

Figura 4 - Etapa II do Museu do Percurso do Negro - Pegada Africana



Fonte: Brechó de Saberes

Com relação a essa intencionalidade, um entrevistado destaca:

Tu não concordas comigo, que os Monumentos dos brancos são fortes, altos, imponentes? No fundo é meio preconceito, não dar visibilidade à cultura negra. Os brancos não vão respeitar, não tem por que para eles, o valor de nossa cultura olhando esta Pegada, nem vai mudar a sociedade brasileira, está impregnado o racismo. Vê, bem, no Brasil os negros não são imigrantes. Eu gostei da cor preta no Monumento, só que eu faria numa parede para dar destaque à cultura negra. Mas, mesmo que a pegada estivesse de pé para os brancos teriam preconceito, eles diriam “coisa de negro” sempre aquele preconceito. (Entrevistada Ângela da Silva dos Santos)²⁸.

No contraste entre monumentos em que se olha para o chão, e a imponência de se ter de olhar para o alto, a Pegada escancara o racismo para muito além das intencionalidades dos autores.

A Pegada tem um simbolismo, um significado, mas as pessoas passam por cima de nossa cultura. Um monumento no chão tem pouco significado perto

²⁸ Negra clara, divulgadora de eventos e entregadora de panfletos.

ou dentro de nossa história. Está aí como um tapete “passar por cima” é a visão “deles” sobre o nosso povo negro. Olha ali os monumentos dos brancos, para serem apreciados. Infelizmente, este Marco não vai contribuir para excluir o racismo impregnado na estrutura da sociedade brasileira (Larry Paim)²⁹.

Outra entrevistada transforma em denúncia a dificuldade de visibilidade, pelo fato de ser uma figura no chão, sobre a qual as pessoas passam e não dão a devida atenção:

Este Marco não representa a luta do povo negro, é muito pequeno, a placa quase apagada, e ninguém passa olhando para o chão. Faltou criatividade e respeito em fazer um monumento no chão. Quem vai passar e tirar foto no chão? Não significa a luta dos negros para os brancos, deveria ser uma estátua forte e alta. O Monumento “Pegada Africana” deveria ser colorido e alegre como o povo africano. Talvez os brancos não vão interagir, não vão a fundo na história e luta dos negros. Não interessa a eles. Eu mesma, estou nesta filial há três anos passo por ali e não tinha conhecimento deste monumento (Entrevistada Samanta Antunes Rodrigues)³⁰.

Essa postura que vai do incômodo à denúncia é assinalada por um dos entrevistados nos seguintes termos:

As pessoas olham este Marco e sentem-se incomodadas, este incomodar é algo positivo, pois faz as pessoas refletirem sobre o mal que fizeram à cultura negra. Só com muita educação, daqui um tempo, acontecerão mudanças, aceitação no convívio com o outro. Mas, as novas gerações são a esperança... nós, professores de História, temos de trabalhar sob a luz da lei 10.639/03. Eu, no Arquivo Municipal Público de Porto Alegre, aproveito todo momento para destruir as heranças do racismo colonial (Entrevistado Guilherme Maffei)³¹.

3.3 Etapa III do Museu - Bará do Mercado

Realizado por Leandro Machado, Pelópidas Tebhano, Leonardo Posenato, Vilmar Santos e Vinícios Vieira, o terceiro marco está situado no Mercado Público de Porto Alegre. A edificação foi coordenada e acompanhada pela CEDRAB RS (Coordenação em Defesa das Religiões Afro-brasileiras) e teve aporte financeiro da Prefeitura. Essa obra reverencia o orixá Bará Agelú Olodiá, o orixá que abre os bons

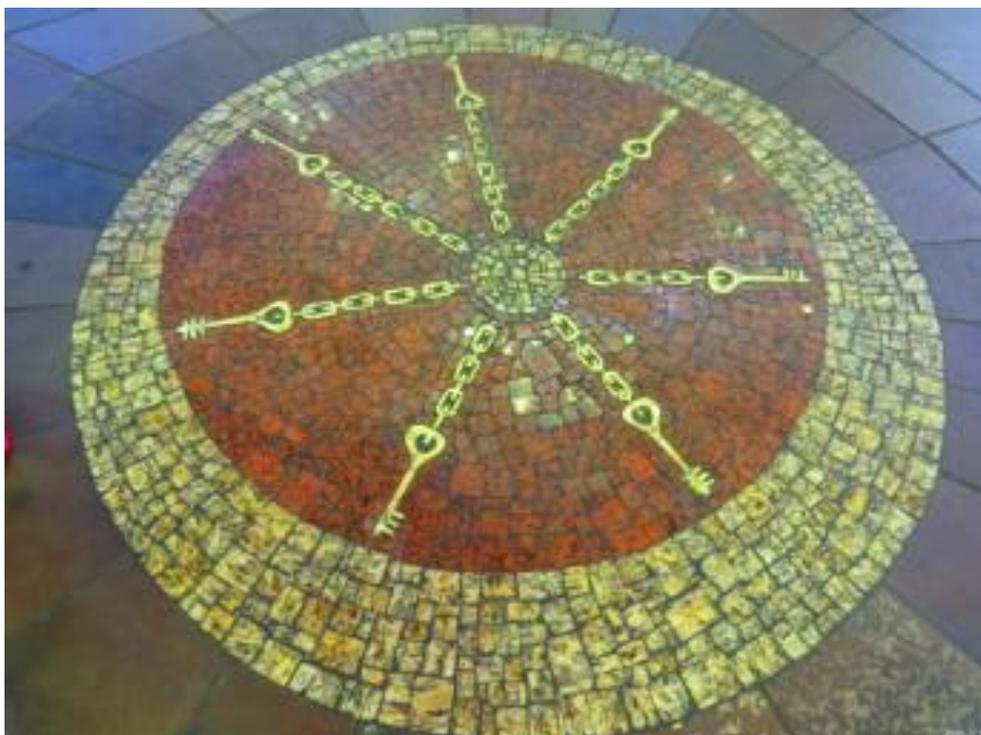
²⁹ 19 anos, jovem negro e trabalha com Jovem aprendiz.

³⁰ Pai branco/ mãe negra, mas julga-se negra. Trabalha no MC Donald's.

³¹ É de cor branca e professor de História.

caminhos trazendo fartura e é o guardião das casas e da cidade. Uma das interações mais comuns entre os simpatizantes, conforme reza a lenda, consiste em jogar sete moedas no Bará e fazer seu pedido em vista de alcançar proteção e prosperidade. Sendo o primeiro, o Bará se constitui como um ponto de destaque na escala hierárquica, motivo pelo qual é reverenciado e também por ser considerado o responsável pela comunicação e estabelecimento de boas relações.

Figura 5 - Etapa III do Museu do Percurso do Negro - Bará do Mercado



Fonte: site Brechó de Saberes

O Mercado Público está localizado num lugar estratégico da territorialidade da cidade de Porto Alegre, o qual se configura como uma referência da população afrodescendente, pelo qual muitas pessoas circulam diariamente. Em seu entorno vários eventos são realizados por grupos vinculados às tradições de matriz africana.

Para a maioria das pessoas que passam por aqui não representa o valor da cultura negra, passam até por cima, desconhecem... quem não é de religião de Matriz Africana não conhece o fundamento deste Bará aqui assentado. Para muitos que passam aqui é uma representação cultural. Mesmo quem tenha estudo, tem conhecimento, não conhece. Tem que ser ou conhecer a religião Afro, de Matriz Africana respeitar muito. Eu faria assim mesmo este Marco, mesmo sabendo que as pessoas passam por cima sobre a cultura negra. A sociedade brasileira é racista, mas aqui passam até por não conhecer a religião, o Museu de Percurso do Negro em POA (Bruno Matos)³².

³² Homem branco, trabalha no comércio de Porto Alegre e conhece a religião de Matriz Africana.

O deslocamento do “passar por cima do marco” para o “passar por cima da cultura” sinaliza aqui a intencionalidade denunciante: “eu faria mesmo assim” – indica uma intenção elaborável pelo receptor que não estava conscientemente presente nos emissores.

Para os autores do monumento, o vínculo entre a dimensão religiosa e a luta cívica passa pela remomeração de uma caminhada de valorização do patrimônio negro, em que o mercado assume o estatuto de metáfora da saída e retorno dos negros da região central - desterritorialização efetivada por políticas higienistas e racistas e retorno simbólico através do monumento.

Quando os passantes são próximos à religiosidade afro-brasileira a dimensão religiosa é enfatizada:

Não conheço o Museu de Percurso do Negro em POA, só conheço o Bará do Mercado, até pela religião de Matriz Africana. Quanto à visibilidade da cultura negra (...) este Marco dá respeito à religião de Matriz Africana, os Orixás comandam a natureza, sem eles não estaríamos aqui. Babalorixás ou Yalorixás antigos mantêm o fundamento, os novos algumas vezes não mantem o mesmo fundamento de antigamente. E todos devem conhecer a cultura negra, a religião; todas as culturas são importantes, tem seu significado. O Bará do Mercado tem seu fundamento, e todos os elementos nele contidos tem seu significado. Por exemplo: a chave representa abrir caminhos, a corrente representa firmeza, garante a força e retira as coisas negativas (Jorginho Rosa)³³.

Embora em outro registro, passantes negros tendem a colocar ênfase na dimensão de patrimônio afrobrasileiro e participação na constituição do rosto de Porto Alegre. Na maioria dos passantes negros foi possível observar cruzamentos entre as representações políticas e religiosas, como forma de se compreender a relação com a tradição ali instituída.

Daí a importância do monumento: possibilita resgatar a memória e trazer para a realidade cotidiana, a história do povo negro e suas lutas e buscas de reconhecimento e de conformação das identidades da cidade na sua pluralidade.

3.4 Etapa IV do Museu - Painel Afrobrasileiro

A quarta etapa do Museu foi financiada pelos recursos obtidos no *Prêmio Funarte de Arte Negra/MinC-Seppir*, pela qual foi edificado o Painel Afrobrasileiro e o lançamento de um catálogo. O Painel foi elaborado pelo artista negro Pelópidas

³³ Homem negro, babalorixá, funcionário público de Porto Alegre.

Thebano, edificado pelo arquiteto Vinicius Vieira e está localizado no Largo Glênio Peres.

Figura 6 - Etapa IV do Museu do Percurso do Negro - Painele Afrobrasileiro



Fonte: site Brechó de Saberes

O painele afrobrasileiro é um mosaico cerâmico instalado no muro do Chalé da Praça XV, um dos pontos de maior circulação de pedestres da cidade, inclusive de turistas. Conforme um dos transuentes entrevistados:

(...) pouca gente percebe ou sabe que tem significado [relacionado] com a história da cultura negra. Da história, eu mesmo não conhecia. As pessoas passam e passam por aqui, não tem curiosidade, não param para ler, simplesmente passam e passam pela frente da Obra de Arte e nem percebem. Uma homenagem que não é divulgada, não é reconhecida. Lindo [pel]as cores, o colorido (Entrevistado Daniel Lasta Gonçalves)³⁴.

O que raramente se sabe é que ali se celebra o espaço onde há mais de dois séculos moravam os escravos negros. Conforme um dos entrevistados, há dificuldade em se reconhecer essa forma de arte em sua dimensão política. As pessoas passam por ela e nem se dão conta de que é uma obra de arte que expressa a política militante da cultura africana.

Tem um significado histórico e que faz referência à cultura negra, mas é pouca representatividade pela grandeza da cultura. Eu já tinha percebido este painele. Só o Painele não garante uma mudança na memória da sociedade civil.

³⁴ Homem branco, vendedor ambulante de sucos e hamburguês.

Acreditei ser uma obra de arte, não pareceu uma referência à cultura negra. Esta obra de arte é bonita, marco significativo, mas com pouca representatividade para representar a grandiosidade da cultura negra. Perto das outras culturas, a exemplo, alemãs, italianas, japonesas, são grandes e muito representativas nos espaços onde estão localizados. Eu não tinha conhecimento do Museu dos seus percursos dos negros e dos territórios negros na nossa capital... os brancos não respeitam e não tem vontade de conhecer a cultura Afro, procuram as outras culturas: alemães, italianos vão a Gramado... só é importante conhecer as culturas para eles importantes; eles nem sabem quem foi Zumbi de Palmares, é passado de geração a não conhecer, não respeitar a cultura negra. As cores desta Obra de Arte representam a cultura Afro, o colorido é da cultura negra. Eu faria bem maior na frente da Prefeitura de Porto Alegre com a mesma forma, placa enorme explicando [que] esta Obra de Arte é da cultura negra. Seu significado, com o contexto histórico, pois assim, pequeno, esta placa ao lado da obra, ninguém se interessa em ler, está muito pequeno (Entrevistado Vinícius Goulart)³⁵.

É possível situar, a partir de um Museu cuja proposta inicial são de sete Marcos: Tambor, Pegada Africana, Bará do Mercado, Painele Afrobrasileiro, Máscara na calçada Igreja das Dores, Esquina do Zaire-Esquina democrática, Caos do Porto; traços de uma política de representatividade, enquanto lócus de luta política pela afirmação da *cultura negra*, mas seu impacto está longe das expectativas mais comuns de grande parte dos transeuntes negros.

O marco busca demonstrar a identidade de um povo em seus traços culturais e históricos, mas se mostra pequeno em comparação com os marcos coloniais. A dificuldade dos transeuntes em fazer uma leitura próxima à intenção dos autores parece derivar do fato de que os emissores procuraram a dimensão simbólico-artística enquanto as expectativas mais gerais estão associadas à dimensão da visibilidade. O monumento torna-se mais uma obra de arte, que vai perdendo significado na medida em que o passar cotidiano seleciona alguns sentidos.

Mudar a estrutura racista de nossa sociedade brasileira ou de Porto Alegre é bem difícil, só fica a esperança, talvez com o tempo, um dia. Eu, se fosse artista construtora desta Obra, eu faria em formato diferente, mudaria as cores e colocaria em outro lugar. Uma Obra de Arte que representasse as pessoas negras. Se fosse outro monumento, mais no meio da Praça, daria mais visibilidade à cultura negra (Entrevistado Dí Lorenzetti)³⁶.

Alguns transeuntes entendem que o painele é sugestivo e representativo, significativo e característico da cultura negra, mas acreditam que a maioria das pessoas

³⁵ Homem negro, técnico em enfermagem.

³⁶ Mulher cor branca, 1º grau educ. básica. Trabalha no Shopping Praia de Belas.

negras desconheçam sua cultura e não estudem a própria história, pois tem pouco conhecimento e informação sobre a cultura de matriz africana.

O painel é representativo no sentido, mas não é capaz de acontecer uma mudança porque a sociedade é racista estrutural. É importante, te remete ao passado, mas deixa uma mensagem do quanto o povo negro foi massacrado, teve sua vida e cultura vilipendiada/violentada. É preciso parar e ler, mas a importância do painel estar num ponto público e não em um Museu fechado aproxima o público. Se está num espaço fechado garante a exclusão da visibilidade da arte, as pessoas da sociedade civil e do nosso povo negro que não entra em museus. A obra são pessoas de origem africana, mas todo o colorido são pessoas que estão trabalhando, o povo negro tendo destaque, a história não pode ser esquecida. No curso de Direito não é trabalhado história africana. Esta Obra dá uma visibilidade, sim. As pessoas no Rio Grande do Sul respeitam a cultura dos alemães, italianos. O gaúcho cria uma antipatia por seu racismo contra os negros. Paulistas não gostam de nós, o gaúcho se vangloria da Guerra dos Farrapos, sendo que foi uma guerra perdida. As futuras gerações negras devem saber da cultura, a própria história, com o bairrismo a cultura negra fica apagada. Eu adoro as cores da África, é muito colorida a cultura africana usa cores. O gaúcho se apropria da cultura dos outros: Uruguai, outros países de fronteira na América do Sul uma cultura que não é sua (Entrevistado Shirley Lafaety Duda da Silva)³⁷.

O *Museu* enquanto proposta articulada e delineada em uma dinâmica de percurso, em um formato de itinerário no qual os indivíduos passam por ele, em que esse passa a habitar e formar a composição dos espaços públicos, do patrimônio público, possibilita o reordenamento dos territórios, e a retomada dos espaços que foram primordiais para a cultura negra. Assim, por meio de sua edificação, muito além de reordenar o uso dos espaços públicos e do patrimônio público por meio da arte, se constitui como indicador na construção de políticas de representatividade, na ação de processos que visem à garantia de direitos, da cidadania restituindo o negro aos espaços nos quais, ao longo dos séculos, ele foi segregado e banido.

Ao problematizarmos e examinarmos seu processo de edificação, percebemos que algumas estratégias foram sendo adotadas pelas organizações envolvidas em seu processo de idealização, concepção e materialização. A partir da reconstrução de aspectos essenciais inerentes à cultura foi possível retomar a questão da presença do negro, a reconstituição do processo histórico, político-social, bem como os elementos centrais que incidiram e influíram diretamente na estruturação desse processo de construção coletiva, embora atualmente esteja, conforme apontamos anteriormente, sem continuidade, especialmente no que se refere à efetivação de marcos que ainda não

³⁷ Mulher negra e advogada de Porto Alegre.

foram concretizados e, sobretudo longe de atingir as expectativas dos transeuntes mais politizados.

3.5 Um olhar crítico e atento da visibilidade dos marcos

O *Museu* surge a partir das demandas apresentadas pelos representantes do movimento negro de Porto Alegre com a finalidade de proporcionar um olhar crítico ao patrimônio cultural imaterial e material afro-brasileiro. Esses aspectos herdados, tomados como de seus ancestrais africanos são agora cultivados e preservados pelos que podem se denominar descendentes. Constrói-se a perspectiva de um segmento populacional que deve passar a ser visto como constituído por aqueles que, ao longo dos séculos, permaneceram sem a devida valorização e visibilidade em sentido de edificações de marcos simbólicos/concretos.

Um aspecto fundamental do projeto é incentivar a se reler a cidade como um espaço de luta pelos símbolos vivos da cultura edificada, sua preservação como afirmação de práticas culturais associadas a lutas raciais. Esse elemento possibilita rearticular o sentido das lutas dos militantes pelos fundamentos positivos da *cultura negra* e suas formas de vida, enquanto ainda presentes no meio social e que precisam ser resgatadas e conhecidas. Essa reflexão passa por uma ideia de representação, de afirmação da identidade e da revalorização dos Territórios Negros como fortalecimento de políticas de representatividade que sejam propulsoras e instigadoras da luta antirracista e pela garantia dos direitos humanos às populações negras.

Conforme Mbembe (2014), as formas de mobilização podem apresentar diversificados matizes, mas têm em comum o fato de se construírem por meio de imagens psíquicas entrelaçadas no campo simbólico, como política de representação. Conforme destaca:

As formas negras de mobilização da memória da colônia variam segundo as épocas, aquilo que está em jogo e as situações. Quanto aos modos de representação da experiência colonial propriamente dita, vão desde a comemoração activa ao esquecimento, passando pela nostalgia, pela ficção, pelo recalçamento, pela amnésia e pela reapropriação, até diversas formas de instrumentalização do passado nas lutas sociais em curso (MBEMBE, 2014, p. 179-180).

Assim, com olhar crítico, se pode perceber a mudança de uma militância negra que buscava, dos anos 30 até à década de 60, ativamente esquecer a escravidão, a nostalgia pelos heróis propriamente negros como Zumbi e Dandara entre às décadas de

70 e 80, até ao momento atual, da luta pela estruturação dos territórios afrodescendentes de Porto Alegre. Foram emergindo relações diferenciadas entre a identidade e a territorialização de uma memória a ponto da própria cidade ser tomada como espaço de lutas pela instrumentalização do passado.

A apropriação da memória – pelos militantes atuais do movimento negro – da forma como as populações negras foram sendo segregadas dos espaços nos quais sua cultura se desenvolveu e têm suas raízes, explicita uma luta pelo uso dos espaços públicos da cidade. Os ativistas que entrevistei e com quem atuei fazem do exercício de memória um meio de reapropriação da história, parte do processo de se construir agendas, pautas e lutas pela construção dos direitos das negras e dos negros na cidade. Esse fator indica a valorização das lutas pela museologia, da disputa pela leitura dos monumentos edificados, e pela redistribuição dos monumentos públicos na cidade.

A cultura afrodescendente toma força e sentido na luta e nos embates travados em âmbito de sociedade civil organizada, na construção de discursividades, de formas de conceber, pensar e articular a construção de espaços sociais em que se possa garantir a possibilidade de reconhecimento, representatividade e respeito à *cultura negra* rio-grandense.

Conforme a análise de Mbembe (2017) foi em nome do progresso da civilização, o qual pode ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico, progresso tecnológico, educação, saúde, bem como o processo de evangelização e assimilação da nova religião, que as consequências consideradas negativas e inevitáveis ao processo de colonização deveriam ser supostamente suportadas e vistas com normalidade. É em nome do projeto colonial que se produziram as marcas, as cicatrizes no colonizado, as quais deveriam ser minimizadas e vistas como algo inevitável diante do movimento evolutivo das sociedades com seus anseios mercantis. Esse processo impôs um formato organizacional na vida das pessoas colonizadas e que, aos poucos, foi se transformando em um panorama normal da cidade, uma periferia feita de “[...] massa de ruínas, corpos retalhados, de vidas destruídas para sempre, num lugar inabitável” (MBEMBE, 2017, p. 171). Racializado a partir da matriz de exploração da plantação como engrenagem do sistema colonialista, o negro foi visto como espécie de homem-objeto, mercadoria (MBEMBE, 2014), e aos poucos foram sendo postos de lado no sistema produtivo, até chegar a este momento de uma maioria sem ocupação profissional, aspecto que faz com que ocupe, nas grandes cidades, os lugares da luta pela sobrevivência longe dos centros.

Assim, permanece a figura do negro ainda nos resquícios de um sistema brutal/colonizador fundado na violação e na violência em suas multidimensionalidades.

Esse sistema inscreveu nos corpos e sobre os corpos suas marcas, elemento que sempre está permeando o olhar racista. Em seus monumentos centrais, a cidade constrói um olhar sobre o negro como um intruso, como um problema:

Mas o olhar colonial tem também por função ser o véu que esconde esta verdade. O poder na colônia consiste, portanto fundamentalmente no poder de ver ou de não ver, de ser indiferente, de tomar invisível aquilo que não podemos ver. E se é certo que «o mundo é isto que vemos», podemos então dizer que, na colônia, quem decide do que é visível e do que deve ficar invisível, manda (MBEMBE, 2014, p. 193).

Seguindo Mbembe, minha tentativa de analisar a compreensão do negro como um modo de olhar produzido na cidade pelos seus edifícios e monumentos permite entender o colonialismo, em sua dinâmica de produção de poder e dominação, como regime de visibilidades que faz do negro o pequeno, o diminuído. Esse modo de produção do ser pode ser visto como um processo de colonialidade do ser, na leitura de Castro Gomes (2014). O padrão de dominação entre colonizadores e colonizados foi organizado e estabelecido com base na ideia de raça, que se constituiu como “matriz colonial” (CASTRO GOMEZ, 2014, p. 31), de um modo particular na América Latina de divisão social do trabalho e dos espaços que se impõe como o seu persistente colonialismo.

O contraste entre os monumentos que celebram a colonização e o Museu negro a céu aberto que paira no espírito dos transeuntes entrevistados reproduz essa divisão que consagra o consenso sobre quem são os vencedores e os vencidos da nação como história. Esse modo de se edificar um consenso histórico fica concretizado na Praça Garibaldi, logradouro da cidade, limitado pelas ruas Lobo da Costa e José do Patrocínio, e pelas avenidas Venâncio Aires e Érico Veríssimo, no bairro do Menino Deus. Um monumento foi erguido para comemorar a memória do combatente italiano e inaugurado em 20 de setembro de 1913. Para se reforçar o contraste ainda pode se trazer presente o monumento mais conhecido e venerado pela tradição gaúcha: a estátua do laçador, que representa a tradição gaúcha e seu folclore, em vista de relembrar o 20 de setembro. A estátua com 4,45 metros de altura e pesando 3,8 toneladas, ilustra e imortaliza a imagem de um gaúcho pilchado em “trajes típicos” segundo as normas do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Sob tais dimensões, a pegada africana faz delirar a presunção de que “Garibaldi praticou o primeiro ato de soltura dos escravos nos países do Atlântico” (SALVATORE, 1992, p.77) ao tempo em que o laçador passa a entrar em que transe sob o tambor que ecoa desde a Praça Brigadeiro Sampaio, próximo à Usina

do Gasômetro. O duelo provocado pelos monumentos negros desafia a espectral monumentalidade colonial, e os tempos da cidade entram em movimentos disruptivos. Impõe-se a constatação da existência de uma cultura negra que precisa ser compreendida a partir de suas próprias raízes históricas. O olhar do transeunte interpelado passa a atentar para aspectos que são especificidades da história e da cultura afrodescendente de matriz africana. Entra em ebulição o processo de formação de um povo nas margens da cultura rio-grandense, intervindo em seus costumes, tradições, em seus valores.

Outro monumento que recria e reforça esse aspecto de uma historiografia oficial e branca que retrata a história do Estado como branqueamento da violência racial se expressa na homenagem a Bento Gonçalves que se faz enquanto memória de um dos líderes da Revolução Farroupilha. Inaugurado em 1936, localizado no Parque Farroupilha até 1941, quando foi transferida para a Praça Piratini, trata-se de uma imponente estátua (o conjunto do monumento tem 22 metros) em que homem e cavalo perenizam o ato da conquista como sentido profundo da europeidade.



Fonte: montagem realizada pela autora.

A luta pelos monumentos, por parte daqueles e daquelas que foram silenciados e, não poucas vezes, acabaram sendo reduzidos a parcelas computadas nas estratégias estatais dos impérios colonizadores e reduzidas a populações elencadas do ponto de

vista estratégico e estatístico, é, assim, uma luta pelos olhos da história em sua concretude material. Nesses termos, de acordo com Mbembe:

As estátuas, as efígies e os monumentos coloniais desempenham precisamente a função de armadilha. Para lá das suas variedades, remetem para três nomes. Na verdade, são, antes de mais, objectos feitos de toda a espécie de materiais: mármore, granito, bronze, cobre, aço, etc. Enquanto objectos, constituem blocos inertes, erectos, aparentemente mudos. Depois, trata-se de objectos que, na maioria, apresentam a forma de um corpo humano ou de um animal (caso do cavalo que carrega um conquistador). Representam mortos. Em tais objectos, o morto toma-se uma coisa ornamentada. Por fim, a um dado momento da sua vida, estes mortos terão sido sujeitos. É essa qualidade de sujeito que as estátuas procuram preservar na representação. Não existe nenhuma estátua sem esta fusão da objectalidade, da subjectividade e da moralidade. (MBEMBE, 2014, p. 216).

Nessa linha, cabe destacar ainda o monumento Júlio de Castilhos que foi construído em 24 de outubro de 1903, após ser considerado um dos heróis da guerra. Outra situação que pode ser referida é o monumento ao Conde de Porto Alegre, localizado na Praça Conde de Porto Alegre e dedicado a Manuel Marques de Sousa III, que foi construído como “um bravo combatente na Guerra Cisplatina, na Revolução Farroupilha”; cita-se, ainda, o Monumento ao Expedicionário, que se situa no Parque da Redenção em Porto Alegre e foi edificado e Inaugurado em 16 de junho de 1957, em homenagem aos que lutaram na 2ª Grande Guerra Mundial na Força Expedicionária brasileira. Em todos esses casos, nos termos de Mbembe, nas estátuas,

O regresso dos mortos tem por função induzir os colonizados ao transe, uma vez que passam a ser obrigados a celebrar um sacrifício sem deus nem antepassados (...). Em torno destas obras e infraestruturas acontece uma espécie de troca que provém da perda sumptuária. Objetos considerados não permutáveis (pontes, museus, palácios, infraestruturas) foram cedidos aos indígenas por uma autoridade feroz no decorrer de uma festa selvagem onde o corpo e a matéria se entrelaçam (MBEMBE, 2014, p. 217).

É contra essa economia simbólica da colônia que se levanta o museu do percurso, para fazer dançar num mar de dúvidas os cavalheiros e seus cavalos em transe colonial. O Movimento Negro e, posteriormente, os atores sociais envolvidos na construção do Museu, têm originalmente como foco um exercício crítico de memória em vista de ser um antídoto à invisibilidade e ao esquecimento. Os pequenos monumentos negros recriam, sob a monumental serenidade colonial, o fantasma racial, fazendo notar que “além do mais, [...] há sempre um negro, um judeu, um chinês, um mongol, um ariano no delírio, pois aquilo que faz fermentar o delírio são, entre outras coisas, as raças” (MBEMBE, apud Deleuze, 2014, p. 11).

Nesse sentido, uma leitura crítica e atenta aos movimentos dos monumentos negros e brancos edificados ao longo da história, exige observar que por detrás da petrificação de uma ideologia há a história de uma luta em que o opressor reproduz visivelmente sua vitória como estátuas imponentes e os vencidos criam meios de solapar a oponente serenidade instituída com pequenos contra-monumentos. Essa imposição histórica é recorrentemente uma forma impositiva de fazer pensar e de afirmar uma cultura europeizada:

O seu conteúdo são imagens de experiências primordiais e originárias que ocorreram no passado, e das quais não fomos necessariamente testemunhas. O importante na memória, na recordação ou no esquecimento, não é tanto a verdade, como o jogo de símbolos e a sua circulação, os desvios, as mentiras, as dificuldades de articulação, os pequenos actos falhados e os lapsos, em suma, a resistência ao reconhecimento. Enquanto forças complexas de representação, a memória, a lembrança e o esquecimento são, por outras palavras, actos sintomáticos (MBEMBE 2014, p.180).

De acordo com Hall (1997), sob a perspectiva de um regime racializado de representação por meio de estratégias discursivas inerentes a tais regimes, se buscou naturalizar as diferenças culturais por meio da associação dos negros à natureza. Esses regimes funcionam por meio de estratégias representacionais sob uma estruturação lógica, que ao estabelecer o aspecto da diferença essa serve para reafirmá-la de modo perene. Essas estratégias de representação acabam produzindo significados no interior da cultura, em que, por meio da diferença étnico-racial se afirma a figura do outro, do negro, em contraposição ao branco, a partir da forma como as relações de poder influem na formação dos discursos e, por conseguinte, no sistema de representação na sociedade.

Essa abordagem requer um olhar desde uma perspectiva colonial/pós-colonial (MBEMBE, 2014) em vista de podermos compreender em que medida esses aspectos definem o campo de ação da cultura, da política, a linguagem, os jogos de poder implicados nas ações, sejam em âmbito estatal, bem como a definição das políticas culturais, por um lado e, por outro, como esse aspecto implica diretamente no modo pelo qual a política e a cultura são elaboradas, pensadas e postas em questão internamente, no movimento social negro, e na forma como organizam suas ações estratégicas e suas pautas e demandas na sociedade civil.

Embora no panorama atual seja preponderante o esquecimento acerca da *cultura negra* em termos de memória, o que pode ser sinalizado por meio da invisibilidade de edificações e de marcos simbólicos e artísticos no plano arquitetônico, especialmente no

caso de Porto Alegre, o que coloca o desafio da efetivação de políticas afirmativas, de reavivamento da cultura, por meio das quais se pudesse dar conta de rememorar e recuperar o legado da *cultura negra*. Assim, tanto a dimensão material quanto a imaterial permanecem presentes, mesmo que menosprezadas e não valorizadas no processo de constituição dos patrimônios artístico-culturais, enquanto resistência, reivindicação e luta por reconhecimento e pela garantia de uma política antirracista e de representatividade.

Especificamente, ao se reler a narrativa histórica, se torna evidenciado um panorama social permeado por contradições, opressões, negação da liberdade³⁸, mas por outro lado, de lutas, de tentativas de fazer ecoar as vozes que foram emudecidas e trucidadas. Situação na qual as populações negras foram subjugadas e escravizadas como mão de obra barata em vista de uma perspectiva desenvolvimentista daquelas nações colonizadoras, as quais, por deterem um poder de domínio sobre a colônia e aquilo que nela habitava, forçava-os a trabalhar de modo forçado, sob as mais diversas formas de pressão, de ordem religiosa, espiritual, física, moral, mas também psíquica, relegando essas populações a uma sobrevivência em condições inumanas, de negação de sua dignidade e de seus direitos mais básicos, “Pois o escravo não é um sujeito de direito, mas uma mercadoria como todas as outras” (MBEMBE, 2017, p. 35).

Para se reler a matriz espacial da cidade e seus monumentos, é preciso entender como os processos de colonização avançaram na América Latina a partir de uma racionalidade opressora, em que os negros sofreram a instauração da modernidade como expansão colonial europeia em uma multiplicidade de efeitos impiedosos. De acordo com Castro Gomez (2014) uma das características essenciais do racismo é a própria negação da humanidade e da identidade do negro plasmada no espaço. Assim,

Este paradigma alternativo desafía la visión dominante, según la cual la conquista de América no fue un elemento constitutivo de la modernidad porque se asentó en fenómenos puramente intraeuropeos como la reforma protestante, el surgimiento de la nueva ciencia y la revolución francesa. La modernidad y el colonialismo fueron, entonces, fenómenos mutuamente dependientes. No hay modernidad sin colonialismo y no hay colonialismo sin modernidad porque Europa sólo se hace «centro» del sistema-mundo cuando constituyó a sus colonias de ultramar como «periferias» (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 47-48).

³⁸ Cumpre destacar e rememorar de modo exemplar a *Batalha de Porongos* amplamente retratada e comentada por Juremir Machado, na qual os negros foram brutalmente assassinados. Para um aprofundamento, sugerimos: Entrevista Fernanda Carvalho em Nação I TVE - Massacre de Porongos 07/10/2015. <https://www.youtube.com/watch?v=-EaXk-5lCpE>.

Frente a esse diagnóstico fica evidenciada a forma como, na civilização ocidental, o negro ainda é visto como mão de obra, como carne a ser comercializada no interior das esferas de poder, como vidas que podem ser suprimidas pelos dispositivos presentes no racismo de Estado. O modo como a cidade se estrutura pode ser visto como um conjunto de vias de comunicar a morte, ou melhor, no modo como a cada instante o negro pode ser visto ou tornado invisível, se refunda a necropolítica. A vida negra como sujeita a ser violentada é parte estrutural dessa modalidade de se pensar e de conceber a sociedade que se faz cidade no cotidiano; o racismo como um dado que ainda se faz presente em nossa realidade se faz de monumentos soberbamente exuberantes e de pegadas no chão da cidade. Nessa distribuição geopolítica dos monumentos se demonstra o quanto a cidade precisa avançar em direção a uma cultura antirracista, uma cultura pública que respeite a diversidade e a pluralidade de origens. Não há cidade de fato para segmentos importantes enquanto os negros não forem vistos como fatores agregadores, não como o outro que, por ser diferente, *é visto como ameaça, algo que precisa ser extirpado do convívio social.*

Na luta pelos monumentos da cidade, fica plasmado no espaço o fato de que ao terem sua voz emudecida na história, os subalternos (SPIVAK, 2010) também tiveram seus direitos negados, portanto, não garantidos e não efetivados e tampouco tiveram condições de falar ou de defender-se em simetria. Percebe-se uma imposição das estruturas de poder e dominação econômica, territorial e política e um racismo de uma herança colonial que ainda marca o espaço da cidade. Assim, reconstroem, os ativistas negros envolvidos, um, lugar para revisar a história, que implica, certamente, em revê-la a partir dos vencidos, das margens, daqueles e daquelas que foram engolidos pela feroz marcha do progresso. É a partir desses outros lugares, a partir de olhares outros é que se revisita a história da cidade. Nessa compreensão de que o sujeito subalterno não tem história reconhecida pelo opressor se confunde aqui o negro em constituição nos marcos e o sujeito subalterno. Na leitura crítica e na definição de Spivak que é o sujeito pertencente “[...] às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no extrato social dominante” (SPIVAK 2010, p.12).

Isto é, ao negro cabia o uso de seu corpo enquanto extensão da vida do seu senhor. Essa forma estereotipada e negadora de direitos e da diversidade cultural ainda permeia o imaginário social brasileiro e portoalegrense, pois situa uma forma de preconceito racial ainda em vigor nos mais diversificados espaços sociais, esferas de

poder e instituições, que aniquila pessoas e fere a vida, as vidas passíveis de serem descartadas. Nesse sentido, a partir de uma leitura atenta da cidade, percebe-se que os espaços são ocupados a partir da lógica do opressor, demarcada pelo imperativo do mercado. Para os corpos negros, mais do que para os demais segmentos subalternos, é o direito à cidade, enquanto consolidação do habitat natural do sujeito (Lefebvre, 2001) em sua obra, que é implodido pela estrutura da sociedade capitalista e pela mercantilização do espaço urbano. O que o Museu denuncia é que na forma negra dos séculos XVIII e XIX “a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros” (LEFEBVRE, 2001 p. 27).

Esse panorama no qual os negros foram trazidos de modo forçado para o novo mundo para serem mão de obra, vistos como peça central na política colonial de exploração das riquezas das nações colonizadas, espoliadas e saqueadas pelos impérios é reconstruído pelos militantes como uma chaga social latente na sociedade brasileira. Uma narrativa potente reconstitui as evidências do acontecimento nos resquícios que se expressam enquanto profundas desigualdades sociais vigentes na estrutura social. Sob essa perspectiva a luta pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) é luta contra os efeitos persistentes da escravidão, como pode ser observada no relato que segue, do ativista, historiador e escritor Arilson:

Desde antes até, de Porto Alegre como vila. Um povo que por intermédio da escravidão, lamentavelmente, teve um pós-abolição onde os seus espaços em Porto Alegre foram sendo ocupados. Esse povo foi cada vez mais se perifizando. Se tornando praticamente marginalizado dentro de um espaço que ele ajudou a construir. Então, na cidade, não tem um monumento para dizer ou para demonstrar o quanto eles também fazem parte. Sua trajetória faz parte da cidade de Porto Alegre. Então, ele para mim significa muito. Significa reconhecimento. Significa visibilidade. Significa perenidade. Significa permanecer no tempo. Então essa trajetória dessa população tem que ser evocada (Entrevistado 02, Arilson dos Santos Gomes)³⁹.

Assim os ativistas que se situam como representantes do povo negro e de uma cultura de matriz africana na capital riograndense se subjetivam numa luta de resistência, no sentido de colocar em questão os modos pelos quais a etnia negra é deslocada e exposta ao critério racial do zoneamento dos territórios da cidade. Interpelam a lógica dos violentos deslocamentos na sequência dos processos de urbanização que foram se estabelecendo ao longo dos dois últimos séculos. Menos do que no bronze da cidade, acabam erigindo, nas carnes dos corpos negros passantes,

³⁹ Historiador, Mestre e Doutor em história e professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, Unilab.

monumentos à luta pela superação dos duradouros efeitos da escravidão. É possível dizer, nesse sentido, que o potencial antirracista do Museu não falha quando seus observadores indignam-se com a desproporcionalidade das Obras em relação à importância da presença negra ou se comparadas àquelas que compõem o acervo colonial. Mais do que pela envergadura, é pelo efeito educativo que o projeto realiza sua missão.

Desta forma, o Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre está em sintonia com os processos históricos que envolvem a instituição museu e sua função social e educativa. Este museu visa promover, no Centro Histórico da cidade, um processo estratégico de visualização de áreas e edificações importantes para a etnia negra. Para tanto, foram desencadeadas ações de levantamento bibliográfico, documental, oral e da pesquisa antropológica sobre os espaços urbanos que compreendem a presença do Negro nestes locais, ponto de ressonância para o percurso do museu (VILASBOAS, 2010, p. 80).

No uso dos espaços públicos, no redesenho da territorialidade e na proposta museológica, os integrantes do movimento lutam por um espaço de reconhecimento em âmbito cultural porto-alegrense que coloque em diálogo as presentes e as novas gerações.

Nossa história de resistência é essa. A gente sempre tem que estar brigando pelos nossos espaços para que nossas causas sigam adiante. Então é assim, óbvio que o envolvimento do poder público poderia e deveria, aliás, ter sido maior e com comprometimento maior com o povo negro. Não foi. E se tudo que foi construído até hoje está aí é porque teve esse povo negro que lutou e que não desistiu. Difícil, mas que bateu em gabinetes, e fez o negócio acontecer. Poderia, sim, ter sido melhor. Se aconteceu, o mérito não é do poder público, é do povo preto que brigou (Entrevistado 14, Fernanda Carvalho).

O nervo exposto pela citação acima é a luta de resistência. Os militantes estavam batendo em gabinetes, ou mesmo estavam participando na construção das pautas com os agentes políticos. O processo foi tanto mais difícil porquanto ainda presenciávamos uma situação em que o negro na realidade de Porto Alegre, seguindo a regra geral no país, não ocupa espaços de poder governamental. A periferia do poder ocupada por esses ativistas é análoga em relação ao processo de constituição da territorialidade negra na cidade. Numa terceira linha de analogias estruturais, as peças do Museu têm a envergadura da presença negra no poder e no espaço da cidade.

Em contraposição ao processo de desterritorialização do negro, de migração forçada para as periferias e, em clara direção de se buscar a efetividade de políticas afirmativas que sejam condizentes com ao legado do povo negro, é que se evidencia a força da proposta do *Museu*. Os limites desse processo de contraposição se expressam

na reclamação recorrente entre os passantes negros de que *poderia ter sido melhor* construída. Para além dos limites e do que se pode agora constatar de pouca participação do Estado nessa política museológica é de se ressaltar as lutas empreendidas por protagonistas, mulheres e homens que buscam reconquistar a história lutando pelo passado como condição de emancipação futura.

4 O MUSEU E O POVO NEGRO: EM DIREÇÃO A UMA POLÍTICA DE REPRESENTATIVIDADE

Vimos anteriormente como se deu o processo de construção de uma narrativa sobre o processo de desterritorialização e paulatino branqueamento do centro da cidade de Porto Alegre ao longo dos dois últimos séculos. O movimento negro que encarna a proposta do Museu prefigura o negro obrigado a migrar para as periferias, pela expansão e crescimento da cidade. O Museu é a performance física de um retorno para onde se situavam inicialmente, uma reencenação da colônia africana, esse “quilombo” evacuado de onde hoje estão localizados bairros de classe média alta.

É a partir dessa constatação, e do desejo de garantir uma releitura da história da cidade que seja capaz de atribuir ao negro voz e visibilidade como parte ativa na sua construção, que se constituiu “o plano de criação do Museu de Percurso do Negro”. Neste capítulo, buscaremos investigar e compreender como emerge o *Museu* e as razões dos limites constatados no capítulo anterior. Numa primeira secção, busco reconstruir a trajetória do CRAB, a associação que encabeça o processo. Na secção seguinte articulo a trajetória da associação às biografias dos principais ativistas. Concluo o capítulo

mostrando como a fragilidade das posições de poder ocupadas determinaram a envergadura dos monumentos.

4.1. Os proponentes do projeto

O processo de constituição de uma frente consagrada ao projeto do Museu foi também um processo de acumulação de todo um arsenal de técnicas para se lidar com a burocracia estatal que seria progressivamente utilizado na elaboração de projeto e nas “investigações” que consolidaram a narrativa sobre uma cidade que expulsa os negros e para onde esses retornam, insistem em retornar.

Para se compreender como esse tipo de instituição acaba por protagonizar negociações com esferas do estado a ponto de tornar palatável a ideia de um Museu negro a céu aberto é necessário relacionar o momento da política nacional e municipal com suas bases sociais e culturais dessa militância negra. A consolidação de um governo de esquerda em um contexto de busca de garantia de direitos garante maior visibilidade e dá voz e vez à *cultura negra*.

Os integrantes da frente carregaram a proposta com o peso das instituições e esferas sociais pelas quais circulam. O peso da proposta remete às trajetórias sociais de seus portadores. Dentre os proponentes se pode contar as seguintes trajetórias:

1) Arilson dos Santos Gomes, Mestre e Doutor em História e atualmente professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com uma trajetória vinculada a pesquisas em torno da identidade negra em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul.

2) Jeanice Dias Ramos, jornalista, museóloga e bibliotecária. Entra no projeto do museu do percurso na sua segunda etapa, e participa da elaboração do painel afrobrasileiro, junto ao artista Pelópidas Quebano. Como museóloga, participa a partir do convite de Vinicius Vieira.

3) Lorecinda Abraão, com formação acadêmica na área do Direito e das Ciências Sociais. Em 2007 é convidada a assumir a Coordenação de Direitos Humanos da Prefeitura. Tem a oportunidade de lidar com projetos para população indígena, população negra, LGBT, idosos, juventude.

4) Vinicius Vieira, escultor, arquiteto e urbanista. Graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Tem como foco de atuação a produção de obras de arte em espaços públicos, instituições e edificações, já tendo realizado dezenas de intervenções de grande porte em diferentes técnicas e materiais, incluindo painéis e

esculturas de aço corten, inox, granito, mármore, bronze e alumínio. Em Porto Alegre, é autor de obras públicas na Praça da Alfândega, no bairro Menino Deus, na UFRGS, na UFCSPA, na saída do Túnel da Conceição, no Parque Farroupilha, entre outras. Também já participou de mais de 50 exposições nos últimos 15 anos. O artista possui ainda obras nos acervos do Museu de Artes do Rio Grande do Sul - MARGS, do IAB RS e de diversos colecionadores brasileiros. Atualmente é Diretor Cultural do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB RS e integra a Setorial de Artes Visuais do Conselho Nacional de Cultura

5) Pedro Rubens Vargas, graduado em História e Administração e Mestre em Planejamento Urbano e Regional, com Pós-Graduação em Museologia. Técnico de Cultura da Secretaria Municipal da Cultura, foi membro do Projeto Monumenta e PAC das Cidades Históricas; é um dos idealizadores do Museu de Percurso do Negro e, com a antropóloga Michele Cirne, autor do projeto junto à Petrobras Cultural que possibilitou o registro da Tradição Bará do Mercado como Patrimônio Imaterial da Cidade. Autor do livro "A relação patrimonial" na restauração de bens culturais - o Mercado de Porto Alegre e os caminhos invisíveis do negro.

6) Ivan Braz é tecnólogo em Gestão Pública (Administração) (ULBRA/RS); Gerente de Projetos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP/DF); Suas experiências no setor público são de Diretor de Indústria e Comércio, pela Prefeitura de Sapucaia do Sul; Gerente de Projetos do Gabinete da Presidência da República (SEPP/PR); Secretário Municipal de Segurança e Trânsito pela Prefeitura de Sapucaia do Sul; Assessor Técnico do Gabinete do Governador, (CONSELHÃO) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – (SECDES/RS). Assessor Técnico Superior da Secretária Infraestrutura e Logística RS; (SEINFRA).

7) Adriana Santos é professora substituta na UniRitter, na Cesuca e consultora da UNESCO para relações étnico-raciais.

8) Fernanda Carvalho é jornalista, formada desde 2007, trabalhou no programa Nação da TVE e atualmente está na RBS TV e rádio.

Todos esses ativistas carregam como traço comum um capital de ativismo militante na causa racial e alguns estão fortemente associados a estruturas partidárias e outras modalidades de especialização na política, o que ajuda a explicar as entradas em gabinetes de cargos elevados e possibilidades de negociações.

Impõe-se, portanto, aqui, cotejar a multidimensionalidade e a multiposicionalidade dos capitais investidos no projeto (BOLTANSKI, 1973). Profissionais de diversas áreas, articulados entre si numa rede suportada por um capital

político conformaram o empreendimento como um projeto dotado de sentido político pertinente. Por uma diversidade de modalidades, graus crescentes de legitimidade e de visibilidade da proposta foram impondo um sentido de justiça racial que tornou incontornável o estabelecimento de compromissos governamentais.

Essas são trajetórias que reúnem capital social e cultural suficiente para ser reconvertido em capital político capaz de tornar audível a reivindicação por mais equidade, por garantia de direitos básicos. Com competências para articular a linguagem dos direitos na esteira de um horizonte político em que se acena para uma sociedade mais equitativa, respeitadora das pluralidades, das diferentes formas de vida, de costumes, hábitos e expressões culturais, o projeto ganha sentido e interlocução.

Além do domínio da linguagem política do momento, a rede articula profissionais com competências para falar a linguagem dos projetos de edificação de monumentos e de símbolos representativos e expressivos de consagração cívica. Com todos esses requisitos, como se pode explicar que os monumentos tenham encontrado tamanha dissonância em relação às prováveis expectativas públicas mais comuns?

Uma das respostas possíveis é a de que as obras foram concebidas e executadas por atores sociais negros, que buscaram sublimar as expectativas de envergadura por meio da estetização da demanda política. Por uma incorporação de sentido dos limites que o racismo impõe, a demanda política foi transformada em arte. As formas cristalizadas, pré-definidas de antemão de conceber as disputas por monumentos, foram reconvertidas. Os artistas foram chamados, nas mesas de negociações, a apresentarem uma proposta que elucidasse, em certo sentido, uma ruptura de paradigmas. Em relação à estrutura dominante de museologia em âmbito tradicional, foram levados a contrastar e a apresentar de modo compensatório os elementos artístico-culturais dos traços definidores da cultura afro-brasileira e de matriz africana. Esse processo de sublimação da política pela estética proporciona uma inovadora visão sobre o povo negro, em conformidade com os valores e em vista de valorizar a cultura afro-brasileira de matriz africana.

A esse fator, se acrescenta uma série de obstáculos latentes que transformaram as negociações em queda-de-braço, em que a força de inquietantes manifestações de racismo institucional permaneceu indisfarçável no processo. Tais fatores da discriminação étnico-racial em âmbito institucional, atrelada ao pouco interesse por parte da classe política por questões relacionadas à correção da desigualdade racial, explicam o dimensionamento do projeto que deveria trazer visibilidade pública à presença negra na cidade.

Quem exerce funções políticas é quem detém, em última instância, o poder de decisão acerca do uso de recursos, e todos os postos relevantes da circulação do projeto eram ocupados por pessoas pouco sensíveis à problemática racial em pauta; o próprio processo de historicização da presença do negro nos espaços museológicos tradicionais é um elemento que gera desconforto. Um empreendimento que se propõe a apresentar uma outra face para a história oficial, divergente em relação àquela que em geral é ensinada nos espaços formativos, nos quais preponderam as culturas de origem europeia, é não apenas inaudível como de comunicação improvável.

A essas limitações estritamente associadas à impenetrabilidade da problemática racial decorrente da falta de interesse e da negligência político-administrativa dos órgãos de governo em suas distintas esferas, se acrescenta os limites do processo de democratização do Estado no Brasil, que se expressa nas dificuldades de diálogo com a sociedade civil organizada, por meio de suas instituições e organizações sociais. De modo geral, esses são os obstáculos de qualquer luta por garantir políticas públicas adequadas que possam efetivar o disposto constitucionalmente: garantir os direitos humanos às populações negras e primar pela superação do racismo ainda latente e fortemente arraigado no seio da cultura brasileira.

4.2 O Museu: reconhecimento da cultura e identidade

O *Museu* se efetivou por meio de um exercício crítico de memória associado à cultura negra e aos processos de resistência que foram sendo constituídos por essa população ao longo dos séculos. Trata-se de uma chamada a que se leia a história por seu reverso, à contrapelo, viés por meio do qual o pensamento crítico consegue acessar outra realidade, rebuscar os arquivos e saberes que ficaram sujeitados na construção da história. Trata-se, ainda, de uma espécie de arqueologia, ou seja, de reunir vestígios daquilo que foi negado, capazes de deslocar uma certa versão da história em que as populações negras aparecem reduzidas a vítimas em uma narrativa de paixão, e de fazer ver do que se compõe as mais variadas e diversas formas de opressão, de injustiças encobertas por uma racionalidade instrumental e estratégica. A partir da construção desse pensamento crítico é que se torna possível revisitar os arquivos da história que ficaram soterrados, que foram menosprezados, ou ainda, revisitar os saberes que foram sujeitados, desqualificados das sistematizações formais, propositalmente deixados de lado na construção oficial da história e tidos como inferiores (FOUCAULT, 1999).

Nessa direção se torna possível compreender o projeto original do *Museu*, enquanto a possibilidade de, por meio da instauração de marcos simbólico-artísticos, de edificações que instigam a pensar, recolocar, a partir de uma dimensão dialética, os elementos cruciais da cultura que foram suprimidos ou negados e, assim, revisitar a história com olhos prospectivos. A partir desse revisitar emerge a promoção de uma ampla agenda de atividades com ativa participação da *cultura negra*, fomentando um processo de fortalecimento das estratégias e das ações desenvolvidas em vista de uma cultura antirracista e de respeito a todas as raças. Nesse sentido, cabe destacar o objetivo do museu: “O objetivo dos percursos dos negros X museu é dar visibilidade aos espaços referenciais da *cultura negra* na cidade de Porto Alegre, chamando a atenção para a participação do negro na contribuição cultural e política da Cidade e do Estado” (VILASBOAS, p. 100).

Assim, diante desse desafio de efetivar a edificação do Museu, a proposta de garantir que não permaneça estagnado, de garantir que os demais marcos sejam construídos, fica evidenciado de acordo com o relato que segue:

O negro em Porto Alegre tinha total invisibilidade, seja em espaços fechados ou abertos. E essa ideia é de tornar público os pontos referenciais onde os negros participam com mais intensidade das manifestações da cidade. É uma bela de uma ideia e tem que seguir adiante. Inclusive uma coisa que não fique nos quatros marcos. Eu acho que tem que ser mais intensificado (Entrevistado 03Jeanice Dias Ramos).

Segundo Machado (2012), ao analisar o desdobramento da participação do movimento negro, observa que o *Museu* se constitui com expressividade no sentido de inquietar, evocar e interpelar ao pensamento, pois provoca interrogações, dúvidas e novas leituras criativas de esperança, pois é manifestação do sonho de uma cultura que foi e segue sendo discriminada e que carrega a angústia de sua negação frente uma classe e uma ideologia dominante.

É nessa esteira de pensamento, a partir de uma leitura do racismo (MBEMBE, 2017), enquanto um artifício criado, um dispositivo que, como se verifica ao longo dos séculos, funcionou enquanto uma forma de dispor, de selecionar as populações que eram tidas como desejadas/indesejadas em certos Estados-nações, certo espaços, certas territorialidades, e que demarca a forma como se faz a gestão da vida por meio dos aparatos de governamentalidade estatal. Seja esse aparato fundado em políticas urbanísticas, modernizadoras, de higienização, que operaram formas exclusivistas de habitar os espaços e de determinar a vida das populações, ou mesmo em decorrência do

processo de expansionismo econômico e do capital que determinou a forma como foi sendo zoneadas as cidades e, em decorrência disso, todo o desencadeamento de um processo que definiu a disposição da urbanização.

O desafio posto implica, assim, em localizar e interpelar esses dispositivos, suas ideologia e compreensões pré-estabelecidas, mantidas por meio de um pensamento hegemônico que, apesar de intensamente combatido, ainda acha espaço nos meios acadêmicos e se materializa em sociabilidades que dificultam a construção de um espaço para o diálogo e para novos modos de fazer alianças. Assim, “num mundo de muitas diferenças” (HEIN, 2000, 37) e “oferecendo ao ser humano a possibilidade de olhar para si, através de múltiplas perspectivas, de se identificar, se reposicionar, e de construir um futuro melhor, individual e coletivo” (MACHADO, 2012 p. 74), é que podemos situar a proposta inicial do *Museu*.

O *Museu* tem, portanto, efeito de ruptura e de novidade, destacando-se tanto em nível local, quanto, de um modo mais amplo, nacional, afirmando a insistência de construir meios a partir dos quais se possa promover o legado do povo negro. Essa tarefa de reler a história a partir de seus estilhaços, das barbáries perpetradas contra os povos negros evoca e requer um compromisso ético e político de colocar em jogo as discursividades que estão em constante embate, aquelas discursividades que foram relegadas ao esquecimento, requer o exercício de fazer vir à palavra por meio da palavra, efetivando um espaço de dialogicidade e de reconstrução da *cultura negra* e do seu legado em Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Esse exercício se afirma como compromisso intergeracional, de modo que tanto as gerações de afrodescendentes atuais quanto as futuras possam conhecer sua história, sua importância, sua cultura e a necessidade da valorização de sua identidade, de seus traços culturais, bem como das demais culturas.

No caso específico da população negra, ela foi historicamente marginalizada no processo de investigação, preservação e divulgação dos seus objetos culturais, materiais e imateriais. Quando houve algum interesse na cultura afro-brasileira ele foi marcado pelo estigma da escravidão, por estereótipos que reproduziam apenas o universo limitado dos meios de manutenção da relação senhor-escravizado. Correntes, limbabos, gargalheiras, liteiras, fotografias e outros tantos objetos que remetiam ao terror da escravidão foram apresentados ao público como ‘a história do negro no Brasil’. (SANTOS, 2013, p. 7).

A construção de um *Museu de percurso* pode ser pensada como desejo de ocupar a cidade a partir desse compromisso intergeracional, como pontua o relato do entrevistado, conforme segue:

Na realidade os aspectos mais importantes para colaborar e que está no princípio é mostrar a comunidade negra sempre invisível nos locais. E nós tínhamos como esse resgate, esse compromisso de militância realmente mostrar, que essa comunidade, ela estava presente. Não reconhecida, não respeitada e num processo onde a autoestima estava necessitando ser trabalhada. Principalmente nos nossos jovens. É romper com a invisibilidade. É a articulação e a organização que contribuíram, contribuíram realmente no convencimento e do desejo sempre, sempre, sempre muito forte nos grupos em poder se mostrar e que também faziam e fizeram ou estavam fazendo coisas (Entrevistado 11, Maria Elaine Rodrigues Espíndola)⁴⁰.

Isto implica em compreender, de um lado, que cada cultura faz parte da uma sociedade plural e diversificada e que contempla em si uma ampla gama de etnias, culturas, costumes, hábitos e formas de vida, elementos basilares presentes no tecido social; de outro, que a sociedade civil organizada e as demais culturas devem poder conhecer, compreender e respeitar a fundamental importância e a valorização da *cultura negra*, sua identidade, história, seus valores e tradições, em vista de que a diversidade cultural e as distintas identidades culturais possam se configurar enquanto fatores agregadores na convivência social e na construção de ambientes sociais mais equitativos e garantidores de dignidade humana e dos direitos humanos.⁴¹

O movimento negro tem uma atuação marcante na luta de resistência diante de um modelo social demarcado pela exclusão e pela marginalização, na luta contra o racismo disseminado nas mais diversificadas esferas sociais, sobretudo pela garantia da visibilidade de sua cultura, na construção de políticas de representatividades que pudessem sinalizar para a garantia de seus direitos humanos, de respeito e da devida visibilidade, a partir de processos afirmativos.

Isso fica claro no relato do entrevistado: “Eu acredito muito no museu do percurso do negro como um museu que possibilita políticas antirracistas. Dando

⁴⁰ Militante e Primeira mulher Griô de Porto Alegre, única mulher na época chamada griô na própria obra *Museu do Percurso do Negro*, patrona *Acampamento Afro*.

⁴¹ Nessa direção, o processo de criação do *Museu* nasceu com a preocupação do movimento social negro, organizado na sociedade civil, sobretudo com a ressignificação dos valores dos líderes negros que não são mencionados nos livros escolares e nos museus tradicionais, mesmo com o advento da lei 10.639/03. A lei visa alertar para que a diversidade cultural e não a homogeneidade deve ser levada em consideração da construção de políticas públicas sociais antirraciais, que as *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* argumentaram na promulgação, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira na rede de ensino do Brasil. A publicação da Lei 10.639/03 ocorreu em um contexto social e educacional de busca por valorização das culturas afro-descendente, em cenário histórico marcado pela invisibilidade destas culturas, com forte atuação do movimento negro no Brasil. Atendeu, também, à sua maneira, ao enfrentamento de antiga crítica a um ensino de história centrado em narrativas etnocêntricas, em que registros de história afro-brasileira foram ignorados ou silenciados ou compareceram, via de regra, de forma estereotipada (PERREIRA, 2011, p. 148).

visibilidade e representatividade para as populações negras por meio de edificações dos marcos” (Entrevistado 02, Arilson dos Santos Gomes). Isso se desenha por meio de um processo claro de reivindicação, em revisar e colocar em xeque os modelos tradicionais de construção da memória coletiva na forma como se concebe e se faz a gestão das políticas públicas, em questionar o uso dos espaços públicos, bem como na invisibilidade da presença da *cultura negra*, que foi fundamental no seu desenvolvimento, nesse particular, na capital dos rio-grandenses.

Ao teorizar sobre o modo como discursos criam e reforçam identidades a partir de exclusões e encobrimentos ativos, Stuart Hall afirma que

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e em práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferença interna. (HALL, 2009, p. 109) [Grifo do autor].

Trata-se, assim, com o Museu do Percurso, de fazer brechas, de causar ruídos nesse discurso que afirma uma certa identidade rio-grandense em seu desejo de mesmidade. De, ocupar o espaço público como quem espalha pistas, deixa rastros, como quem rasura e interrompe a ficção da homogeneidade branca na base da construção e da vida vivida na cidade. Ocupa-se esse espaço como quem lança charadas, interrompe linearidades, convida corpos passantes a se interrogar sobre o lugar.

Já que “as cidades são lugares privilegiados onde diferentes indivíduos e grupos sociais imprimem suas marcas em diferentes formas materiais” (OLIVEIRA; TOCCHETTO, 2010, p. 75), enquanto espaço de compartilhamento de experiências, de convivências, de trocas e de intercâmbios permanentes entre os cidadãos que nela vivem e convivem, elas devem poder educar para relações mais vigorosas com a diferença, para práticas culturais onde caiba mais mundo.

A cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último: tudo isso está mais próximo, para a maioria de nós, do que cartas de direitos humanos ou tratados de comércio. (EAGLETON, 2011, p. 184).

A identidade da *cultura negra* precisa ser levada em conta na constituição dos espaços estratégicos da cidade, na edificação de marcos simbólico-artísticos, de tal forma que possam se constituir, contribuir e expressar como conjunto das formas de vida dos povos negros, a serem devidamente marcadas na história e também a compor horizontes de vida possível. Conforme observa dos Anjos:

A política de raças na religiosidade afro-brasileira é um processo politicamente ativo de reconfiguração da religiosidade afro-brasileira no sentido de uma desterritorialização do desejo, constituição de fluxos minoritários de afirmação intensa de um devir negro, configuração de um patrimônio negro com potencial universalizante ou de negação da racialização (Dos ANJOS, 2006, p. 111).

Portanto, o desafio primordial reside em situar a importância da *cultura negra* na constituição da cidade e o seu posterior desaparecimento, sobretudo na ocupação dos territórios que anteriormente faziam parte da vida desse povo, com vistas a identificar os espaços nos quais o negro vivia e interagia, compreender sua importância, seus elementos de religiosidade, promover a sua cultura e a construção de saberes, Isso possibilita a formação de uma consciência coletiva mais amiga da diferença, a garantia da valorização e da atribuição de direitos e de dignidade humana a cidadanias rebaixadas, incontornável na luta por uma sociedade antirracista, com mais equidade e respeito entre as distintas culturas.

4.3 Políticas de representatividade: cidadania e reconhecimento social

O patrimônio cultural afro-brasileiro tem natureza econômica, estética, gastronômica, além da dimensão narrativa, e ontológica que expressa, por conseguinte, uma concepção cosmológica e antropológica com aspectos específicos, com particularidades e peculiaridades que ainda precisam ser compreendidas, respeitadas e valorizadas no meio social. Esse conjunto de dimensões constitutivas do patrimônio cultural negro não é feito de matriz homogênea, compõe-se da diversidade dos povos e etnias que para cá foram trazidos.

Esses aspectos, uma vez revisitados e retomados podem fomentar políticas de representatividade do negro, capazes de desestabilizar estereótipos e rótulos que socialmente ainda existem. Um dos pontos destacados, que nos parece extremamente relevante, é a multidimensionalidade que se depreende do *Museu* enquanto marco político-cultural no seio da sociedade porto alegreense:

Conhecer e alavancar a autoestima do negro, esse projeto não é só para estimular para que nós não tenhamos um processo racista, que é muito presente no Brasil e aqui não seria diferente. Aqui é muito forte. Mas também para que o negro mesmo possa conhecer a sua história e se dignificar dentro do seu pertencimento na cidade. Então ele tem várias dimensões. É antirracista, é de autoestima, é de valorização histórica, de resgate histórico. Ele tem um monte de vieses, fundamentais para qualquer pessoa, sejam brancos ou negros na cidade (Entrevistado 06, Lorecinda Abraão).

Nesse ínterim, voltamos a afirmar que o percurso da construção do *Museu* enquanto marco simbólico-artístico em sua constituição indica um processo de mobilização em que uma ampla gama de agentes e atores sociais, instituições representativas da *cultura negra* e de demais instituições sociais e civis estiveram envolvidas, por meio da mobilização e da participação coletiva nos processos públicos decisórios. Esses incidiram diretamente na definição de políticas de representatividade, sobretudo em relação ao *Museu*, o qual resulta desse caminhar que busca reconstruir, de um modo particular o patrimônio arquitetônico público da cidade de Porto Alegre e recolocar a questão do uso dos espaços públicos, em revisitar a história e fazer justiça a um povo que permaneceu no esquecimento, posto à margem nos processos de construção de políticas de representatividade e da retomada das memórias negras presentes na capital rio-grandense. Nesse sentido, o *Museu*, conforme fica explícito no relato que segue, proporciona uma política de

representatividade, obviamente, até porque essa comunidade não está no centro. Como eu disse anteriormente, acabou se perifizando num processo de exclusão. Um processo de desterritorialização. Então, o museu alavanca sim a representatividade. E, ao mesmo tempo, uma política antirracista. Olha, eu diria uma *política antirracista*. Porque o racismo, sobretudo o racismo brasileiro. Esse racismo à brasileira ele também remete pela falta de representatividade. Então, acredito que alavanca a representatividade e também é uma forma de possibilitar uma sociedade antirracista (Entrevistado 02, Arilson Gomes).

Desse modo, tendo em vista a valorização e o fortalecimento da *cultura negra*, requer compor políticas de representatividade defensoras e propulsoras da luta antirracista, em que seus direitos humanos possam ser efetivados na construção de uma sociedade civil mais integrada e integradora das diferenças multiculturais e raciais enquanto um fator agregador na convivência da comunidade política porto alegre e rio-grandense.

O *Museu*, a partir de uma análise multidimensional, proporciona fazer o exercício de reconstrução dos saberes e dos conhecimentos existentes sobre a cidade de

Porto Alegre, pois quanto mais se conhece a história e a trajetória maior será a identificação das pessoas com os espaços nos quais vivem, mais facilmente poderão participar dos processos sociais e exercerem sua cidadania, bem como identificar os entraves e problemas existentes no meio social, suas causas e, por conseguinte, poderão atuar proativamente em busca da construção de uma sociedade mais justa e digna.

Esse elemento indica a importância de se construir uma memória crítica em vista de possibilitar que os habitantes da cidade, não somente os negros, conheçam a sua cidade, pois disso depende, em boa medida, o pertencimento, o sentir-se parte do todo social. A tomada de conhecimento da história, da geografia de sua cidade, da cidade onde moram, onde vivem, poderá levar à criação de laços de pertencimento. A identificação da presença de marcas – materiais e simbólicas – deixadas por seus antepassados pode possibilitar a descoberta de suas raízes – referenciais de existência individual e coletiva, o que permite a retomada de sua cultura e de seus valores.

Certamente, empreender e travar a luta por uma sociedade mais justa, equitativa, humanizada e humanizadora passa pela superação do racismo impregnado no interior da sociedade brasileira, no interior das estruturas institucionais que age soberanamente definindo que vidas merecem ser respeitadas, e que vidas são indignas, passíveis de serem aniquiladas. Reportamo-nos, obviamente, à situação do negro na sociedade brasileira que é segregado, banido e visto como sujeito que coloca em risco o bem-estar social. É nessa perspectiva que concordamos com Oliveira, quando afirma que, mesmo que a realidade seja dura,

[...] mesmo com todas as misérias que solapam nossas vidas, somos capazes de projetar um futuro diferente e agir em prol da construção de um novo modelo de sociedade, na qual:

- a cada 23 minutos não morra um jovem negro, apenas por ser negro;
- onde o povo que construiu com seu sangue e suor o capital cultural e econômico de um país tenha igualdade de oportunidades para usufruir de todas estas riquezas;
- onde os saberes e práticas dos povos não sejam usurpados, sujeitados e, sobretudo, apagados da história como se estes não possuíssem capacidade intelectual e moral para serem agentes sociais;
- onde os corpos negros tenham direito de serem negros e belos por isto, dentre outras coisas... (OLIVEIRA, 2018, p. 11).

A partir dessa constatação, vale mencionar que o *Museu* não pode ser compreendido como signo e sinônimo de um processo que resultaria simplesmente da vontade de atores sociais isolados, ou mesmo de indivíduos que buscariam garantir seus interesses pessoais, ou de determinados grupos específicos, ou mesmo como algo pronto e que resolve as grandes questões implicadas em sua constituição. Contrariamente a

isso, como pudemos perceber no decurso da presente investigação, tal marco político e cultural se constitui muito mais como um ponto de partida para a conscientização acerca da *cultura negra* de matriz africana, de seu papel na sociedade, de sua importância, de suas demandas, de anseios e de seus desejos e de suas lutas. Ademais, que é importante lutar sempre, buscar garantir a memória, o reconhecimento e a cidadania que por séculos esteve à margem da representatividade formal e preponderante nos museus tradicionalmente concebidos.

É nessa direção que é possível situar a luta por representatividade que busca visibilidade por meio de suas reivindicações, e, de acordo com um dos entrevistados, se trata da capacidade de se olhar os aspectos fundamentais que contribuíram com o poder público, “[...] no sentido de fomentar políticas públicas de incentivo. Mas também que a comunidade saiba da importância disso e possa se agregar ao projeto como foi o meu caso, como é o caso de várias pessoas” (Entrevistado 06, Lorecinda Abraão).

Essa concepção de política deve abarcar questões fundamentais, dentre as quais podemos destacar a identidade, a cidadania e a memória, questões que são nucleadoras, pois garantem o reconhecimento e a valorização da *cultura negra* diante das situações de exclusões e de discriminação. “Significa permanecer no tempo. Então, essa trajetória dessa população tem que ser evocada” (Entrevistado 02, Arilson Gomes).

Um elemento crucial é a participação e o envolvimento do movimento negro, sua organização e o desafio de compreendermos como o Museu pode ser identificado como um símbolo forte de reconhecimento e também sinal de luta. Cabe destacar a participação e o comprometimento da *cultura negra* e sua inserção social e sua luta por reconhecimento, sua história nos diversos espaços públicos e privados em vista de garantir seus direitos, como se percebe, como uma política de representatividade que emerge a partir de afirmação de uma das lideranças: “Precisamos afirmar nossa participação na formação da sociedade para além das grandes construções erigidas pelos nossos ancestrais, mas pela participação sócio-histórica de um Patrimônio da Humanidade” (Entrevistado 01, Ana Selmira).

Em suma, o *Museu* surgiu por meio de iniciativas de pessoas comprometidas e envolvidas em pesquisar, refletir e questionar qual o papel da *cultura negra*, seus traços, suas tradições e seus valores em vista de garantir a construção de uma memória viva acerca do seu legado, de sua importância por meio do resgate da memória, da identidade e da devida visibilidade que ela deve ter frente à sociedade portoalegrense, de modo geral, e como isso pode influir na construção de políticas públicas que facilitem o reconhecimento e a visibilidade. Deve-se conceber, assim, para além dos

resultados concretos que teve com a efetiva edificação dos marcos, que a construção coletiva de onde emergiu o Museu tratou-se, por si só, de um momento rico na história de Porto Alegre.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do presente trabalho de pesquisa quis-se evidenciar o modo como o Museu do Percurso Negro de Porto Alegre-RS esteve ligado ao desejo de fazer frente e interromper processos de invisibilização e rebaixamento da cidadania de populações negras na cidade. Para isso, descrevemos processos de higienização e branqueamento que a um só tempo produziam as populações negras como alteridades condenadas e as deslocavam da central Colônia Africana, onde habitavam, para as periferias da cidade. Associado a isso, outro elemento que tratamos de destacar foi o modo como a associação da identidade rio-grandense com a figura mítica de um gaúcho branco, fortemente marcada pelo eurocentrismo, contribuiu para a exclusão das populações negras do imaginário coletivo da cidade. Cristalizou-se, assim, um imaginário pobre, em que as populações negras aparecem somente como vítimas, expoliadas pela escravidão, em situação de minoridade, sem levar em consideração a riqueza, potência e diversidade das tradições, culturas e valores presentes em suas formas de vida.

Na sequência, procuramos demonstrar como há, na capital rio-grandense, uma preponderância de monumentos, edificações de estátuas, obras de arte que reverenciam a memória de personagens brancos, consolidando a ideia que as imigrações europeias foram fundamentais no processo de desenvolvimento da capital e do interior do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a figura do gaúcho foi sendo cunhada sob a perspectiva de um espaço e tempo míticos, enaltecido da vida na campanha, em que as atividades fundamentais eram a guerra e o pastoreio: “[...] o passado glorioso e libertário do gaúcho original só poderia sobreviver, efetivamente, num espaço fechado, distante do tempo, separado da História por uma grande hecatombe, a Revolução Farroupilha”. (HOHLFELDT, 1998, p. 121).

Como horizonte dessa discussão esteve o desejo de analisar em que medida o *Museu* propiciou a construção de um processo social de tomada de consciência tanto das gerações afrodescendentes como de outras etnias, analisando como sua edificação, entendida do ponto de vista simbólico e artístico, sinaliza efetivamente na direção de uma política de representatividade do povo negro, em suas múltiplas dimensões. Procurou-se demonstrar como se tratou da ocupação dos espaços públicos por meio de uma percepção inovadora de museologia e o modo como permitiu uma política da representatividade por meio da visibilidade, da ocupação dos territórios, do reconhecimento da cultura, dos valores e das tradições da *cultura negra* de matriz

africana que contribuiu na construção de Porto Alegre, do Rio grande do Sul e, de um modo mais amplo, da nação brasileira.

Diante de uma leitura crítica da razão negra buscamos situar o emergir da concepção de um *Museu* que, em sua estruturação e efetivação seria, por si só, um contraponto ao pensamento hegemônico, eurocêntrico e uniforme que prepondera nas instituições, inclusive as museológicas. Assim, de acordo com a pesquisa que buscamos desenvolver junto aos atores sociais negros que estiveram intimamente ocupados, podemos perceber que o Museu enquanto noção museológica possui um potencial agregador para se repensar políticas públicas e a efetiva garantia de direitos dos povos negros. Ficou também evidenciado que, em boa medida, a construção das pautas, das agendas e o avanço de tais demandas e reivindicações depende da forma como o movimento negro se organiza, consegue empreender ora o diálogo, ora um embate direto com as esferas político-administrativas seja em esfera municipal, estadual ou federal.

Buscou-se explicitar o exercício coletivo de reconstrução da memória por meio do CRAB e das demais entidades que estiveram estritamente ligadas ao processo de construção do Museu como essa proposta museológica dialoga, indaga, interpela o passante, aquele que percorre a cidade, que vive e convive em seus espaços. Nessa esteira, podemos afirmar, a partir da pesquisa de campo realizada, que, apesar dos limites e entraves à sua ampliação, o *Museu* proporciona uma retomada dos territórios que pertenceram ao negro, acionando outras formas de conceber e compreender a negritude na história da cidade e em sua vida contemporânea.

Desse modo, é possível afirmar que os marcos que fazem parte do *Museu* possibilitam dar visibilidade, garantir a presença do negro, recolocam a questão de sua territorialidade e sua presença no uso dos espaços públicos, em suas dimensões artísticas e de monumentalidade, o que compreendemos ser um passo fundamental em vista da garantia de direitos, de cidadania e de uma sociedade antirracista.

Nesse sentido, o exercício de análise sociológica desse marco simbólico e artístico leva-nos a perceber, no que tange à *cultura negra* afro-brasileira, de diáspora matriz africana, o modo como a dimensão de ancestralidade se expressou nos seus mais diferentes aspectos, tais como ritos, religiosidades, riqueza cultural e formas de viver a vida engendradas a partir da histórica luta por liberdade, por direitos, por visibilidade, por uma sociedade mais plural e respeitadora das diversidades e das distintas culturas, com sua visão de mundo, sua compreensão antropológica, suas manifestações estético-artísticas e culturais. É possível dizer, assim, que O *Museu* ajuda a recompor o

patrimônio material/imaterial e cultural de Porto Alegre e inscrever na cidade a presença do povo negro, constituindo-se fonte de conhecimento às presentes e futuras gerações de todas as etnias.

Tratou-se de um esforço em perceber, reler a significação do próprio *Museu* enquanto marco político-cultural e o modo como essa edificação pode sinalizar para a construção de uma política de representatividade da *cultura negra* e de matriz africana. Ou seja, por meio da monumentalidade e das obras de arte que fazem parte dessa proposta museológica, concebida, elaboradas e executadas pro negros e negras, foi possível explicitar como é possível repensar vias de reterritorialização da experiência negra nessa cidade.

Marcamos, ainda, a compreensão de que o Museu decorreu de um campo de construção de pautas e agendas na sociedade civil onde se produzem as discursividades, onde se estabelecem os embates e jogos de poder. Nesse contexto, mesmo com as dificuldades e limites inerentes ao decorrer de seu processo de execução e de efetivação, a proposta e execução do *Museu* sinalizam para o êxito de uma política de representatividade, ainda que essa política de representatividade careça de robustez e consistência, ligadas à ampliação dos processos de negociação e de conformação de uma agenda de pautas que possam dar visibilidade e garantia ao direito dos povos negros. Essa agenda política, em que pese certa deflação na proposição de pautas e na atuação do movimento negro, precisa constantemente ser reposicionada, repostada, pois se constitui como espaço fundamental de produção de diálogo com as instâncias de poder para de fato se poder avançar na garantia dos direitos humanos das populações na construção de uma sociedade antirracista.

É interessante ressaltar a força da política cultural em pauta em estabelecer vias de diálogo com a sociedade civil, com o poder público e, internamente, um importante movimento de conscientização da população negra. A constituição desses espaços públicos como locais de presença e pertencimento, de reconstrução de seus percursos e de seus territórios possibilita “o resgate da memória, o fortalecimento de identidades e o exercício de cidadania” (VILASBOAS, 2010, p. 92).

O *Museu* possibilitou estabelecer marcos fundamentais que interpelam, indagam e garantem a presença de outra historiografia latente no meio social, na importância de atentar para as vozes que no curso normal da história enquanto dado positivo valoriza o estatuído oficialmente em uma matriz de pensamento positivista, perspectiva na qual os restos, os estilhaços, os cacos da história não importam na grande marcha do progresso. Essa lógica também influi diretamente a sociedade vigente e a dinâmica neoliberal em

que está fundada, na qual as subjetividades são moldadas para viver nesse sistema, já se formam nesse ambiente e são treinadas para perceberem o curso da temporalidade de forma normalizada, mesmo que tal temporalidade esteja impregnada de negação de direitos, negação de vidas, que esteja constituída em sua teia social pelo sangue e pelo suor derramado, especialmente por populações que, ao longo da história da nação brasileira foram submetidas ao menosprezo, ao assujeitamento, à menoridade, à incapacidade de autonomia e de produção de saberes e de inserção e participação efetiva nos espaços sociais e políticos nos quais se formam as discursividades e em que se definem prioridades públicas.

Cabe destacar que o pensamento que acolhe as diferenças em vista de possibilitar uma política pública de integração, valorização, tendo presente o processo de desterritorialização da cultura afrobrasileira, mesmo tendo sofrido as consequências da sua desapropriação se constitui enquanto resistência. Nesse sentido, vale lembrar que “em primeiro lugar, a lógica rizomática da religiosidade brasileira, ao invés de dissolver as diferenças, conecta o diferente ao diferente deixando as diferenças subsistirem como tais” (ANJOS 2006, p. 22). Portanto, o desafio do pensamento crítico é possibilitar que as diferenças em seus aspectos mais singulares sejam respeitadas e valorizadas, uma vez que o multiculturalismo no Brasil tem sua acepção na identificação e sua diferenciação na concepção de raça. Assim constitui condições de possibilidade em que “então cada personagem da etnografia ocuparia plenamente lugar de sua fala, o direito ao discurso sobre si, sem interpretações, sem traduções, sem mediações” (ANJOS, 2006, p. 9).

Salienta-se que, para além de soluções acabadas, ou de qualquer tentativa de fazer crer que nada há a ser feito diante da brutalidade da realidade e dos contextos de negação dos direitos dos povos negros, precisamos, talvez, antes que mais nada, buscar traços de utopias, sinais que possam motivar e indicar caminhos outros hábeis em gerar outras formas de vida, outros patamares para a sociabilidade humana, por meio de um olhar crítico, lúcido, emergente da resistência, da inconformidade com todas as formas de supressão de direitos, de negação de cidadania e de modos preconceituosos de ver e viver as diferenças.

Em suma, compreendemos que os traços da criatividade e da inventividade da *cultura negra sejam elementos basilares nessa construção, pois mesmo* diante das maiores atrocidades perpetradas contra si ao longo da história, o povo negro resistiu e resiste, e recoloca a necessidade de o humano refazer seus percursos, seu modo de existir no mundo em que habitamos, vivemos e convivemos em direção a uma ética passante (MBEMBE, 2017). Como princípio regente de uma nova sociabilidade, capaz

de garantir que a dignidade da vida seja respeitada em cada horizonte conjuntural, a partir de uma postura de resistência, de enfrentamento diante do estabelecido, daquilo que está dado e normalizado no interior da cultura. A densidade dessa filosofia fica evidente na fala de José Alves Bittencourt, o Lua: “*Se não lutar, não muda*”!

REFERÊNCIAS

ANJOS, José Carlos Gomes dos. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. DEBATES DO NER, PORTO ALEGRE, ANO 9, N. 13, P. 77-96, Jan/jun. 2008.

_____. No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Porto Alegre: funções e papéis de uma cidade polo. In: POSSAMAI, Zita (Org.). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre, Evangraf, 2010, p. 17-35.

BASSANI, Valéria D. S.; FEDOZZI, Luciano; FURTADO, Adriana; MACEDO, Carlos Eduardo G.; PARENZA, Cidriana. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: PMPA, v. 1, n. 1, 2009.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história e cultura*. Tradução Paulo Sérgio Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. A esquina do Zaire: territorialidade negra urbana em Porto Alegre. In: I. B. LEITE, Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996, p. 215-225.

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre, Evangraf, 2010, p. 129-159.

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. As representações do negro nos museus do Rio Grande do Sul são marcadas pela invisibilidade simbólica: Do “resgate afro-brasileiro às pesquisas histórico-antropológicas e às visibilidades negras na museologia. In: MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013, p. 13-53.

Bourdieu, Pierre. Objetificação participante. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 16, n. 48, p. 73-86.

BOHRER, Felipe Rodrigues. Breves considerações sobre os territórios negros urbanos de Porto Alegre na pós-abolição. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 12, n. 29, jul./dez. 2011, p. 121-152.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. La poscolonialidad explicada a los niños. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2005.

_____. Pensar a América Latina para além do latino-americanismo. in: **Revista IHU On-line** -, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos, novembro de 2014 edição 459, p. 29-31.

CHAGAS, Miriam. *Pegada Africana*. Disponível em: <<http://museudepercursodonegroemportoalegre.blogspot.com.br>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CHAGAS, Mário. Cultura, Patrimônio e Memória. *CIÊNCIAS & LETRAS*, Porto Alegre, Faculdade Porto-Alegrense de Educação, n.31, p.15-29. jan/jun 2002.

_____. Casas e portas da memória e do patrimônio. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 207-224, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_4ce78b966d_0010058.pdf Acesso em: 30 outubro de 2018

COSTA, Marisa Vorraber. Diversidade, multiculturalismo e diferença: uma conversa com professores e professoras. In: Barbosa, Raquel Lazzari Leite. (Org). *Formação de Educadores: Trajetórias e Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2004.

COSTA, Sergio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (Orgs). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

FERNÁNDEZ, Luís Alonso. *Museología e museografía*. 4. ed. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2010.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, Apostila, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. *Em defesa da sociedade*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e revisão de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha*. Porto alegre: Mercado Aberto. 2004.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. São Paulo: ARTMED, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Experiências étnico-culturais para a Formação de Professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. *Afro-Ásia*, Salvador, UFBA, n. 29/30, 2003, p. 247-269.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. Quem precisa de Identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. GT Temas e problemas da população negra no Brasil. Tema: Territorialidade, identidade e cidadania do negro no Brasil. Encontro intermediário da Anpocs, Ufsc, Florianópolis, SC, 1990.

MACHADO, Célia. Museus e vizinhança – o desafio de partilhar território. *Ensaio e Práticas em Museologia* (Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio – FLUP), Porto, v. 2, p. 70-91, 2012. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e africanidades*. Porto Alegre: Ed. Museu Julio de Castilhos, 2013.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Viana e MORAES, Renata. Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos frodescendentes e as representações da cultura brasileira. In ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.) *A história na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, 299 - 320.

MEDEIROS, Tanise Baptista de. Territórios em disputa: a (in)visibilidade dos territórios negros na cidade de Porto Alegre. *EBR – Educação Básica Revista*, Sorocaba, vol.2, n.1, p. 65-72 2016.

MELLO, Janaina Cardoso de. Entre a farroupilha e a redenção: negros percursos museológicos na terra do chimarrão. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, 1º sem. 2016, p. 143-159.

MEYER, Dagmar Estermann. Das (im)possibilidades de se ver como anjo. In: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Experiências Étnico-Culturais para a Formação de Professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. *Políticas da inimizade*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MONTEIRO, Charles. Políticas da memória: reformas urbanas e polêmicas acerca das comemorações da fundação de Porto Alegre. In: POSSAMAI, Zita (Org.). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 37-54.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

NORINHA DE OXAIÁ, Mãe. Bará do Mercado. Disponível em: <<http://museudepercursodonegroemportoalegre.blogspot.com.br>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros nos Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Letras contemporâneas. Florianópolis, 1996.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Uma leitura arqueológica do Centro Histórico de Porto Alegre. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 55-81.

OLIVEIRA, Lorena Silva, *Racismo de Estado e suas vias para fazer morrer*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21313/5/RacismoEstadoSuas.pdf>. Acesso em: 05/02/2019. [Dissertação de mestrado em Filosofia].

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/UNISINOS, 1994.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 116-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 26/07/2018.

QUIJANO, Anibal. O que é esta tal de raça? In: SANTOS, Renato Emerson (Org.). *Diversidade, espaço e relações raciais: o negro na Geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 43-51.

RESTREPO, Eduardo. *Teorias contemporâneas de la etnicidad: Stuart Hall y Michel Foucault*. Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2004.

RUPPENTHAL, Francieli Renata. *Um percurso possível: uma etnografia do projeto Territórios Negros em Porto Alegre/RS no âmbito da lei federal 10.639/03*. UFRGS, 2015. [Dissertação de Mestrado em Antropologia social].

RUPPENTHAL, Francieli Renata. Um percurso vivido: pluralizando histórias e memórias a partir do projeto “Territórios Negros”. *Revista de Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 52, n. 2, mai/ago 2016, p. 162-171.

SANSONE, Livio. (Org.). *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANSONE, Livio. (Org.) *A política do intangível: museus patrimônios em novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Deborah Silva. MUSEUSEOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE. In: *Revista do Programa de pós-graduação em ciência da informação da Universidade de Brasília*. Vol. III, n. 6, março abril de 2015. Brasília, p.287-292.

SANTOS, José Antônio dos. Apresentação: histórias e culturas negras em exposições. In: MATTOS, Jane Rocha de. (Org) *Museus e Africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SCHEINER, Tereza Cristina. Criando realidades através de exposições. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (Org.). *MAST Colloquia: 8 – Discutindo Exposições: conceito, construção e Avaliação*. Rio de Janeiro: MAST, 2006. p. 7-37.

SILVA, Jayme Moreira. *Colônia Africana: Lobisomem do Morro Santana, Morro da Piedade*. Porto Alegre: Ed. Independente, 2005.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT; Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.). *Métodos de pesquisa*. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Célia Ferraz de. *Porto Alegre: evolução urbana e cidadania*. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, n. 20, p. 116-119, maio/1995.

SOUZA, Vinicius Vieira de. Artes Visuais de referência Afrobrasileira no espaço público de Porto Alegre. In: MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013, p. 55-83.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VARGAS, Pedro Rubens. O Museu de Percurso do Negro na perspectiva de seus idealizadores: Os militantes do Movimento Negro. In: MATTOS, Jane de Mattos. (Org.). *Museu e africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013, p. 85-100.

VILASBOAS, Ilma Silva. Projeto museológico e museográfico. In: VILASBOAS, Ilma Silva; BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho; SOUZA, Vinicius Vieira de. (Orgs.) *Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2010, 75-103.

VIEIRA, Daniele Machado. PERCURSOS NEGROS EM PORTO ALEGRE: Resignificando espaços, reconstruindo geografias. Anais do VII congresso de Geógrafos. Vitória/ ES, 2014.

YEMANJÁ, Babadyba. In: Documentário A Tradição do Bará do Mercado Público. Direção de Ana Luiza Carvalho da Rocha. Produção: Ocuspocus Imagens. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/biev/?xylus-portfolio=o-bara-do-mercado-publico>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

ZUBARAN, Maria Angélica; SILVA, Petronilla Beatriz Gonçalves da. Interloquções sobre estudos afro-brasileiros: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. In: *Currículo sem fronteiras*, v. 12, n. 1, jan-abr, 2012, p. 130-140.

ANEXO – ATORES SOCIAIS ENTREVISTADOS

Entrevistado(a)	Formação	Profissão	Instituição	Relação com o Museu de Percurso do Negro em POA
Ativista- 1	Letras	professora	UFRGS	Apreciadora Cultura
Ativista- 2	História	professor	UNILAB	Militante/idealizador
Ativista- 3	Ciências da Comunicação	jornalista	UFRGS	Militante/realizadora
Ativista- 4	Educ. básica	Serv.domést.	dona de casa	Presidente
Ativista- 5	Mestre/cultura	artista	Inst. Culturais	Militante/idealizador
Ativista- 6	Ciências Jurídicas	advogada	Pref. Munic. POA	Militante/realizadora
Ativista- 7	Arquiteto	Artista/plást.	IAB	Artista/realizador
Ativista- 8	História	Historiador	Sec. Munic. De Cultura	Militante/idealizador
Ativista- 9	Administração -Ulbra/RS	Gerente projetos	Grupo de Trabalho Angola Janga	Militante-gerente administração do 4º Marco
Ativista- 10	Graduando IFRS	Artista	IAB	Militante/fotógrafo
Ativista- 11	Educação	GRIÔ / Patrona de Acampamento Afro	MOCAMBO	Militante/idealizadora
Ativista- 12	Belas Artes	Artista/plást.	Conselho Estadual de Cultura	Militante/idealizadora
Ativista- 13	Pedagoga	Superv. Coordenação	Sec. Educ. Pref.Munic. POA Consult. Relações étnicas UNESCO	Militante/idealizador
Ativista- 14	Ciências Comunicação	Jornalista	Programa Nação TVE/ RBS	Militante/ idealizador

Entrevistado 01 - Anna Selmira Jardim da Silva

Sou Licenciada em Letras, com ênfase em Português e Literaturas de Língua Portuguesa (UFRGS/IL/1997 a 2003). Ingressei no Serviço Público Estadual do RS no Ano 2000, no cargo de Secretária de Escola, no Instituto Paulo da Gama. Em 2005 ingressei no cargo de Professora de Português e trabalhei em diversas escolas estaduais. Cursei o Mestrado em Educação (UFRGS / FAGED - 2006 a 2008). No Ano de 2010 ingressei através de Concurso Público na PMPA / Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Atualmente Trabalho na EMEF Dep. Victor Issler, como Professora de Português em turmas do 3º Ciclo, 8º e 9º ano, e como Apoio Pedagógico, realizando atividades de Português em turmas do 1º e 2º Ciclos. Atualmente curso Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (UNINTER). Tenho gosto especial por Arte, Literatura e Fotografia. Sobre meu envolvimento no Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre - por não ser filiada ou não ter participação ativa em nenhuma entidade do Movimento Negro - meu envolvimento fica restrito à visitação e apreciação de alguns dos locais participantes do Museu.

Entrevistado 02 - Arilson dos Santos Gomes.

Sou historiador, sou mestre e doutor em história e atualmente sou professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, Unilab. E tenho

uma trajetória vinculada muito às pesquisas em torno da identidade negra em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Muito tempo, durante mais de uma década acabei fazendo cursos de formação muito vinculado ao GT negros da Associação Nacional de História, a qual nós envolvíamos acadêmicos, militantes do movimento social negro em torno, justamente do entendimento da história, da cultura e da realidade da comunidade negra no Rio Grande do Sul. Então, entre pesquisas e formações, entre participações, a minha trajetória ela também compôs a possibilidade de articulação com a organização do GT Angola Janga, dos pesquisadores e dos organizadores do Centro de Referência Afro Brasileiro vinculado ao projeto Monumenta de Porto Alegre, que é um dos que na realidade que embasou toda essa ideia de Museu do Percurso Negro em Porto Alegre. Então desde 2008, 2009, eu já mantive contato com o projeto Museu do Percurso por meio de formação de monitores lá na Escola de Saúde Pública, o lado da PUC. Em 2008, 2009 nós trabalhamos como formador dos primeiros monitores da primeira etapa do Museu do Percurso do Negro. Onde nós, por meio da disciplina de história, desenvolvemos conteúdos e atividades para que os monitores tivessem propriedade para fazer a mediação com o público. E esses monitores eram monitores eram de bairros periféricos de Porto Alegre. Essa era a ideia, que esses alunos fossem negros e dos bairros periféricos de Porto Alegre naquele instante. Aí depois continuei participando do projeto por meio de convite também na publicação do livro Museu do Percurso do Negro, onde o autor foi o professor Yosvaldir Bittencourt Junior, Iuca Vilasboas, Vinicius Pereira, que é arquiteto, que foi um dos responsáveis pela concepção de algumas obras, pela execução na verdade de algumas obras. E também tivemos envolvimento no ano de 2014 novamente na formação de monitores. Esses monitores quilombolas do Quilombo Urbano Areal da Baronesa. O qual também novamente eu fiz com eles a formação em torno da história da identidade da comunidade negra em Porto Alegre. Então, meu envolvimento com museu é praticamente desde a criação do primeiro marco, que foi o tambor. E também do processo de educação e formação desses monitores, que como marco teve agora, em 2014 na realidade, na inauguração do painel afro-brasileiro no Largo Glênio Perez, próximo ali ao restaurante, ao Chalé da praça. Então a gente acabou de certa forma conhecendo bem todo esse processo de concepção, de execução e até mesmo do processo de planejamento do Museu do Percurso do Negro, que realmente foi feito com muita honra e muita alegria.

Entrevistado 03 – Jeanice Dias Ramos

Minha formação, eu sou jornalista, museóloga e bibliotecária. Entrei no museu do percurso na segunda etapa, que é quarta etapa que foi o painel afrobrasileiro, do Pelópidas Quebano. Entrei como museóloga deste projeto. E mais próximo que estive do museu e das pessoas da Elaine e do Vinicius, foi assim o contato que eu tive. Estava sendo estruturado o museu do negro em Porto Alegre. Então teve várias reuniões. Eu conheci as pessoas do museu do negro reunidas com a prefeitura. E aí me disseram do museu do percurso do negro foi o Vinicius Vieira que me convidou, e então eu fiz parte deste grupo.

Entrevistado 04 - Veneza Bittencourt

Profissional de trabalhos domésticos. Presidente do Grupo de Trabalho Angola Janga após o falecimento do *Lua* José Alves Bittencourt Eu comecei a me envolver no Museu do Percurso após a morte do Lua. Foi aí que eu comecei a participar realmente do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre

Entrevistado 05 – Eugenio Silva de Alencar (Paraquedas)

Sou Eugenio Silva de Alencar, natural de Porto Alegre. E a minha militância dentro do movimento negro é desde guri, por influência de papai, sabe. Por influência de vários amigos nossos dentro da família, sabe. Porque dentro da minha há casa havia sempre muita discussão sobre o movimento negro. Todas as quintas-feiras tinha encontro de pessoas de raça negra, que se reuniam na nossa casa para resolver problemas de negros dentro da cidade. Como por exemplo, tinha um cara que era sambista, pandeirista. O cara era bom de percussão para chuchu e o apelido dele era Falta 200.

Entrevistada 06 - Lorecinda Abraão

Eu tenho uma formação acadêmica na área do direito e das ciências sociais. E na área das ciências sócias eu comecei a estudar muito sobre as origens étnicas de uma forma geral. Eu já tinha esse interesse. Em 2007, dentro do serviço público, onde sou servidora desde 2002, eu fui convidada a assumir a coordenação de direitos humanos da prefeitura. Lá eu tive realmente a oportunidade de ter a prática, os vários segmentos. População indígena, população negra, LGBT, idosos, juventude. Enfim, e foi muito importante assim. Porque dentro dessas áreas eu me tornei uma militante. Naquele momento também, eu fui convidada pelo Lua, que é um grande ativista, foi um grande ativista em Porto Alegre do movimento do povo negro para fazer parte da ONG que se chamava Grupo de Trabalho Angola Janga. Ali então eu conheci os projetos que o Angola tinha, especialmente na área cultural e educacional e me integrei nisso. A partir da eu comecei também a militar. Até hoje, 2018, eu milito nesta área, entre outras de direitos humanos. Nesse momento então estava sendo produzido o museu de percurso negro em Porto Alegre. Naquela data eu já fui convidada para participar de algumas reuniões. Mas deixei mais na condição de ouvinte, tentando entender um pouco o que era o projeto em si e depois então mais para o final eu consegui colaborar. Especialmente nos lançamentos, então. Nós tivemos uma reunião de lançamento inicial que aconteceu no Satélite Prontidão. E depois a própria inauguração da obra, então do Tambor, que foi o primeiro marco do museu de percurso, ali no Largo da Forca.

Entrevistado 07 - Vinícius Vieira

Sou escultor, arquiteto e urbanista. Graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Tem como foco de atuação a produção de obras de arte em espaços públicos, instituições e edificações, já tendo realizado dezenas de intervenções de grande porte em diferentes técnicas e materiais, incluindo painéis e esculturas de aço corten, inox, granito, mármore, bronze e alumínio. Em Porto Alegre é autor de obras públicas na Praça da Alfândega, no bairro Menino Deus, na UFRGS, na UFCSPA, na saída do Túnel da Conceição, no Parque Farroupilha, entre outras. Também já participou de mais de 50 exposições nos últimos 15 anos. O artista possui ainda obras nos acervos do Museu de Artes do Rio Grande do Sul - MARGS, do IAB RS e de diversos colecionadores brasileiros. Atualmente é Diretor Cultural do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB RS e integra a Setorial de Artes Visuais do Conselho Nacional de Cultura – CNPC/MinC (currículo Lattes).

Entrevistado 08 - Pedro Rubens Vargas

Graduado em História e Administração e mestre em Planejamento Urbano e Regional, com pós-graduação em Museologia. Técnico de Cultura da Secretaria Municipal da Cultura, foi membro do Projeto Monumenta e PAC das Cidades Históricas; é um dos

idealizadores do Museu de Percurso do Negro e, com a antropóloga Michele Cirne, autor do projeto junto à Petrobras Cultural que possibilitou o registro da Tradição Bará do Mercado como Patrimônio Imaterial da Cidade. Autor do livro "A relação patrimonial" na restauração de bens culturais - o Mercado de Porto Alegre e os caminhos invisíveis do negro.

Entrevistado 09 - Ivan Braz

Tecnólogo em Gestão Pública (Administração) (ULBRA/RS); Gerente de Projetos - Escola Nacional de Administração Pública (ENAP/DF); Experiências no setor público: Diretor de Indústria e Comércio- Prefeitura de Sapucaia do Sul; Gerente de Projetos - do Gabinete da Presidência da República (SEPP/PR); Secretário Municipal de Segurança e Trânsito- Prefeitura de Sapucaia do Sul; Assessor Técnico - Gabinete do Governador, (CONSELHÃO) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – (SECDES/RS). Assessor Técnico Superior - Secretária Infraestrutura e Logística RS; (SEINFRA). Outras Informações: Vice Presidente da Associação Comercial e Industrial e Serviços de sapucaia do Sul-RS (ACIS); Foi representante não governamental no Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale dos Sinos (COREDE/VS); Líder comunitário com atuação nos movimentos Ambientais, Culturais e Étnicos de Sapucaia do Sul, RS e Brasileiro; É membro do Grupo de Trabalho Angola Janga/RS; Foi membro da Coordenação Nacional de Entidades Negras, (CONEN); Militante do movimento Negro Gaúcho e Brasileiro desde 1985; Gerente de implantação da IV Etapa do Museu de Percurso do Negro em poa.

Entrevista 10 - Paulo Luiz Silva Correa

Minha trajetória é nova. Porque eu cheguei aqui em Porto Alegre em 2010. Acabei me envolvendo com alguns artistas locais. Conhecendo produtores. O pessoal da educação como você. E aí, através desses contatos com Leandro, Adriana Xaplin, Vinicius Vieira e outros, fui convidado a fazer uma atividade junto ao museu. E a minha atividade estava relacionada com a imagem. Eu fiquei incumbido de registrar, de fotografar este trajeto.

Entrevistado 11 - Maria Elaine Rodrigues Espíndola

Vendo tu dizer que eu sou muito nova, não, já tenho 71 anos. Essa nomenclatura griô, por incrível que pareça antes de eu receber oficialmente o título pela Câmara na proposta do Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre foi o nosso mestre saudoso e querido Lua, José Alves Bittencourt, que me incluiu nessa categoria para que eu fosse junto com os outros. Outros militantes da época e outros mais antigos, vamos dizer assim, guardião de uma memória. Então, eu fui a única mulher naquele momento. Naquela época chamada griô, na própria obra Museu do Percurso do Negro. Então antes da Câmara, ali aconteceu o que eu diria esse grande prêmio e esse grande reconhecimento. Juntamente com o nosso querido Borel e juntamente também com o nosso querido Nilo Feijó. Então nós fomos três griôs. Uma das páginas do primeiro volume do livro está a nossa foto dizendo: os griôs que trabalharam na formação para os monitores, inclusive para criação da obra Museu do Percurso do Negro. Então isso é uma alegria. A gente se sente quase que a nível nacional com esse título, né. E depois pelo Governo do Estado, aí a Câmara em 2010 fez esse reconhecimento oficial. E também fui a primeira mulher griô de Porto Alegre. E o Estado pela Secretaria dos Direitos Humanos do Estado então recebi uma condecoração junto com outros de mestre. Então sou a mestra griô Elaine. A mestre griô Elaine, mas eu sou simplesmente

a Elaine do Mocambo, que me deixou encaminhar junto as representatividades. A vó da pequena Olivia, mãe do Claudio, mãe da Daniela e mãe da Cristiane. Esse é o maior título, que a gente vê que a descendência vem vindo. Está aí, tomara que o que a gente faz transforme de experiência positiva na caminhada deles também.

Entrevistado 12 - Dalila Adriana da Costa Lopes

Adriana Xaplin, que é um nome artístico. Então vou fazer um breve relato sobre a minha formação artística. A partir de 1990 eu tenho me dedicado com tempo bem razoável pra atividades de artes visuais. E nessa trajetória eu encontrei o Museu do Percurso do Negro, buscando a construção da primeira obra do museu de percurso no centro histórico de Porto Alegre que até esse momento. Até o ano de 2008 ainda no centro histórico não existia nenhuma referência de obra do Museu de Percurso do Negro. Então, foi quando eu comecei a me envolver. 2008 o envolvimento com o Museu do Percurso do Negro com as primeiras reuniões, que aconteceram inicialmente na sede da Carris. Depois no centro de saúde. Depois no Castelinho do Alto da Bronze. Qual o sentido de museu concebido?

Entrevistada 13 - Adriana Santos

Sou professora. Fiz magistério desde os 16 anos de idade. Vou fazer 28 anos de carreira. 28 anos compromisso. Tenho 45 anos de idade atualmente, fiz agora 13 de agosto. Então, fiz magistério. Pedagogia. Sou supervisora em educação, mas tenho especialização em metodologia do ensino e estrutura do ensinamento no ensino. E também tenho mestrado em educação. Sou mestre em menor relevância, mas enquanto formação seriam esses. O que diz respeito a minha trajetória, comecei dando aula para o ensino fundamental. Depois eu fiz a pedagogia, preocupada com essa questão dos alunos. Mas achava que não era porque toda minha família. Minha tia é orientadora educacional. Não, mas eu acho que não é por aí. Prefiro fazer supervisão, porque procuro modificar do que ensinar. Eu atinjo melhor, um maior número de alunos do que da forma de aprender, como eu pensava. Como eu fiquei, num primeiro momento, cinco anos dando aula. Depois eu fiz concurso para a supervisão. E aí segui na supervisão vários anos. E aí em 1999 eu vim trabalhar na Secretaria de Educação porque eu tinha uma experiência dos anos iniciais, educação infantil. Tinha a minha especialização foi em estrutura e funcionamento. E eu vim trabalhar os aspectos legais da educação infantil na secretaria. Enfim, isso foi interessante. Porque hoje, mesmo trabalhando nas saudações épicas, eu uso muito a questão da legislação. Tem que ler para se orientar, para se embasar e pra se respaldar, inclusive. E aí em 2005, em 2004, na verdade, por conta de legislação 10.659. A secretaria já tinha anteriormente, antes de mim, trabalho das questões raciais, mas muito por dentro das políticas culturais, na secretaria de Porto Alegre. Aí em 2004 para 2005 a nova coordenação pedagógica, aliás a nova secretária de educação, professora Maria Luca de Medeiros chegou para mim e me convidou para minha instrução do trabalho pedagógico. Então não mais só cultural, mas pedagógico sobre as relações étnicas, mas estruturou dentro do organograma da secretaria essa grade, essa assessoria de educação em relações étnicas. E eu comecei a trabalhar nesta temática. E desde então não parei. Fiz outras coisas juntos. Fui coordenadora do ensino fundamental e trabalhei com os aspectos legais da secretaria, também como professora substituta na UniRitter, na Cesuca. Trabalhei numa turma de pós-graduação. Dou aula. Enfim, depois comecei a me dedicar a esta questão. Em 2016 eu veio pra Seduc a convite. Para costurar essa assessoria de relações inter-raciais dentro da questão do Estado. E de lá desde então tentando fazer um trabalho antropológico. E este ano, além

disso, eu passei numa seleção para ser consultora da UNESCO. Sou consultora da UNESCO para relações étnico-raciais.

Entrevistada 14 - Fernanda Carvalho

Eu sou jornalista, formada desde 2007 e programa Nação da TVE. E fui criada por pais que não eram do movimento negro institucionalizado. Mas sempre fortaleceram em mim e na minha irmã a importância de sermos negros nos espaços que a gente frequentava. Não vim de periferia e não tenho essa realidade que é da maioria do nosso povo. Ter sido, por exemplo, ter sido a primeira a fazer uma universidade. Não, já sou filha de um pai formado, doutor em literatura. Então também sempre fortaleceu na gente a importância de estar em uma universidade e de se formar para o nosso povo, né. Para além de nós, enquanto cidadãos e mulheres como pessoas negras enquanto era importante a gente estar nesses espaços. Aí a minha trajetória de uma maneira mais organizada, digamos assim, começou na universidade. Onde já percebi que era muito importante eu levar as pautas e as questões negras para seminários e para trabalhos. E me formei com essa certeza e segui nisso. Fazendo trabalhos sempre ligados à negritude o que me aproximou então do movimento negro. Ou seja, na verdade eu comecei a fazer parte do movimento negro já depois de formada como jornalista, que eu vi e senti essa necessidade de levar a minha caminhada para dentro do movimento e aprender como é que isso acontecia de uma maneira mais organizada.

Questões das entrevistas semiestruturadas

- 1) Breve relato sobre sua formação, trajetória e seu envolvimento no Museu de Percurso do Negro em POA.
- 2) Qual o sentido de um Museu concebido enquanto percurso, a céu aberto, e porque esse formato?
- 3) Quais os aspectos mais importantes que colaboraram e estiveram na gênese do processo de articulação e organização que contribuíram?
- 4) Quais as principais dificuldades e adversidades que houve no processo de construção da proposta e no processo de edificação do Museu?
- 5) Qual o significado da edificação do Museu para você?
- 6) O Museu proporciona fomentar e alavancar uma política de representatividade e uma política antirracista?
- 7) Como você percebe o envolvimento do poder público na construção do Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre?
- 8) O que te frustrou no teu engajamento neste projeto?
- 9) Por que você entrou neste processo?
- 10) Como poderia ter sido melhor conduzido?

ATA PARA ASSINATURA Nº _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

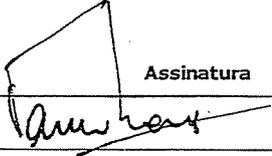
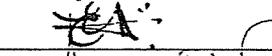
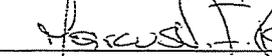
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
SOCIOLOGIA - Mestrado Acadêmico
Ata de defesa de Dissertação

Aluno: Elza Vieira da Rosa, com ingresso em 01/03/2017
Título: **O MUSEU DO PERCURSO DO NEGRO DE PORTO ALEGRE-RS: INTERROMPENDO INVISIBILIDADES, REINSCREVENDO EXPERIÊNCIAS NEGRAS NA CIDADE**
Orientador: Prof. Dr. Jose Carlos Gomes Dos Anjos

Data: 29/08/2019
Horário: 09:30
Local: IFCH - Sala 202-C

Banca Examinadora	Origem
Vanessa Marx	UFRGS
Eliane Almeida de Souza	UFRGS
Marcus Vinicius de Freitas Rosa	UNICAMP

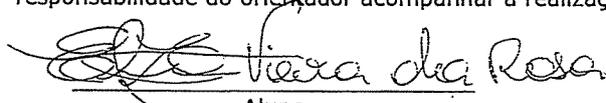
Porto Alegre, 29 de agosto de 2019

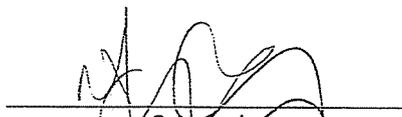
Membros	Assinatura	Conceito	Indicação de Voto de Louvor
Vanessa Marx		A	
Eliane Almeida de Souza		A	
Marcus Vinicius de Freitas Rosa		A	

Conceito Geral da Banca: (A) Correções solicitadas: () Sim (X) Não
Indicação de Voto de Louvor: () Sim (X) Não

Observação: Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.

No caso de aprovação condicionada a realização de mudanças sugeridas pela banca indicar quais as mudanças necessárias e se haverá necessidade de nova banca para avaliar o trabalho ou se ficará sob responsabilidade do orientador acompanhar a realização


Aluno


Orientador

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Av. Bento Gonçalves, 9500 103 Prédio 43311 - Bairro Agronomia - Telefone 33086635
Porto Alegre - RS

Confere com o original

30 / 08 / 2019



Lucas Greff Dias
Assistente em Administração
Núcleo Acadêmico de Pós-Graduação
IFCH/UFRGS

CERTIFICADO

Certifico que Eliane Almeida de Souza, juntamente com Marcus Vinicius de Freitas Rosa (UNICAMP) e Vanessa Marx (UFRGS), no dia 29 do mês de agosto de 2019 fez parte da Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado da aluna Elza Vieira da Rosa, intitulada "O MUSEU DO PERCURSO DO NEGRO DE PORTO ALEGRE-RS: INTERROMPENDO INVISIBILIDADES, REINSCREVENDO EXPERIÊNCIAS NEGRAS NA CIDADE", sob a orientação do Prof. Dr. Jose Carlos Gomes Dos Anjos, neste Programa.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2019.

Prof. Paulo Andre Niederle,
Coordenador do Programa.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Av. Bento Gonçalves, 9500 103 Prédio 43311 - Bairro Agronomia - Telefone 33086635
Porto Alegre - RS

Documento gerado sob autenticação nº WTG.121.690.NFF
Pode ser autenticado, na Internet, pela URL <http://www.ufrgs.br/autenticacao>,
tendo validade sem carimbo e assinatura.